



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

BISMARCK MUNIZ DA SILVA
MIGUEL NÓBREGA XAVIER

**AS LUTAS E A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO ALMIR MUNIZ DA
SILVA: UM TEMA PARA O SERVIÇO SOCIAL**

JOÃO PESSOA - PB

2017

BISMARCK MUNIZ DA SILVA
MIGUEL NÓBREGA XAVIER

**AS LUTAS E A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO ALMIR MUNIZ DA
SILVA: UM TEMA PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Serviço Social, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento aos requisitos de avaliação e obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria de Nazaré Zenaide Tavares.

JOÃO PESSOA

2017

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade Federal da Paraíba.

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Silva, Bismark Muniz da.

As lutas e a conquista do assentamento Almir Muniz da Silva:
um tema para o serviço social / Bismark Muniz da Silva, Miguel
Nóbrega Xavier. - João Pessoa, 2017.

78 f.:il.

Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade
Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria de Nazaré Zenaide Tavares

1. Movimentos sociais rurais. 2. Questão agrária. 3. Serviço
social. I. Xavier, Miguel Nóbrega. II. Título.

BSE-CCHLA

CDU 332.021.8

BISMARCK MUNIZ DA SILVA
MIGUEL NÓBREGA XAVIER

**AS LUTAS E A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO ALMIR MUNIZ DA
SILVA: UM TEMA PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Aprovado em: João Pessoa, 04 de dezembro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Maria de Nazaré Tavares Zenaide - Orientadora (UFPB)

Ana Lúcia Aurino - 1ª Examinadora (UFPB)

Nívia Cristiane Pereira da Silva - 2ª Examinadora (UFPB)

Noaldo Belo de Meireles - Examinador Suplente (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que é a razão pela qual me motivou a seguir nessa caminhada nos momentos de mais dificuldades, tomando exemplo de meu pai Noberto Muniz da Silva, para mim um exemplo de homem do campo de caráter incontestável que lutou pelo sonho da construção do assentamento, minha mãe Elivana Muniz da Silva exemplo de mulher camponesa que além de trabalhar junto a meu pai desde cedo trilha o caminho de professora levando a educação para as crianças do campo, minha noiva Josicleide Alves Fernandes que sempre esteve do meu lado pacientemente me apoiando nos momentos conturbados da graduação dando a força e o incentivo necessário para continuar buscando superar os desafios para minha formação.

Agradeço a Frei Anastácio que foi e ainda é um defensor do povo camponês paraibano para que a justiça seja realmente para todos, lutou em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ao lado dos agricultores do Sítio Mendonça dos Moreiras para que o direito à terra fosse efetivado atuando como um dos principais fundadores do Assentamento Almir Muniz da Silva.

Aos colegas de curso que se tornaram outra parte da minha família Carlos Eduardo, Solange Santos, Emmanuela Dantas, Marcela Gennova que foram grandes parceiros em toda graduação dentre outros, que são grandes amigos que pretendo levar para toda vida.

Ao meu nobre colega que se transformou em um grande amigo Miguel Nóbrega, que acreditou na proposta de debatermos sobre um tema pouco evidenciado na atualidade e que faz parte da história de minha vida e sem esquecer a nossa querida orientadora Maria de Nazaré Tavares Zenaide que é uma das pessoas que tive a honra e partilhar dos conhecimentos e conhecer mais sobre minha própria história agregando em minha formação a importância do caráter humano em qualquer relação seja acadêmica ou extra acadêmica uma das múltiplas qualidades dessa admirável e competente professora.

Agradeço primeiramente a minha família, em especial minha mãe Cecília de Fátima Nóbrega, pois sem sua batalha, dedicação e apoio não estaria aqui concluindo essa longa trajetória acadêmica. Agradeço aos meus amigos que fiz ao longo desses vinte e oito anos de vida, os da infância, do colégio, e os mais recentes amigos que fiz ao longo desses mais de quatro anos de graduação e a todos os professores que me acompanharam desde o ensino infantil até a graduação do curso de Serviço Social, que tiveram importância direta na minha formação educacional.

Agradeço ao meu parceiro de Trabalho de Conclusão de Curso, Bismark Muniz, que acabei conhecendo-o na reta final do curso e se tornou um grande amigo, e se propôs a embarcar nessa exaustiva e enriquecedora jornada que foi a formação do nosso TCC e por permitir falar sobre a história do seu assentimento, pois foi um aprendizado ímpar para mim. Por fim, gostaria de agradecer a nossa orientadora Maria de Nazaré Tavares Zenaide por sua paciência, generosidade, carinho, transmissão de conhecimento nos direcionando e auxiliando de forma enriquecedora no desenvolvimento do TCC e por ser essa pessoa extraordinária que nos acolheu de uma forma receptiva e carinhosa.

“Se alguém me matar, continue a luta, não vou fugir da luta. Se me matarem, matarão um homem.”

(Almir Muniz da Silva)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como objetivo explicar à respeito da questão agrária e os movimentos sociais rurais a partir da relação com o Serviço Social. Com o intuito de analisar, compreender a trajetória deste movimento que há muitas décadas vem sofrendo com constantes negações, privações e violações de seus direitos sociais mais básicos usurpados descaradamente uma vez que os grandes latifundiários e o atual governo não demonstram nenhum pudor ou respeito ao lidar com as causas dos trabalhadores rurais sem terra. Temos a intenção aqui de explicitar a trajetória de luta dos camponeses ao longo dos últimos 60 até a contemporaneidade, a luta e reivindicação dá tão sonhada instauração da política de reforma agrária que por vezes pareceu tão perto, e outra vezes cada vez mais distante. Será analisado aqui todo processo histórico de formação dos principais movimentos rurais, a questão agrária, políticas de governo e por fim, como o Serviço Social está associado e se porta diante da causa e na relação frente aos movimentos rurais destacando aqui, a importância de um profissional que é capaz de intervir e mediar ao lidar com essa situação de tensão em prol dessa classe dos trabalhadores rurais constantemente desfavorecidas e desrespeitada, salientado que essa questão é de suma importância e um tema de interesse para o Serviço Social, por mais que seja pouco discutido.

Palavras-chave: questão agrária, movimentos sociais rurais, Serviço Social.

ABSTRACT

This work of conclusion of course (TCC) aims to explain about the agrarian question and the rural social movements from the relation with the Social Service. In order to analyze, understand the trajectory of this movement that for many decades has been suffering with constant denials, deprivations and violations of its most basic social rights brazenly usurped since the large landowners and the current government do not show any modesty or respect in dealing with the causes of landless rural workers. We intend here to make explicit the trajectory of the struggle of the peasants over the last 60 years until the present time, the struggle and claim gives so much dreamed up the policy of agrarian reform that sometimes seemed so close, and sometimes more and more distant. It will be analyzed here all the historical process of formation of the main rural movements, the agrarian question, government policies and finally, how the Social Service is associated and is faced with the cause and the relationship with the rural movements highlighting here, the importance of a which is able to intervene and mediate in dealing with this situation of tension in favor of this class of rural workers constantly underprivileged and disrespected, emphasized that this issue is of paramount importance and a subject of interest to the Social Service, however little discussed.

Keywords: agrarian question, rural social movements, Social Service.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
 CAPÍTULO 1: MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS AO GOLPE MILITAR DE 1964.....	 16
1.1 CONFLITOS AGRÁRIOS NO NORDESTE: A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NO CAMPO COM A PARAÍBA EM FOCO.....	33
1.2 CONFLITOS E VIOLÊNCIA NO CAMPESINATO BRASILEIRO E PARAIBANO: UMA ANÁLISE NO PERÍODO DE 1998 A 2004 COM BASE NOS RELATÓRIOS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) NACIONAL E CPT PB.....	40
1.3 DAS LIGAS CAMPONESAS PB À COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NA PB E O MST.....	48
 CAPÍTULO 2: A QUESTÃO AGRÁRIA NA PB.....	 64
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO EM CONTEXTOS NEO E PÓS NEOLIBERAL.....	70
 CAPÍTULO 3: ASSENTAMENTO ALMIR MUNIZ DA SILVA EM ITABAIANA (PB).....	 79
3.1 LUTAS E CONFLITOS AGRÁRIOS NO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DE TERRA EM ITABAIANA: ALMIR MUNIZ DA SILVA: DESAPARECIDO POLÍTICO (2002).....	84
3.2 O ASSENTAMENTO RURAL HOJE: BALANÇO DE UMA HISTÓRIA DE LUTAS E AÇÕES E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NO ASSENTAMENTO.....	89
3.3 O SERVIÇO SOCIAL NOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS.....	94
 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 100
5. REFERÊNCIAS.....	104
6. ANEXOS.....	110

1. INTRODUÇÃO

Um dos fatores de grande importância na construção e formação social da sociedade brasileira é a concentração de terras em detrimento da nação. Sendo a questão agrária um assunto que marca a história do Brasil desde o colonialismo até os dias atuais, torna-se cada vez mais importante o debate recorrente sobre o assunto da reforma agrária e sua relação com os movimentos sociais do campo, um espaço social marcado por conflitos e violência que afeta uma camada importante da população rural.

Mediante tal problema social e sensibilizados pelos nossos estudos sobre movimentos sociais, junto à disciplina do Curso de Graduação em Serviço Social da UFPB, nós, Bismark Muniz da Silva¹ e Miguel Nóbrega Xavier², vimos à importância de aprofundar o estudo sobre o tema, tendo como campo empírico uma experiência local junto ao assentamento Almir Muniz da Silva, localizado no município de Itabaiana, no agreste paraibano. Outro motivo de importância decisiva para o presente trabalho trata-se da vinculação de um dos membros do trabalho, especificamente, Bismark Muniz da Silva, como filho de assentado, tendo como ponto de partida uma vivência direta com a luta pela terra.

Esta aproximação direta com o tema e o lócus da pesquisa favoreceu o processo de aproximação do objeto de investigação. Vivenciar as experiências de lutas e resistências no meio rural, e ao mesmo tempo, ter a oportunidade de tratar o problema como tema de Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social foi um passo importante nesta fase de encerramento do processo de formação em Serviço Social.

A realidade do trabalhador do campo tem sido um tema raro nos Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social na UFPB. Pretendemos com essa proposta recuperar esse silenciamento da academia, considerando

¹ Graduando do curso de Bacharel em Serviço Social - UFPB

² Graduando do curso de Bacharel em Serviço Social - UFPB

que no Estado da Paraíba o tema da questão agrária é definitivo na formulação teórica da questão social.

A Paraíba tem vivenciado movimentos sociais de luta por um “pedaço” de terra que é uma condição para que a população rural possa trabalhar e dar condições para sustentar sua família com dignidade. Desde as Ligas Camponesas às lutas mais recentes por desapropriação de terras para fins de reforma agrária a Paraíba tem constituído um caso relevante para o estudo do tema. Nesse sentido, o Mestrado de Sociologia Rural hoje vinculado à UFCG tem sido um dos espaços acadêmicos relevantes. Ao dialogar com pessoas que fazem parte da militância rural tem sido recorrente o sentimento da falta de um debate mais aprofundado sobre esse assunto junto ao Curso de Serviço Social.

A atual conjuntura do país denuncia o descaso e presença de injustiças sociais junto à população rural, responsável pela produção alimentar. Por outro lado, os movimentos sociais do campo reclamam da violência e do aumento da criminalidade no campo, principalmente quando afeta as lideranças sociais ou quando implica na violação dos direitos sociais e trabalhistas, dentre outras.

Durante nossa graduação no curso de Serviço Social tivemos a oportunidade de ministrar a disciplina de Movimentos Sociais, quando tivemos momentos de diálogos com a presença de representantes de diversos movimentos presentes na Paraíba. Esse processo pedagógico reforçou nosso interesse de trazer para discussão do TCC a linha de pesquisa Serviço Social e Movimentos Sociais.

Acreditamos que é um tema social que precisa ter mais visibilidade nos diálogos do curso e na atuação profissional como críticos, interventores e mediadores das relações sociais impostas pelo sistema capitalista vigente.

Procuraremos então buscar o referencial teórico para construir o problema de pesquisa ao mesmo tempo, que investigar acerca do panorama histórico dos conflitos rurais na Paraíba. Adotamos como categorias teóricas para subsidiar o processo de pesquisa: desigualdades sociais, questão social, questão agrária, movimentos sociais, violência e políticas públicas.

A violência no campo reflete as tantas expressões da Questão Social que assolam o campesinato brasileiro. O campesinato paraibano luta historicamente contra a violência estrutural, a discriminação social, a criminalização e a perseguição por parte das elites agrárias, uma camada da sociedade que se perpetua historicamente no poder político. CARVALHO e IAMAMOTO, (1983, p.77) definem a questão social à luz do Serviço Social como:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

A partir das expressões da Questão Social no campo gerando processos conflituosos de resistência, mobilização e organização em defesa dos direitos individuais e coletivos, é possível o Serviço Social refletir possibilidades de atuação, seja na produção do conhecimento, seja na intervenção social aplicada.

Como luta pelos direitos individuais, o campesinato paraibano tem uma longa lista de violações de direitos (a vida, a liberdade de associação, de proteção e segurança pessoal, de resistência à opressão) em face da violência onde a maioria dos camponeses sofre por parte dos grandes proprietários de terra. Na Paraíba, esse segmento de classe tem historicamente se envolvido com a repressão aos processos de resistência no meio rural. Exemplos históricos podem ser lembrados, como a repressão nos anos sessenta as Ligas Camponesas. Protegidos pelo Estado e ao mesmo tempo pela “justiça”, crimes contra lideranças camponesas tem ficado impunes, a exemplo de Alfredo Nascimento, João Pedro Teixeira, dentre outros.

O atraso econômico com a concentração da terra e da renda tem afetado o acesso da população rural aos direitos sociais mais básicos,

afetando suas condições de sobrevivência, fator estrutural que tem empurrado uma população analfabeta e desnutrida a lutar até a morte pela terra e contra a violência, pelo trabalho, por educação, saúde e segurança social.

Logo, pretendemos como tema de pesquisa falar sobre toda essa situação que envolve a questão agrária nos movimentos sociais do campo com o enfoque voltado principalmente para os movimentos sociais do Nordeste com foco na Paraíba, berço de grandes símbolos de resistências, lutas, vitórias e constantes embates dos movimentos sociais do campo que na dinâmica da nossa sociedade capitalista conseguem se organizar, defender e não desistir de um ideal que visa evidenciar a importância da reforma agrária como um dos propulsores para uma sociedade com mais dignidade e justiça.

É objetivo geral do trabalho, resgatar as lutas sociais e as conquistas alcançadas pelos trabalhadores rurais até a conquista do Assentamento Almir Muniz da Silva. Como objetivos específicos, pretendemos: analisar o contexto histórico, social e econômico brasileiro que gestou a questão agrária no Brasil como um campo permanente de conflitos e lutas sociais; as lutas e conquistas por políticas de reforma agrária; e finalmente, analisar os conflitos sociais na antiga “Fazenda Tanques” no município de Itabaiana que resultaram na instalação do assentamento rural de Almir Muniz da Silva.

Portanto, nossa pesquisa será qualitativa, pois, trata-se de um estudo de caso qualitativo com a perspectiva de resgatar a luta dessa população pela terra na antiga “Fazenda Tanques⁶”. Sendo assim, Triviños (1987, p. 133-134) define Estudo de Caso:

É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente. Por um lado, a natureza e abrangência da unidade. Esta pode ser um sujeito. Por exemplo, o exame das condições de vida (nível sócio-econômico, escolaridade dos pais, profissão destes, tempo que os progenitores dedicam diariamente ao filho, orientando-o nos estudos, tipo de alimentação do aluno, prática de esportes, sono, perspectivas

do estudante e dos pais em relação ao futuro da criança, a opinião dos professores, dos colegas etc.) que rodeiam um aluno que repetiu a primeira série do 2.º grau, de uma escola pública.

A pesquisa bibliográfica e documental por sua vez, segundo Severino (2007, p.122) pesquisa bibliográfica pode ser definida, como:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Enquanto a pesquisa documental pode ser compreendida ainda segundo Severino (2007, p.122):

[...] documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Optamos por aderir aos dois tipos de pesquisa bibliográfica e documental, pois, recorreremos a livros, artigos e teses, concomitantemente também a fontes mais específicas como os cadernos de relatórios da CPT, documentários como *Um Cabra Marcado Para Morrer* e *Peões* que retratam a realidade do campesinato brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, *O Dia que Durou 21 Anos* (2013) com os impactos da Ditadura Militar que atingiu o campo brasileiro desarticulando o movimento camponês que existia na época.

A metodologia do trabalho de campo implicou na observação participante e assistemática a respeito dessa realidade de como vivem as

famílias, seu cotidiano, desafios e perspectivas. Procuramos analisar, interpretar, compreender, investigar e explanar sobre os fatores responsáveis pelo surgimento e formação dos movimentos rurais da década de 1950 até o Golpe Militar de 1964. Os conflitos e a violência estrutural que se enraizaram no campo brasileiro, com um olhar sempre voltado ao campesinato paraibano, pode ser investigado a partir da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O processo de análise dos dados obtidos através dos documentos, da pesquisa bibliográfica e da observação participante teve como orientação teórica a técnica de análise de conteúdo temática de Bardin (2011).

O Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em três capítulos. O **capítulo um** está estruturado de modo a subsidiar uma análise histórico-social dos movimentos sociais no campo no Brasil e na Paraíba, considerando que a luta pela posse da terra não tem se dado de forma pacífica, nem no período colonial até a república. A pesquisa bibliográfica e documental, a exemplo dos Relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi muito importante abordar desde as Ligas Camponesas até a luta da Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores sem Terra. O **segundo capítulo** aborda as conquistas no campo dos direitos e das políticas públicas que desdobraram em processos de desapropriação rural e criação de assentamentos rurais em terras de longos processos de resistência. Nesse momento pretendeu-se contextualizar as políticas públicas em contextos Neo e Pós-neoliberal, fazendo um contraponto, dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), quando conquistas e perdas de direitos foram experienciadas. O **terceiro capítulo** foca no estudo de caso, na experiência do Assentamento Almir Muniz da Silva. Nesse momento, o trabalho abordou o desaparecimento de um líder político dos assentados, suas lutas e conflitos até a demarcação das terras e a chegada de ações e programas de governo. Finalizamos com uma reflexão acerca da relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais, frente à questão social no meio rural.

CAPÍTULO 1: MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS AO GOLPE MILITAR DE 1964

Neste primeiro capítulo, iremos abordar sobre os movimentos sociais no campo. A história do campesinato brasileiro surgiu desde muito cedo, seu início ocorreu nos anos de 1500, no período do Brasil Colônia³, onde os grandes proprietários de terras ao longo de toda a história impuseram ao camponês, ao índio e ao trabalhador rural uma posição de total subordinação social, econômica e política.

Como será feito um recorte histórico analisaremos neste capítulo um dos, ou senão o mais importante e representativo movimento em prol dos camponeses, as Ligas Camponesas. Para entendermos em sua totalidade é necessário analisarmos o período um pouco antes de seu surgimento, foi justamente em 1945 quando o Brasil se encontrava no processo de redemocratização após o Estado Novo⁸ (1937-1945) que emergiu movimentos de resistências no campo gestando várias organizações de trabalhadores rurais e de defesa dos direitos (exemplo do Centro de Defesa da Arquidiocese da Paraíba, Setor de Educação Popular, Pastoral de Terra, Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, dentre outros). (ZENAIDE⁴, 2010).

A sociedade brasileira é, historicamente, marcada por um cenário de lutas sociais desde sua inserção no processo de colonização. Com a implantação do modo de produção capitalista e a formação do movimento operário as lutas de classe expandiram para todos os âmbitos do nosso país, do campo e da cidade. Nessa perspectiva os movimentos sociais podem representar diferentes posicionamentos, ora de enfrentamento das

³A gênese do problema da concentração fundiária brasileira se dá desde muito cedo com o surgimento do Brasil Colônia período que compreende os anos de 1500 com a chegada dos portugueses afim de tomar posse das terras brasileiras.

⁴ Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (1980), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1986) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2010). Professora adjunta IV, vinculada ao Departamento de Serviço Social do CCHLA da UFPB. Participa como membro permanente do Mestrado de Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas Linha de Pesquisa Cultura e Educação em Direitos Humanos do PPGDH e membro colaboradora do Mestrado de Educação, na linha Políticas Educacionais.

desigualdades e contradições sociais do modelo capitalista de produção (movimento operário), ora de tentativa de inclusão no processo em curso de modo a acessar os direitos de cidadania (carteira assinada, 8 horas de trabalho, férias, etc.) ou mesmo de caráter conservador, a exemplo da Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA) que segundo Cittadino (2004) conhecida como Liga dos Latifundiários (LILA) atuou na defesa da propriedade rural concentrada no latifúndio.

Os conflitos no campo, entretanto, assumem maior radicalidade, uma vez que reivindicam o que tem de mais valor no capitalismo, que é a defesa irrenunciável da propriedade da terra, um valor inclusive protegido pela Constituição Federal de 1988⁵, em seu Art. 5: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” [...] (BRASIL, 1988).

A tensão no campo ocorre entre os que lutam pela reforma agrária e a democratização da terra e os que preservam a concentração da propriedade rural, considerando que os camponeses em condições extremas de violação dos direitos (à vida, à terra, ao desenvolvimento, à educação, à saúde, à segurança, entre outros) são impossibilitados de terem acesso aos direitos econômicos, sociais, culturais e aos direitos civis.

A construção dos sujeitos políticos no campo é atravessada pelo sistema capitalista que concentra a terra e a riqueza de forma desigual gerando as múltiplas expressões da questão social, como a pobreza, o analfabetismo, a violência estrutural e a violência institucional.

O acesso à terra para os camponeses e as populações tradicionais constitui o elemento propulsor de desenvolvimento social, daí porque o

⁵Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. Acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

latifúndio interfere drasticamente na qualidade de vida do trabalhador do campo. Daí porque as revoluções socialistas (Constituição Mexicana de 1917 e a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado de 1918) reivindicam em suas Constituições a socialização da terra e a abolição da propriedade privada da terra. (COMPARATO, s/d; AUAD, 2008)

O capitalismo sempre com seu caráter explorador, expropriador e violento desenvolve suas potencialidades aumentando as desigualdades sociais no âmbito rural através do latifúndio, do agronegócio, da agroindústria e das ramificações capitalistas que se apoderam do meio rural concentrando as terras nos latifúndios que visam exclusivamente fins lucrativos e ampliação do processo de acumulação capitalista.

Em consequência dessa realidade, os movimentos sociais de luta pela terra buscam o enfrentamento dessas condições impostas pelo capitalismo, que se expande por todo o território nacional, desde o processo colonial. No Estado da Paraíba onde são evidenciados vários conflitos de terra, desde a resistência indígena durante a colonização no litoral e sertão (a Guerra dos Bárbaros⁶) a luta em defesa das terras tradicionais resultou em várias guerras entre potiguaras, tabajaras e tapuias, assim como, nas Ligas Camponesas, na Pastoral da Terra e no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. (PIRES, 1990).

A luta por reforma agrária questiona a função social da terra uma vez que parte do latifúndio preserva as terras improdutivas em detrimento da agricultura familiar, da pequena produção, do desenvolvimento agrário de cunho social, buscando a diminuição da desigualdade social no campo, a dignidade humana e o fortalecimento dos assentamentos da reforma agrária. Assim, as elites agrárias no Brasil insistem e defendem a atual estrutura fundiária brasileira marcada historicamente por elevada concentração da terra e a expulsão do homem do campo para os centros urbanos.

⁶PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros: resistência, indígena e conflitos no nordeste colonial**. Recife, FUNDARPE, 1990.

E, no âmbito de uma política retrógrada, de natureza neoliberal, incentivam não somente as iniciativas das classes dominantes de contra reforma agrária, como também contribuem para a concentração da renda e da riqueza no país na mão de uma única classe e assim, gerando uma exorbitante desigualdade social, onde há uma discrepante e desleal relação de classes.

Em virtude do caráter autoritário e conservador das elites agrárias esses segmentos adotam desde a Era Vargas políticas conservadoras, seja em relação à previdência e à proteção social, seja em relação aos direitos dos trabalhadores. Tais iniciativas, aliadas com políticas de governo tendem a facilitar a apropriação privada dos recursos, a exploração dos trabalhadores rurais e a má redistribuição de terras.

As múltiplas expressões da questão social no campo implicam na negação dos direitos mais básicos e mínimos a quem precisa do acesso à terra para subsistência, o trabalho, à saúde, à segurança, dentre outros.

O poder político dos proprietários de terra historicamente legitimou o modelo de exploração com viés conservador e liberal das classes dominantes. Sendo assim, esse conjunto de fatores pode ser considerado como uma das principais causas da desigualdade social do campo no Brasil.

Em decorrência das grandes restrições e dificuldades vividas pelos trabalhadores do campo em diversas regiões do Brasil, principalmente na região nordeste, junto a sua falta de perspectiva e de possíveis melhorias de condições de vida, onde as múltiplas expressões da questão social estavam fortemente impregnadas na realidade desse povo, é que se originou em meados de 1940 um novo movimento social no campo, no qual buscava representar e discutir os interesses do campesinato no plano político e social em um cenário que o latifúndio exercia grande influência.

Diante deste panorama, e em consequência de uma conjuntura política mais favorável digamos assim, as ligas começaram a vir a público, tornando-se mais conhecidas, onde os camponeses se mobilizavam e articularam de forma mais expressiva, lutando por seus direitos, reivindicando melhorias no campo e a implantação da Reforma Agrária.

De acordo com Clodomir dos Santos de Moraes (2006), o período que se iniciou em 1945, com a queda do Estado Novo, marcando o fim de quinze anos da Era Vargas⁷, geraram grandes mobilizações das massas rurais em grande parte dos Estados brasileiros, reivindicando melhores condições de vida, e, por conseguinte, a minimização das expressões da questão social que permearam o campo. Tendo em vista, toda essa tensão instaurada nesse período, o Partido Comunista Brasileiro, bem como, setores progressistas da igreja católica entre outros, acabaram se destacando como formas de organizações sociais e políticas vinculadas e dedicadas a defender as causas e interesses dos trabalhadores rurais.

Também é importante atentarmos ao papel que a política desempenhava favoravelmente a manutenção do sistema capitalista latifundiário, que vem conjugado a essa tendência de blindagem desse sistema desde a origem dos conflitos no campo, tendo como exemplo a região Nordeste em meados dos anos de 1939 á 1945 onde a forma de governo que imperava era a ditadura de Vargas, os grandes donos de usinas que aos poucos foram sucumbindo e os donos de engenho usavam dos meios políticos como proteção de seus interesses para aumentar suas riquezas, inclusive o governo federal colaborava com os grandes usineiros como cita Julião⁸ (2009, p. 41) quando diz que "dispunham, assim, os usineiros de dois recursos seguros para aumentar facilmente o seu patrimônio: a ruína dos senhores de engenho e a lesão ao fisco. Além disso, gozavam de proteção do Governo Federal."

Surgidas em 1945, após o fim do governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), às primeiras Ligas Camponesas foram formadas e articuladas sob a direção do recém-legalizado Partido Comunista Brasileiro (PCB).

⁷ Período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, de forma contínua (de 1930 a 1945). Esse período foi um marco na história brasileira, em razão das inúmeras alterações que Getúlio Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas no país.

⁸ Francisco Julião Arruda de Paula nasceu em 16 de fevereiro de 1915, no Município de Bom Jardim, em Pernambuco, e passou a sua infância na fazenda Boa Esperança ou Espera. Principais obras *Cachaça* (contos, 1951), *Irmão Juazeiro* (romance, 1961), *Que são as Ligas Camponesas* (1962), *Até quarta, Isabela* (1964), *Cambão* (1975), *Guia do camponês*, *ABC do camponês*, *Cartilha do camponês*, *Carta de alforria do camponês*, *Bença, mãe*. Diversos foram traduzidos para outros idiomas.

Segundo Silva (2009) apud Azevêdo (1982) tinha como um de seus objetivos, obterem uma maior projeção para discussões acerca da situação e dos conflitos agrários estabelecidas no país naquele período. Haja vista as barreiras impostas ao homem do campo ao tentar se organizar através de associações e sociedades, ou expressar seus anseios e interesses, frente a um cenário em que predominantemente eram marcados pelos interesses dos grandes proprietários de terras.

Ainda conforme Azevêdo (1982), a gênese das Ligas Camponesas teve a participação de organizações de esquerda, a exemplo do PCB, não se deu apenas para mobilizar o campesinato em torno da questão da terra e dos problemas agrários na zona rural, mas, sobretudo com o intuito de tentar expandir sua área de influência do meio urbano para o meio rural, e consequentemente criando uma ligação entre operários e camponeses, além de possibilitar assim, sua luta contra o latifúndio e o imperialismo, pontos definidos como de total relevância em seus congressos.

Desta maneira, com uma ampla mobilização e a junção dos movimentos urbanos com os do campo o poder de enfrentamento contra o sistema da classe dominante tomaria uma proporção que possibilitaria um combate mais forte e efetivo frente a dinâmica da realidade que desfavoreciam tanto o operário quanto o camponês. Para tanto, esta tarefa era muito difícil diante das particularidades de cada sujeito histórico que pensam de maneiras distintas.

Logo, percebemos que essa junção dos trabalhadores tanto da cidade quanto os do campo não ocorreria, em virtude da diferenciação de ideologias, e assim, o que poderia ser uma grande e expressiva mobilização dessas classes reunidas frente ao sistema capitalista de dominação acabou sendo lutas polarizadas contra o mesmo "inimigo".

Essa tarefa tem sido muito difícil diante das particularidades de cada sujeito histórico que pensam de maneiras distintas conforme Julião (2009) ressalta que "o camponês propriamente pensa de maneira diferente do operário" (p.73), está relacionada à maneira como vivia isolado de uma relação mais profunda com o meio externo para além do seu "mundo" do campo trabalhando na terra, o que até os dias atuais ainda é um desafio. O

homem do campo hoje, de certa forma, consegue se organizar em movimentos sociais, nas associações das comunidades, nos assentamentos e acampamentos mais ainda há uma barreira na junção com o urbano.

Esse ponto é de extrema relevância de caráter político-social quando observamos e avaliamos a importância dessa junção, o avanço da classe trabalhadora seja ela do campo ou da cidade, a forçar que o trabalhador enquanto classe viria a adquirir com mais fervor na defesa de seus direitos.

Através desse contexto político, social e econômico onde o país passou por um processo de redemocratização, e as disparidades socioeconômicas ficaram cada vez mais crescentes, evidentes e alarmantes, associado ao constante processo de industrialização e mecanização que perpassou as cidades chegando ao campo é que as ligas surgem. Sobre tudo o significado que elas adquirem entre a década de 1950 e o início de 1960, a sua real representatividade na história de luta e resistência do campesinato brasileiro.

Todavia, é importante atentar que embora a sindicalização rural estivesse prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas⁹, compatível com os termos da Constituição Nacional de 1946¹⁰ e anunciada como meta de diversos governos, foram barradas pela pressão da elite latifundiária. Ou seja, em todo território nacional, os trabalhadores do campo se organizavam e mobilizavam e, por conseguinte encaminhavam ao Ministério a carta de sindicalização, mas, esta não era autorizada por pressão dos proprietários através da Confederação Rural Brasileira.

Segundo Monteiro e Leal (1998), foi a Constituição de 1946 que legitimou a Reforma Agrária. Entretanto, os projetos que foram enviados ao Congresso Nacional para a sua realização nunca foram aprovados. O Congresso, por sua vez, naquela época tinha forte representação latifundiária, e contava com o apoio de aliados que não queriam mudanças no regime de propriedade da terra, uma vez que eles defendiam a grande exploração dos trabalhadores do campo.

⁹ Acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm.

¹⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm

Dessa forma, os anos de 1948 a 1954 foram marcados por certa independência do movimento camponês, onde os camponeses puderam se organizar, lutar pelos direitos, e com isso formar as primeiras formas de Ligas Camponesas. Já a partir de 1954 as ligas voltam a se articular, inicialmente em locais onde elas já haviam existido como a Liga de Ipatinga (1945-1947), nas imediações de Recife (PE). Foi justamente nessa Liga que se destacou a liderança de José dos Prazeres¹¹ que, posteriormente atuou na reorganização dos camponeses de Pernambuco e que rapidamente se espalhou por outros estados. Em 1947, Prazeres abandona o Partido Comunista e passa a atuar massivamente na mobilização dos trabalhadores rurais através da Liga de Ipatinga, além disso, associava-se com grupos de camponeses em conflito com latifundiários.

Portanto, podemos dizer que as Ligas Camponesas foram antecedidas por alguns movimentos de origem bastante similares. Como o caso, por exemplo, das primeiras ligas formadas em meados dos anos de 1940, o conflito de Porecatu no Paraná em 1950. E de acordo com Clodomir dos Santos de Moraes (2006, p. 25):

A guerrilha de Porecatu apareceu em 1950, na margem esquerda do curso médio do rio Paranapanema, que divide São Paulo e Paraná. A área conflitada começa no município de Porecatu (PR). Originou-se de um processo de litígios sangrentos entre posseiros e latifundiários, que disputavam vastas áreas de novas fronteiras agrícolas do Norte do Paraná, penetradas por imigrantes gaúchos e nordestinos.

A revolta de Dona Noca se originou em 1951, no interior do Maranhão e segundo Moraes (2006, p. 26): “constituiu-se numa ação paralela às lutas de rua que se desenvolveram na cidade de São Luís, capital do Estado, lideradas pelo jornalista Neiva Moreira e pela líder comunista local, Dra. Maria Aragão.”

Essa revolta tinha como liderança política, a prefeita do município de São João dos Pastos, Joana da Rocha Santos, de apelido Dona Noca, que

¹¹ Militante do Partido Comunista (PC), líder da Liga de Ipatinga e importante figura no processo de ressurgimento da liga camponesa no Engenho Galiléia.

lutou ao lado dos operários, dos camponeses e estudantes contra a posse do governador eleito, Eugênio de Barros. Dona Noca viajou ao Recife, onde comprou armas e munições e as conduziu pessoalmente para o interior do Estado do Maranhão.

Morais (2006) destaca, que desta maneira organizou-se ali uma milícia de centenas de camponeses e nomearam um estudante de direito o comando da revolta, com o título de “General Bastos”. Em pouco tempo de atuação, a milícia camponesa conquistou várias cidades, como: Pastos Bons, Miradouro, Passagem Franca e, depois do assalto ao povoado de Mangas (às margens do Rio Parnaíba), ameaçaram ocupar o Piauí. Porém, passados trinta dias de revolta entre as cidades de Barão de Grajaú e São João dos Pastos, no Morro do Mutum, a revolta de Dona Noca foi derrotada por forças policiais, que abusaram da coerção fervorosa para desarticular de uma vez por todas este movimento.

Outro movimento social no campo que precede as ligas de 1954 foi o conflito de Formoso, localizado em Goiás. Onde Clodomir Santos de Moraes (2006, p. 26) sinaliza:

Os posseiros dali, sob a liderança do camponês José Porfírio, resistiram aos latifundiários. Em choques armados contra estes e contra as forças policiais que apoiavam os latifundiários, os camponeses de José Porfírio saíram vitoriosos, proclamando território livre a área localizada entre o rio Tocantins e seu afluente, o rio Formoso.

Em agosto de 1954, o I Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas foi realizado sob a orientação do Partido Comunista de Pernambuco, na cidade de Limoeiro, com a presença da liderança do operário Pedro Renaux Leite. O congresso constituiu-se como uma última tentativa das organizações extraleais de trabalhadores agrícolas (ligas camponesas e sindicatos rurais de Pernambuco), no sentido de se tornarem institucionais.

Ainda em 1954, se formou no engenho Galileia, na cidade de Vitória de Santo Antão, o que pode ser denominado de o segundo período das Ligas Camponesas, onde surge a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), em decorrência do processo de progresso do Brasil, onde os camponeses estavam totalmente excluídos e esquecidos da realidade política, social e econômica.

Conforme Julião (1962), esta sociedade agrícola tinha três objetivos fundamentais: o de auxiliar os camponeses com despesas funerárias, e com isso evitar que os mesmos já falecidos fossem despejados em covas de indigentes; fornecer assistência médica, assessoramento jurídico e o acesso à educação aos camponeses, com o intuito de assistir os trabalhadores do campo e eles terem acesso às políticas públicas mais básicas e essenciais, o aparato e apoio legal no que se refere ao acesso à terra; e por fim, formar uma cooperativa de crédito capaz de livrar paulatinamente o camponês do domínio do latifundiário.

Nessa época inicial de formação da SAPPP, trabalhavam cerca de 140 famílias de camponeses no engenho Galileia em regime de foro, ou seja, em troca de cultivar a terra, os camponeses deveriam pagar uma taxa fixa em espécie ao proprietário da terra. Contudo, é importante salientar que esse engenho já se encontrava como latifúndio improdutivo, sendo assim, impróprio para plantio.

Inicialmente a SAPPP recebeu respaldo do proprietário do engenho Galileia, Oscar Beltrão. Porém, advertido sobre o objetivo do movimento, de proposta comunista e finalidade política, o proprietário pressionou os camponeses para se desfazerem da liga, mas os mesmos resistiram, e com o apoio de Francisco Julião, um dos grandes nomes representativos das ligas, e que já havia se pronunciado a favor dos camponeses, institucionalizaram a associação. É finalmente, no dia 1 de janeiro de 1955 a SAPPP passou a funcionar de forma legal e institucionalizada.

Diante dessa situação, de resistência, representatividade, legitimidade do movimento, a grande mídia conservadora tratou rapidamente por denominar a SAPPP de liga, fazendo alusão aos movimentos que tinham surgido na década passada, onde surgiram as primeiras formações das ligas

camponesas, com o intuito de desarticular e invalidar a SAPPP. Durante entrevista ao Jornal "O Pasquim"¹², Julião confirma que:

Quem batizou a Sociedade Agrícola e Pecuária com esse nome "Liga", em 1955 foram os jornais do Recife para torná-la ilegal. A Liga Camponesa começou sendo crônica policial. Qualquer coisa relacionada com a Liga estava na página policial, porque consideravam que tudo o que acontecia no campo não era senão uma série de delitos cometidos pelos camponeses sob a orientação desse fulano de tal, esse senhor advogado e agora deputado que criava conflitos, tirando a paz do campo. (Entrevista com Francisco Julião: Jornal O Pasquim, edição de 12 de Janeiro de 1979).

Conforme Silva (2009), essa postura, comprova e esclarece a leitura que parte da imprensa, faziam a respeito das diversas expressões da questão social que assolam o campo, questões estas, formadas a partir da exclusão social que se colocava ao campesinato, exclusão a qual ainda encontra-se sua continuidade no interior desse grupo social, permanecendo atrelada aos trabalhadores, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, os quais continuam sofrendo fortes críticas por parte dos meios de comunicação, ligados a setores mais conservadores que resumem os problemas sociais da classe camponesa, onde qualquer tipo de manifestação, reivindicação e luta por melhores condições de vida, são vistos pelos conservadores e os meios de comunicação, como baderneiros, levianos, e que a classe pretendia nada mais que instaurar o caos, a barbárie, constituindo-se em uma forte ameaça a ordem vigente estabelecida.

Essa criminalização das lutas dos trabalhadores do campo se estende até os dias atuais e de maneira bem contundente a grande mídia brasileira trata às questões que envolvem as lutas nos conflitos de terras, as ocupações em fazendas que não são produtivas ou em qualquer movimento que os

¹²Imaginado pelo cartunista Jaguar como um jornal do bairro de Ipanema, do Rio de Janeiro, O Pasquim mostrou que não iria permanecer tão "quietinho". Logo em suas primeiras publicações, atingiu sucessivas marcas de 20,30 e 40 mil exemplares. Era o jornal "do contra". Contra-cultura, contra o conformismo, contra o caretismo e principalmente contra a ditadura.

trabalhadores do campo, representados hoje pelo MST o principal movimento de luta, como atos criminosos feitos por invasores que simplesmente invadem destrói.

Usando de tal meio para fragilizar, deslegitimar a luta do homem do campo colocando-o perante toda sociedade como um criminoso, reforçando e protegendo a classe dominante agora com um determinado apoio da própria população que adere a ideia e absorve a informação de tal maneira que reproduz a discriminação dos movimentos de luta pela terra e reforma agrária sem conhecer a real história e o seu real propósito.

Tendo em vista essa marginalização que os movimentos sociais do campo vinham sofrendo, notamos que para a classe dominante conservadora e a mídia especializada aliada da mesma, a estratégia mais eficaz de desfragmentação, e a tentativa de aniquilação desses movimentos eram colocá-los como os grandes vilões dessa história, ou seja, as vítimas acabaram tornando-se “criminosos”, com isso as ligas eram constantemente criminalizadas, pois qualquer mínima reação ou resistência que os trabalhadores do campo fizessem, iria sofrer grandes represálias das autoridades locais e dos grandes proprietários de terra.

Diante desse entrave e ainda com o agravamento maior da situação de desamparo e das dificuldades enfrentadas pelas ligas camponesas percebemos a importância de que as mesmas precisariam reagir e focar numa maneira de sair das garras do poderio opressor e conservador. Uma dessas maneiras era a expansão das ligas, sendo assim, saindo de um nível restrito, local, e com isso passando a atingir um nível maior, ou seja, fora do município local e com isso obter um status regional. Logo, os trabalhadores rurais poderiam encontrar um aparato jurídico-legal, e apoio que perpassem o interior de sua origem, chegando à cidade e assim ter como aliados as grandes autoridades regionais, políticos e estudiosos, que pudessem auxiliá-los em prol de seus direitos e com isso sair da mira dos latifundiários e da polícia local que facilmente os perseguiram.

Foi nesse período de tensão que o advogado e político Francisco Julião do Partido Comunista surge e assume a causa em defesa dos camponeses do engenho Galileia, prestando assessoria jurídica. Sobre Julião, Bastos

(1984), salienta: “Julião que já defendera inúmeras causas de camponeses, mas causas isoladas. Percebe nesta, por tratar-se de grupo organizado, um grande potencial de desenvolvimento”.

Francisco Julião conhecia muito bem a vida do camponês, conhecendo um pouco de sua história acreditamos que em sua essência ele sentia-se um camponês, não foi por acaso que Julião aderiu a causa dos mais desfavorecidos e injustiçados, tinha uma íntima relação com o povo camponês como o próprio cita:

Acostumara-me à vida dura do campo e disputava com os filhos dos rendeiros e assalariados os mesmos jogos e as mesmas fainas, tais como subir a uma árvore para derrubar um arapué com um facho aceso em uma das mãos e a foice na outra, tombar canas para as moendas ou deixar-nos conduzir a toda velocidade pelos cavalos sem sela e sem cabresto até precipitar-nos das barrancas do açude sobre as águas (Julião, 2009, p. 45).

Neto de dono de engenho por parte de pai e de magistrado advogado que gostava de política por parte mãe, Julião cresceu ouvindo os elogios sobre o avô paterno, a quem não teve a oportunidade de conhecer pessoalmente, pois morrera no mesmo ano de seu nascimento, que diferente dos demais senhores de engenho não regia o seu engenho a duras penas para os então escravos na época, pelo contrário, os então "ex-escravos" teciam elogios e recordavam como seu avô era "bom". Do materno herdou a profissão e a inclinação para a política, o que de certo foi um fator extremamente relevante perante a figura que se tornaria no decorrer da história, também trazia consigo os ensinamentos de seu pai que valorizava a honestidade com que o homem poderia agir tendo por base essa “formação” sua luta junto as ligas camponesas surgiram anos mais tarde e tomaria uma proporção nacional e seu protagonismo seria o principal destaque nesse movimento.

Mediante esse contexto, de expansão e ampliação das ligas a nível regional, e a mobilização articulada, dos parlamentares do Partido Comunista dando subsídios de forma prática às ligas camponesas, é que começou a

surgir o que pode originar o Conselho Regional das Ligas Camponesas¹³, tornando-se assim, o que posteriormente seria um instrumento de suma importância no processo de crescimento do movimento. Conforme Moraes (2006), “o conselho, formado por personalidades urbanas, desempenhava duas funções simultâneas: dar amplitude e respaldo político ao movimento camponês; sensibilizar as massas urbanas com relação às palavras de ordem rurais”.

Em consequência dessa nova estrutura organizacional, e de todo respaldo do qual vinha se munindo, as ligas começaram a sua expansão e visibilidade, de forma acelerada. Um fato importante para nos atentarmos desse processo foi à desapropriação do engenho Galileia, por conseguinte, a distribuição das terras entre os camponeses em 1959. Esse acontecimento pode e deve ser considerado como um marco e reconhecimento na história de luta de um povo que reivindica melhores condições de vida há muito tempo. Diante dessa situação, acabou estimulando de maneira extraordinária o movimento das Ligas Camponesas, que passou a tomar grandes proporções, isto é, extrapolando as fronteiras de Pernambuco, consolidando seu prestígio, notoriedade e visibilidade no Nordeste e em outras regiões do Brasil.

Decorrente desse processo de desapropriação do engenho Galileia em 1959, é marcado por uma mudança de atitude das ligas onde Moraes (2006, p. 44) afirma:

A Liga da Galileia, que foi a base das modernas Ligas Camponesas, estava condenada a desaparecer como o centro principal do proselitismo e de capacitação do movimento camponês. O Estado passou a administrar o engenho Galileia e a absorver as ambições de seus camponeses. Reduzidos a proprietários tutelados pelo governo estadual, os camponeses da Galileia foram perdendo o interesse político pela luta camponesa.

¹³ MORAIS, Clodomir dos Santos. “A História das ligas camponesas do Brasil.” In. STEDILE, João Pedro (org.) História e natureza das ligas camponesas, São Paulo: Expressão Popular, 2002, p. 35.

Então, com fim da década de 1950, observamos o grande potencial de desenvolvimento e expansão que as ligas conseguiram definitivamente serem conhecidas e projetadas em âmbito nacional. Já no início dos anos de 1960, frente a toda essa visibilidade de terem sido conhecidas em todo o Brasil, as ligas começam a passar por mudanças ideológicas, tendo em vista todo o afastamento de seu caráter comunista adquirido ao longo dos anos e da influência partidária do Partido Comunista Brasileiro, e posteriormente, assumindo um papel mais revolucionário tendo por base a experiência da Revolução Cubana¹⁴. Portanto, é justamente nesse contexto de transição de ideologia que surge o famoso lema aderido pelas ligas camponesas de reforma agrária “na lei ou na marra”¹⁵, marcando assim, um novo caráter ideológico assumido pelas ligas.

As ligas defendiam uma efetiva reforma agrária no Brasil, recorrendo em alguns casos a ações armadas contra as medidas repressivas e autoritárias de alguns latifundiários, notadamente começa-se aqui a influência do ideário revolucionário cubano. Essa característica despertou preocupação nos Estados Unidos, cuja imprensa apontava as ligas como uma ameaça política ao Brasil.

¹⁴Sendo uma das últimas nações a se tornarem independentes no continente americano, Cuba proclamou a formação de seu Estado independente sob o comando do intelectual José Martí e auxílio direto das tropas norte-americanas. A inserção dos norte-americanos nesse processo marcou a criação de um laço político que pretendia garantir os interesses dos EUA na ilha centro-americana. Uma prova dessa intervenção foi a criação da Emenda Platt, que assegurava o direito de intervenção dos Estados Unidos no país.

Dessa maneira, Cuba pouco a pouco se transformou no famoso “quintal” de grandes empresas estadunidenses. Essa situação contribuiu para a instalação de um Estado fragilizado e subserviente. De fato, ao longo de sua história depois da independência, Cuba sofreu várias ocupações militares norte-americanas, até que, na década de 1950, o general Fulgêncio Batista empreendeu um regime ditatorial explicitamente apoiado pelos EUA. Sob a liderança de Fidel Castro, Camilo Cienfuegos e Ernesto Che Guevara, um pequeno grupo de aproximadamente 80 homens se espalhou em diversos focos de luta contra as forças do governo. Entre 1956 e 1959, o grupo conseguiu vencer e conquistar várias cidades do território cubano. No último ano de luta, conseguiram finalmente acabar com o governo de Fulgêncio Batista e estabelecer um novo regime pautado na melhoria das condições de vida dos menos favorecidos. Entre outras propostas, o novo governo defendia a realização de uma ampla reforma agrária e o controle governamental sob as indústrias do país. Obviamente, tais proposições contrariavam diretamente os interesses dos EUA, que respondeu aos projetos cubanos com a suspensão das importações do açúcar cubano. Dessa forma, o governo de Fidel acabou se aproximando do bloco soviético para que pudesse dar sustentação ao novo poder instalado.

¹⁵ Lema proposto aderido pelos seguidores de Francisco Julião, chamados de Julianistas pautados e influenciados pela Revolução Cubana.

Portanto, notamos que mediante ao processo de desenvolvimento das ligas se propagando a nível nacional, e agora despertando atenção e olhares como de outros de países como Cuba, impressionado com o poder desenvolvimentista e vendo as ligas como um movimento promissor de revolução. Enquanto os Estados Unidos, estaria preocupado com as dimensões, e o crescente caráter revolucionário que as ligas estavam assumindo cada vez mais, para o país norte-americano não era interessante o nível de proporcionalidade e o viés revolucionário que as ligas camponesas vinham assumindo gradativamente e quais imbricações acarretariam no mundo em decorrência da visibilidade, importância e ativismo das ligas e seus componentes.

Assim sendo, nota-se a preocupação dos EUA, de perder sua hegemonia, importância, força e hierarquia frente a um movimento advindo de um país de terceiro mundo, como o Brasil, mas que em consequência da dimensão, da nova postura radical e da proporção e nível de organização e suporte com os outros países latino-americanos, pudessem facilmente “bater de frente” contra os EUA, e com isso o país norte-americano perder sua supremacia e controle econômico frente aos demais países. Logo, podemos dizer que ameaçados com essa situação os Estados Unidos alarmou e financiou os militares brasileiros, incentivando-os ao que viria ser posteriormente o Golpe Militar de 1964¹⁶. Onde é retratado no documentário: O dia que durou 21 anos (2013).

Assumindo cada vez mais a forma de um movimento revolucionário, acabou acarretando no afastamento do PCB das ligas camponesas. E foi no V Congresso do Partido, das teses dos comunistas vinculados às ligas que viam no campesinato a principal força revolucionária. O Partido, nesse Congresso, realizado em 1960, consagrara a tese do caráter nacional-democrático da revolução, atrelando a reforma agrária enquanto o movimento camponês tinha por objetivo às necessidades táticas dessa etapa alicerçadas numa frente única constituída de operários, estudantes e camponeses,

¹⁶ Documentário brasileiro, dirigido por Camilo Galli Tavares, sobre a participação do governo dos Estados Unidos na preparação, desde 1962, do golpe de estado de 1964 que ocorreu no Brasil. Divido em três partes: “A conspiração”, “Golpe de Estado” e “O Escolhido”, relata de maneira pluralista dos bastidores e antecedentes da Ditadura-Civil Militar Brasileira.

formando assim, uma grande classe homogênea. Em razão desse entrave, a relação PCB - Ligas Camponesas que já estavam abaladas acabara por agravar, gerando assim, uma cisão, ou seja, o rompimento da parceria do PCB com as “novas” ligas, que viam assumindo cada vez mais um viés de movimento revolucionário, enquanto os comunistas seguiam a orientação sindical posta pelo Partido Comunista Brasileiro.

Em 1961, já existiam federações das Ligas em dez estados e diante desse grande desenvolvimento do movimento, foi fundado o Conselho Nacional das Ligas Camponesas, com representação em treze estados. Houve um processo de articulação nacional que colocou a luta dos trabalhadores rurais em outra categoria, ela passou a ser feita não mais de ações isoladas, mas contando com uma forte organização.

Ainda em 1961, e em decorrência de toda essa extensão que o movimento agora passa a ser reconhecido em âmbito nacional é que marca efetivamente o contato e aproximação de Francisco Julião com as ligas com as concepções e ideais revolucionários cubanos, assim expandiu sua visão estratégica de luta por direitos de melhores condições, ampliando e lutando por acesso à terra e idealizando a tão sonhada consolidação da reforma agrária que aparentava estar cada vez mais próxima de se concretizar. Em consequência dessa nova dinâmica, Julião toma frente e torna-se o principal líder das Ligas Camponesas.

Dessa maneira, analisamos que essa possível concretização de reforma agrária na visão dos militantes e representantes das ligas é decorrente de uma conjunção de fatores como as posturas ativas e revolucionárias e também, em consequência da conjuntura política, pois o Presidente da República é João Goulart (1961-1964), isso também acabou gerando certa tensão, dos partidos de direita e dos militares, uma vez que Jango era considerado esquerdista, e um de seus objetivos era a realização das Reformas de Base¹⁷ e por conseguinte a efetivação de uma vez por todas da Reforma Agrária.

¹⁷ Reformas sociais e econômicas propostas durante o governo de João Goulart a fim de instaurar as reformas agrária, bancária, fiscal, urbana, administrativa e universitária. Com as Reformas de Base, Jango pretendia alterar as estruturas da sociedade brasileira baseada na

Diante do resultado dessa nova postura que os trabalhadores rurais das ligas camponesas assumiram a forma organizacional de radicais e revolucionários tendo como resultado a “ruptura” do movimento é que nascem os julianistas, os seguidores fervorosos de Francisco Julião que apoiam intensamente a ideia de revolução de reforma agrária seja ela na lei ou na marra, mostrando que os camponeses estavam dispostos mais do que nunca a lutar pela efetivação da reforma agrária, através da guerrilha e consequentemente não mais se intimidar com a coerção e ameaças dos latifundiários e da polícia que assolavam e ainda assolam os trabalhadores do campo.

Como resultado dessa ruptura pode-se definir as ligas como um movimento independente, que agora andara “com suas próprias pernas”, autônomo, radical e livre de qualquer influência partidária, culminou numa pressão e entrave interno: as ligas isoladas cada vez mais agora lutavam com seus ideais de revolução, e os partidos comunistas e a Igreja defendiam a ideia de sindicalização rural. Toda essa situação ocasionou o isolamento das ligas e assim ao mesmo tempo em que elas se tornavam mais revolucionárias, acabava dando abertura para os direitistas e em específico, os militares enfraquecerem o movimento.

É nesse contexto, e com a tomada do poder do presidente João Goulart, que em 1º de Abril de 1964 ocorre o Golpe Militar, onde temendo os rumos que o Brasil tomava, adotando um viés socialista possibilitaria uma virada nos rumos de nossa história. Apoiados pelos EUA, os militares tomam o poder e são eles os comandantes do país nos próximos vinte anos de ditadura. Com essa nova configuração e conjuntura política instaurada no Brasil, o sonho da Reforma Agrária, que estava aparentemente próximo durante o governo Jango, se torna praticamente “utópico”.

concentração de terras, propriedades e rendas, basicamente, além de propor algumas alterações na participação política da população. A principal meta das Reformas de Base era a reforma agrária, que pretendia atacar a secular existência dos grandes latifúndios no país.

As ligas continuaram resistindo, mas, diante dessa nova situação de repressão e coerção abusiva e ver muitos de seus líderes serem perseguidos, exilados, e até mesmo assassinados, as ligas camponesas foram enfraquecidas e gradativamente desarticuladas.

Logo, percebemos que passados quase duas décadas de um rompante de liberdade política que o Brasil vivia nesses quase vinte anos, de consciência, organização, ativismo e de luta massiva por seus direitos efetivados, frente a essa nova configuração acontece um retrocesso, onde militares que tomam e ficam no poder com o fim de intimidar os trabalhadores rurais e na visão deles manter a ordem vigente, através da repressão, ameaças, e censurar qualquer mínima mobilização no campo ou na cidade, pois para os militares os rumos que o país tomara não era de interesse deles e de toda a direita, por consequência tal postura e ação coercitiva, gerou várias situações de violência e conflitos no campo que será discorrido nos tópicos seguintes.

1.1 CONFLITOS AGRÁRIOS NO NORDESTE: A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NO CAMPO COM A PARAÍBA EM FOCO

A dura realidade em que se construiu o campesinato na região Nordeste, retrata até os dias atuais a situação de exploração, abuso e violência que o camponês paraibano vem sofrendo nas mãos dos latifundiários. Toda brutalidade exercida sobre o homem do campo nordestino é constatada na história do nosso Estado, como uma página onde foi escrita com sangue os inúmeros casos de violência contra aqueles que lutaram e ainda lutam por mais dignidade, pelo direito do seu "pedaço" de terra para trabalhar e morar com sua família, tendo-a como forma de subsistência e fortalecimento de uma cultura constituída pela agricultura familiar que é a principal fonte de abastecimento alimentar nacional. (CADERNOS CPT, 1998)¹⁸.

¹⁸ CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Caderno Conflitos no Campo – Brasil. 1998.

Diante deste quadro de conflitos e violência que permeiam o campesinato no Nordeste e em específico na Paraíba, iremos analisar por que a Região Nordeste é considerada como uma das regiões mais violentas no que diz respeito aos atentados e assassinatos contra os trabalhadores rurais, através de dados encontrados nos cadernos de relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que acompanha esses fatos desde meados de 1988, especificamente na Região Nordeste.

A distribuição de terras no Brasil apresenta um marcante desequilíbrio gerador de conflitos sociais, onde os grandes proprietários de terras tomam posse de grandes quantidades de hectares de terras, enquanto a expressiva massa trabalhadora rural, os camponeses, tem acesso a uma quantidade mínima desses milhões de hectares de terras.

Tal fato ocorre no Brasil desde o período colonial e se intensifica no processo de acumulação de capital, ocasionando uma desigualdade social que acarreta um quadro generalizado de extrema miséria para aqueles que dependem da terra para sobreviver, que tem a terra como a própria vida tendo que sujeitar-se a um trabalho que o escraviza nas mãos dos latifundiários que tem a posse da terra.

A exploração social criada e perpetuada pelos latifundiários, como por exemplo nos anos que culminaram o aparecimento das Ligas Camponesas na década de cinquenta, revelaram como os camponeses trabalhavam a duras penas e lhe era dados novos “nomes” que de certa maneira e provavelmente com a intenção de descaracterizá-lo. O camponês como afirma Julião (2009, p.95) não seria apenas uma menção, teria em si um significado ideológico que relembra o camponês dos “movimentos e lutas organizadas contra outros senhores de terras, em outros países”, e sem dúvida incomodava a elite política latifundiária que compunha a Assembleia Legislativa de Pernambuco no ano de 1955.

Por consequência essa situação de desigualdade social, onde só a classe dominante que nesse caso são os grandes proprietários de terra, detém subsídios como os meios de produção e passa a controlar a grande massa de camponeses para trabalhar nas grandes concentrações de terras em troca do mínimo dos mínimos para sua sobrevivência, resta apenas ao

camponês viver numa quantidade ínfima de terras em condições de insalubridade e horas excessivas, tendo seus direitos básicos e fundamentais negados.

Durante a República Velha¹⁹ as elites agrárias concentram o poder do Estado no sentido de legitimarem a exploração e manter o domínio oligárquico no campo. Nesse contexto, o Estado se configurava como um instrumento de classe a serviço das forças oligárquicas. Com a emergência das Ligas Camponesas é que surge a perspectiva de luta por direitos por parte do povo explorado, acessando direitos individuais (segurança pessoal e preservação da vida) e coletivos (saúde, educação, previdência social).

No período da formação das Ligas Camponesas destacando principalmente a região Nordeste²⁰ onde foi seu berço, a massa campesina mais densa e pobre se concentra escravizada pelo latifundiário e em contrapartida é onde encontramos a maior quantidade de riqueza e concentração de terras, ocupadas pela cultura da cana de açúcar²¹ e por terras destinadas como forma de arrendamento para esses camponeses. Esse indivíduo sofre com a exploração e as diversas maneiras de apropriação de tudo que ele produzirá nas terras dos latifundiários, que tomam proveito das condições do homem do campo e o aloca em uma parcela de suas terras com a finalidade de sugar de todas as maneiras possíveis à capacidade do camponês de trabalhar e produzir.

¹⁹ A República Velha também é conhecida como Primeira República e se estende de 1889 até 1930, quando Getúlio Vargas, através de um Golpe de Estado inicia um novo período político. A política de sucessão presidencial dará ainda outra denominação ao momento inicial da República Brasileira, conhecida como política do café com leite. Nesse acordo, centros econômicos do país ditavam a ocupação da presidência. Enquanto São Paulo e sua agricultura cafeeira ocupava a presidência em um pleito, no próximo seria a vez de Minas Gerais representada pela economia do gado leiteiro. Minas Gerais e São Paulo por serem nesse momento os dois polos econômicos do Brasil forjavam as lideranças nacionais, mantendo, porém, acordos com outros Estados para que essa dinâmica política e econômica não fosse quebrada.

²⁰ Região onde compreende o surgimento da Liga Camponesa Mãe, do Engenho Galiléia, posteriormente, diante da sua força de representatividade essas ligas se espalharam por parte dos estados Nordesteiros como Paraíba, Rio Grande do Norte até ganhar projeção nacional.

²¹ Fonte principal do acúmulo de riquezas nas plantações na região Nordeste e em específico na Paraíba o que gerava a ambição desenfreada dos latifundiários na época do surgimento das Ligas Camponesas.

Em virtude disto, acaba gerando insatisfação e indignação por parte dos camponeses que cansados desta situação, de desigualdade, repressão e coerção, e de não ter acesso aos mínimos de sobrevivência começam a se articular, mobilizar e lutar por seus direitos visando melhores condições de vida, através de estratégias e táticas de lutas coletivas.

Essa insatisfação é um dos primeiros passos onde os camponeses começam o questionamento da sua cruel realidade, quando se vêem explorados de diversas formas pelo seu "patrão" que usurpa a produção de todo trabalho feito pelas suas mãos por trabalharem nas terras que os próprios latifundiários definem como suas e ainda são protegidos pelo próprio Estado e muitas vezes já fazem parte do mesmo atuando na conservação e preservação de "suas terras". Tal situação se estende por todo o Brasil, embora no Nordeste, nos anos cinquenta e sessenta tenham esses conflitos assumidos maiores níveis de tensão social, inclusive na Paraíba que historicamente foi palco de importantes movimentos sociais como as Ligas Camponesas na região do brejo paraibano (SOUZA, 1996; BENEVIDES, 1985).

Nessa dinâmica da constante exploração latifundiária que foi e ainda é, embora com menos "força" nos dias atuais, desenvolvida em nosso estado o camponês começa a conscientizar-se de seus direitos através de sua visão de mundo enquanto sujeito participativo da construção da realidade social e de órgãos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que acompanha a luta desse povo defendendo e lutando junto aos trabalhadores do campo para que seus direitos sejam respeitados e efetivados.

Tais direitos são usurpados pelos proprietários de terra, acompanhado de Estado totalmente "invisível" no que diz respeito ao reconhecimento, efetividade, eficácia e instauração de políticas que dêem subsídios e apoio aos camponeses diante dessa dinâmica de exploração que ocorre no campesinato brasileiro e paraibano.

Portanto, esses fatores econômicos, políticos e sociais geram grandes revoltas, indagações e questionamentos, fazendo com que os camponeses se organizem formando ligas, sindicatos e pastorais assumem essa postura de começar a lutar e reivindicar melhores condições de vida e terem o acesso

à terra que os grandes latifundiários tomam para si. Desse modo, é entre esse período de quase trinta anos desde as Ligas Camponesas que surgem as primeiras mobilizações e organizações dos camponeses gerando a ira dos proprietários de terras, que chegavam a tomar e queimar as carteiras de trabalho criando grupos armados para “caça” dos trabalhadores rurais que exerciam uma forte influência junto aos camponeses reivindicando seus direitos como é o caso de Margarida Maria Alves que se destacou e até hoje é lembrada em nosso Estado e mundialmente pela luta para que os direitos do camponês fossem efetivados e de várias outras lideranças, a exemplo de Alfredo Nascimento²² da Liga de Miriri, de João Pedro Teixeira da Liga de Sapé e Antônio Galdino da Silva de Mari. (BENEVIDES, 1985).

No caso de Margarida Maria Alves era uma mulher paraibana de “fibra” que teve sua luta marcada por várias conquistas contra os latifundiários que atuavam no município de Alagoa Grande na Paraíba, os mesmos da família Veloso Borges que detinham um poder muito grande em todo Estado. Especificamente nesse município tinham um vasto território para o cultivo da cana-de-açúcar na Usina Tanques. Margarida lutou incessantemente para ver o direito de ter a carteira de trabalho dos camponeses que trabalhavam na usina devidamente assinada garantindo os benefícios previstos por lei para os trabalhadores.

Com sua militância e liderança no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande Margarida levou a esperança e a confiança para os trabalhadores rurais da usina, fortalecidos pelo lema que foi a marca dessa mulher guerreira onde ela dizia que: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”. A ira dos latifundiários logo atingiu nossa maior representante camponesa e foi no dia 12 de agosto de 1983 que margarida foi assassinada em sua própria casa entrando para lista de mais uma liderança camponesa morta pelo latifúndio.

²² Em 1964, com o golpe empresarial-militar, muitos trabalhadores rurais foram expulsos das terras onde moravam. Uma das propriedades mais famosas – a Fazenda Miriri – (Mamanguape), onde foi assassinado o líder camponês Alfredo Nascimento, expulsou centenas de moradores, os quais formaram um aglomerado na entrada da cidade de Cajá a que foi dado o nome de Nova Cuba.

Com a entrada do capitalismo no campo os grandes conglomerados formam as usinas e expulsam o trabalhador do campo, tencionando ainda mais os conflitos. Diante dessa perspectiva intensifica a violência estrutural no campo. Sendo assim, para entendermos o que são esses conflitos agrários, é necessário começarmos pela sua conceituação, onde a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em seu relatório anual de 2012 define:

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produções. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. [...] Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros²³, indígenas, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto [...].

Outras formas de violências que assolam o campesinato brasileiro que se estende ao paraibano são: o trabalho escravo, a super exploração, o trabalho infantil e a restrição do acesso à terra; resultando no agravamento das condições de vida e saúde dos camponeses. Nesse sentido, o conceito de violência segundo o Relatório Mundial sobre Saúde e Violência da Organização Mundial da Saúde²⁴ (2002, p.5) demonstra a amplitude do fenômeno na realidade do campo.

²³ Nas margens do Rio São Francisco, onde as águas cortam o norte de Minas Gerais, e na área de transição entre o Cerrado e a Caatinga, no oeste da Bahia, habitam os geraizeiros, reconhecidos como agricultores dos planaltos, encostas e vales do Cerrado. A nomenclatura destas populações advém do termo “Gerais”, entendido como sinônimo de Cerrado. Segundo seus moradores históricos, antes não havia referência ao Cerrado, apenas aos Gerais, daí o nome geraizeiros. Muitas vezes eles dividem uma propriedade comum, popularmente chamada de quintal, onde plantam e criam animais. O espaço é solidariamente ocupado, com uma diversidade de culturas produtivas, e as tradições locais selam laços de um comunitarismo único.

²⁴Fundada no dia sete de abril de 1948 com o objetivo de desenvolver o nível de saúde de todos os povos. Em sua constituição, a saúde é definida como bem-estar físico, mental e social, ou seja, não necessariamente apenas a ausência de uma enfermidade. Atualmente, a OMS é composta por 193 Estados-membros que incluem territórios que não necessariamente são membros da Organização das Nações Unidas também. Há ainda espaço reservado para os membros associados e os membros observadores. Mas são os Estados-membros que decidem

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Enquanto a violência pode ser compreendida como um constrangimento seja físico, mental e moral, ou seja, o abuso de práticas coercitivas para poder intimidar os trabalhadores rurais (posseiros, grileiros, foreiros, arrendatários), desse modo tais atos acabam se tornando violações dos direitos dos camponeses, na restrição e violação dos direitos humanos.

Em decorrência de todo esse clima de tensão, a situação dos trabalhadores rurais no Brasil e principalmente na região Nordeste que se estendem pelos Estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte dentre outros, se agravam cada vez mais uma vez que para os latifundiários não é interessante que esses trabalhadores se mobilizem e articulem sob forma de movimento social articulado capaz de reivindicar, lutar pelo reconhecimento de seus direitos e a constante luta pela concretização da reforma agrária.

Esses conflitos agrários e a violência estrutural que permeiam a Região Nordeste, em específico a Paraíba, são acompanhados por todo processo histórico que vai desde o surgimento e ampliação das Ligas Camponesas pelo Nordeste, até o viés revolucionário assumido pelas mesmas. Os grandes líderes do campo acompanhados da expressiva organização de trabalhadores rurais (índios, quilombolas, posseiro²⁵, arrendatários²⁶, pequenos agricultores,

pela adesão de outros países através de assembleias, que são realizadas anualmente no mês de maio. A organização é dirigida por um Diretor Geral com mandato de cinco anos que é assessorado por uma Direção Executiva composta de 34 membros. O financiamento da OMS também é proveniente dos Estados-membros e de doadores parceiros variados, que, por sua vez, colaboram com mais investimentos do que os Estados-membros.

²⁵Trabalhador rural que tem a posse da terra (trabalha nela e dela retira seu sustento há mais de dez anos), mas não possui o documento legal de propriedade da terra.

²⁶Trabalhadores rurais que não possuem terras, mas que dispõem de equipamentos agrícolas. Desse modo, para produzir, alugam ou arrendam a terra de terceiros. O pagamento do aluguel é realizado em moeda corrente ou com parte da produção.

camponeses) estavam cada vez mais conscientes de seus direitos, da expansão da concentração latifundiária das riquezas, do plantio da cana-de-açúcar, acompanhados da insatisfação da super exploração dos proprietários de terra, gerou tamanha efervescência no campesinato, que culminou nos grandes movimentos rurais de luta e resistência.

Não é de interesse do sistema vigente o progresso dos trabalhadores do campo. Este fato gera até os dias atuais revoltas, lutas e conflitos violentos. Os latifundiários acabam aderindo às práticas coercitivas, criminosas muitas vezes aliados com a polícia e outras vezes por meio de capangas, capatazes, com o intuito de sufocar os trabalhadores do campo de todas as formas, seja por meio de ameaças, privação de liberdade, renúncia de terras e até chegar as vias de fato, ou seja, a prática do assassinato.

Fazendo uma análise a respeito de casos onde há conflitos e violência que assolam o campesinato no Nordeste, em específico (com o foco) na Paraíba, analisamos alguns dados estatísticos dessa tensão no campo tomando como base os cadernos dos conflitos no campo elaborados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), fazendo um recorte histórico a partir do ano de 1998 até 2004.

A causa de fazermos esse recorte nesse período de tempo deve-se ao fato de ter uma compreensão mais abrangente do período que antecede o surgimento do conflito dos trabalhadores rurais da Fazenda Tanques que vira a se transformar no Assentamento Almir Muniz da Silva anos mais tarde através da luta incessante por uma vida mais digna, pela defesa dos direitos e por justiça no caso do desaparecimento de um de seus líderes Almir Muniz da Silva, mais uma vítima do latifundiário criminoso e assassino que quer calar a voz do povo do campo que clama por uma sociedade mais justa e menos desigual.

É importante para o estudo, a análise das políticas dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, a fim de destacar, compreender e analisar a incidência dos níveis e picos de tensão que assolam o campo e desvendar os “porquês”, que culminam nesses conflitos e violência

e que serve como parte introdutória para compreender melhor a configuração política, social e econômica dos dois governos, que será explanada no capítulo seguinte.

1.2 CONFLITOS E VIOLÊNCIA NO CAMPESINATO BRASILEIRO E PARAIBANO: UMA ANÁLISE NO PERÍODO DE 1998 A 2004 COM BASE NOS RELATÓRIOS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) NACIONAL E CPT PB

Abordaremos os conflitos e a violência no campo na Paraíba a partir da pesquisa documental e bibliográfica junto a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ao INCRA ²⁷. A CPT tem desempenhado um papel muito importante durante anos junto aos camponeses que sofrem com as desigualdades sociais, a violência e todo descaso proporcionado por uma sociedade que excluiu os povos da terra do acesso à terra. Surgiu em 1975 em um período que o Brasil sofria com as mazelas da ditadura militar, sua origem junto a Igreja Católica e seu vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)²⁸ ajudou na realização de seu trabalho afim de organizar as lutas e combater as disparidades sociais que atingem o homem do campo, sobretudo na região da Amazônia em seu primeiro momento, com casos de trabalho escravo que os trabalhadores rurais dessa região sofriam, até as demais regiões, especialmente o nordeste.

Hoje a CPT conquistou um grande protagonismo em detrimento de suas ações junto ao campesinato brasileiro, estendendo-se por todo Brasil com suas ações focadas nas particularidades de cada região. Na região

²⁷ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, é uma autarquia federal cuja missão prioritária é **executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional**. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais.

²⁸ Fundada no Rio de Janeiro a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ela reúne bispos da Igreja Católica. É o chamado braço político da instituição no Brasil. Busca mediar conflitos e prioriza assuntos sociais.

nordeste, tomando a Paraíba como foco, a maior expressão da desigualdade social apareceu no campo com os conflitos de terra em prol da democratização do acesso à terra.

Os cadernos com os relatórios onde se encontram registrados os diversos casos de exploração, violência, abuso de poder contra os camponeses têm suas informações datadas começando no ano de 1985 até o ano passado em 2016, não abrangendo a totalidade do problema, mas traz conteúdos de grande parte dos fatos que ocorrem no Brasil. É uma importante ferramenta para compreendermos como o campo brasileiro se desenvolveu com essas relações de violência contra os camponeses que perduram até os dias atuais, importante também, como objeto de denúncia contra toda crueldade ainda imposta aos trabalhadores do campo.

Segundo os cadernos “Conflitos no Campo da CPT” do ano de 1998 que faz o panorama de casos de conflitos e violência no campesinato brasileiro, destacando os conflitos por terras e violência. O relatório registra três casos de violência na Paraíba, e esses atentados foram contra crianças, na fazenda em Santa Luzia, no município de Cruz do Espírito Santo. Em contrapartida, na Região Nordeste como um todo foi o ano que mais houve conflitos agrários, ultrapassando regiões como a Amazônia e Centro-Oeste que também trazem um histórico representativo desses conflitos e violência no campo como bem retratam o gráfico de conflitos.

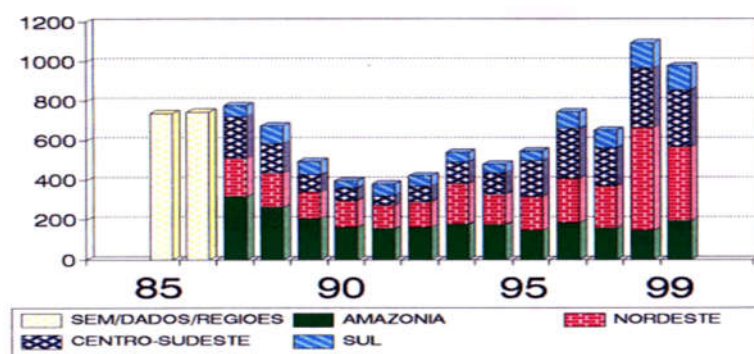


Gráfico 2
Brasil - Conflitos no campo 1985-1999
(Número total)
Fonte: CPT Org.: Oliveira, A.U.

Logo, percebemos que em relação aos anos anteriores e até mesmo ao ano posterior de 1999, o ano de 1998 foi marcado por uma grande e

expressiva representatividade de casos de conflitos que permearam o campo. É interessante atentarmos para a conjuntura política da época, onde quem governava o Brasil era o então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) que tinha um caráter conservador, adotando assim, uma política de desqualificação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a fim de diminuí-los e enfraquecê-los enquanto movimento social.

Outro ponto importante é justamente que o governo federal tomou pra si a “responsabilidade” de práticas coercitivas, onde aliados ao exército nacional criaram mecanismos e estratégias de enfrentamento para com qualquer resistência e clamor dos trabalhadores rurais, e com isso excluir a prática interventiva dos governos estaduais e da polícia militar. Diante de toda essa (re) configuração na relação do governo FHC e MST, gerou mais tensão quando o então ministro da Reforma Agrária Raul Jungmann²⁹, teve o intuito de desfragmentar, diminuir o movimento alegando que o número de pessoas que lutam pela reforma agrária é ínfimo para ser denominado um movimento, acoplados a outras práticas subversivas para deslegitimar o MST.

Comparato (2001) afirma, mediante a essa nova tensão entre o governo FHC e o MST, o presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro Raul Jungmann e a base direitista e seus aliados, tinham o intuito de assentar os trabalhadores rurais, como forma de manobra para enfraquecer o MST e assim, criminalizar o movimento, alegando que o mesmo usa de práticas e estratégias fora da lei para reivindicar de seus direitos sociais.

Desse modo, percebemos que a história se repete, como por exemplo, na época das Ligas Camponesas na década de cinquenta onde a mídia e os

²⁹ Raul Jungmann nasceu no Recife, Pernambuco, em 03 de abril de 1952. Foi deputado federal por dois mandatos consecutivos, entre os anos de 2003 a 2010. Anteriormente, ele já havia ocupado várias funções públicas, inclusive a de ministro de Estado. É filiado ao PPS, partido que ajudou a fundar, quando este foi criado para suceder o antigo PCB (Partido Comunista Brasileiro). Começou sua vida política aos 25 anos, combatendo a ditadura militar, ao lado de companheiros do antigo Partidão, como era chamado na época o PCB. No ano de 1990, exerceu o cargo de secretário de Planejamento do Governo de Pernambuco, no governo de Carlos Wilson. O primeiro cargo de projeção nacional foi ocupado por Raul Jungmann durante o governo do presidente Itamar Franco, quando ele assumiu a Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, a segunda função mais importante do ministério, logo após a de ministro. Quando assumiu a presidência da República, Fernando Henrique Cardoso convidou Raul Jungmann para assumir a presidência do Ibama. Ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, Raul ocupou as funções de presidente do Incra e de Ministro da Reforma Agrária.

partidos conservadores tinham por objetivo criminalizá-las e assim enfraquecê-las, este fato se repetiu durante o governo FHC, onde o MST foi duramente criticado, atacado, criminalizado e mais uma vez a história vem se repetindo, onde criminosos tornam-se “vítimas”, e por sua vez, as vítimas são tachadas de verdadeiros “criminosos”.

De acordo com o caderno dos relatórios da CPT do ano de 2000 foi constatado na Paraíba cerca de 11 casos de conflitos por terra, e foi verificado o uso da violência contra o trabalhador do campo, estavam envolvidas nesses casos cerca de 1.107 famílias camponesas, dessas 473 foram expulsas ou despejadas por ordem judicial, 429 foram ameaçadas de despejo e expulsão das terras ocupadas e 53 famílias tiveram suas casas destruídas.

Através desses números alarmantes percebemos que mais de 90% da população camponesa sofreram com os ataques violentos dos latifundiários apoiados por uma Justiça que vê o camponês como criminoso e os movimentos de luta pela terra acabam sendo considerados nas ações movidas contra os trabalhadores, como formação de quadrilha. Essas ações são tomadas pela elite latifundiária junto aos órgãos da justiça buscando descaracterizar, criminalizar e deslegitimar a luta do trabalhador do campo pela reforma agrária, que é o seu principal propósito.

O ano de 2003 marcaria o que seria um novo processo na atual conjuntura política brasileira, onde se inicia o primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva³⁰ do Partido dos Trabalhadores (PT), diante disso, gerou um entusiasmo por parte dos trabalhadores como um todo, e para os trabalhadores rurais que ficaram bastante eufóricos de ter no poder alguém capaz de entender a conflituosa e desleal relação que permeava o

³⁰ Luiz Inácio Lula da Silva (1945-) ex-presidente do Brasil, ficou no cargo entre 01 de janeiro de 2003 até 01 de janeiro de 2011. É mais conhecido como Lula, apelido que teve que ser incluído em seu nome, para poder usá-lo em sua campanha eleitoral. Lula foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e hoje é o Presidente de Honra. Depois de três derrotas (1889, 1994 e 1998) em eleições para presidente do Brasil, Lula foi eleito em 2002 e reeleito em 2006.

campesinato. Sendo assim, o caderno de relatórios da CPT do ano de 2003 afirma:

O ano de 2003 começou com a euforia da “esperança que vence o medo”. Os trabalhadores e trabalhadoras do campo acreditaram que havia chegado a hora de uma mudança profunda, que a Reforma Agrária finalmente iria acontecer. Por isso multiplicaram suas ações que bateram um recorde histórico. Ocupações e acampamentos somados atingiram o número de 676 ações, envolvendo um número de 124.634 famílias, 623.170 pessoas. (CPT, 2003, p.7).

Ainda de acordo com o caderno de relatórios da CPT 2003, podemos inferir que os conflitos que assolam o campo paraibano mantiveram-se praticamente estáveis em relação aos dois anos anteriores. No ano de 2003 o houve 14 conflitos por terra envolvendo 1072 famílias de trabalhadores rurais. É importante atentarmos que a Fazenda Tanques localizada em Itabaiana está na lista de conflitos por terra na Paraíba onde se encontravam 57 famílias envolvidas. É esta fazenda, que no ano seguinte, em 2004 forma o Assentamento Almir Muniz da Silva nosso locus de estudo de pesquisa.

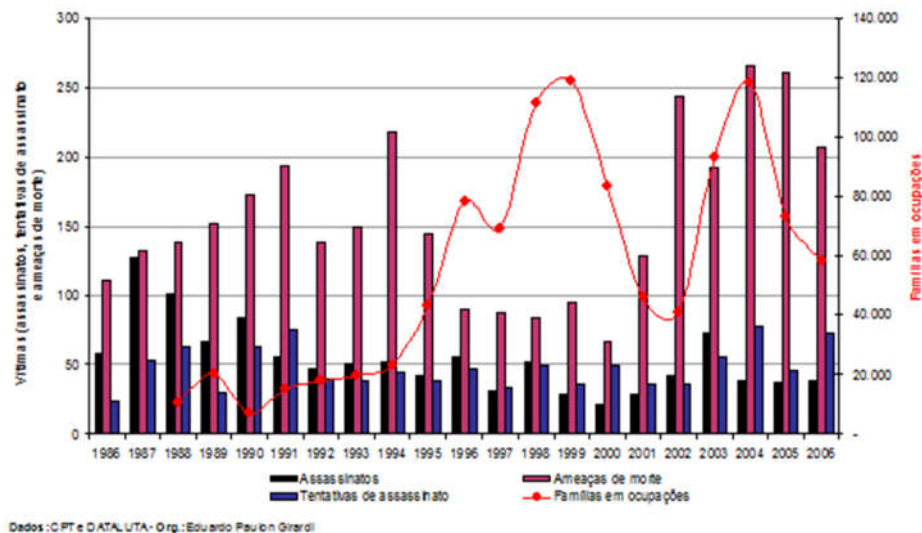
Logo, analisamos que no primeiro mandato do governo Luís Inácio Lula da Silva (Lula), pode-se dizer que o Brasil passou por um novo processo de redemocratização, ou seja, houve uma relação menos conflituosa com o governo no que diz respeito à questão agrária defendida pelo MST. Essa relação foi mais democrática e "tranquila", pois o presidente Lula tinha por iniciativa o projeto da efetivação de Reforma Agrária, gerando assim o processo de democratização do acesso à terra. Diante deste fato, acabou por gerar a ira das oligarquias rurais tanto na Paraíba quanto em todo o Brasil e a insatisfação de bases direitistas, além aberto e capaz de efetivar a democracia no que se refere a distribuição de terra.

Portanto, podemos compreender que esta nova configuração que reflete o Brasil com o governo do Presidente Lula se mostra um governo mais aberto ao diálogo com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, e por uma distribuição de terra menos desigual, e o acesso à terra, onde os trabalhadores rurais vem lutando, resistindo o clamando pela efetivação da

Reforma Agrária e a proteção de seus direitos sociais e trabalhistas durante toda sua trajetória história, com o intuito de um maior reconhecimento e dignidade diante das constantes violações de seus direitos.

Assim sendo, compreendemos o porquê do grande nível de tensões e conflitos que assolaram o campesinato brasileiro no primeiro mandato do governo Lula. Conforme podemos observar no gráfico a seguir:

Assassinatos ameaças de morte e tentativas de assassinato de camponeses e trabalhadores rurais – 1986-2006



Desse modo, é importante entendermos que todos esses dados no que se refere aos índices de conflitos que consequentemente geram a violência são um norteammento para atentarmos a gravidade do problema, uma vez que diante da coerção e práticas de intimidação por parte do latifúndio, com o apoio da polícia e “invisibilidade” do Estado, cercam e sufocam os trabalhadores rurais em nível extremo de constrangimento e amedrontamento causando danos físicos e psicológicos que muitos acabam nem prestando queixas de tais práticas coercitivas e abuso de poder.

A CPT Paraíba desenvolve um trabalho junto aos assentamentos e áreas de conflitos em todo Estado com o objetivo de defender os direitos dos

camponeses paraibanos, agindo como veículo de denúncia a Comissão Pastoral da Terra PB defende a efetivação da reforma agrária para os trabalhadores que ocupam as terras improdutivas do nosso Estado.

Segundo dados da CPT, na Paraíba no ano de 2015 existiam aproximadamente 75 áreas de conflitos envolvidas, onde haviam cerca 3.727 famílias acampadas e 320 áreas desapropriadas com 17.282 famílias assentadas. (CPT, 2015, 27ª Romaria Da Terra³¹, p. 7, 9)

Atuando em nossa região desde 1988, a CPT teve no ano de 2016 um cenário bem mais conturbado no campo com o golpe disfarçado de impeachment³² sofrido pelo governo que durante mais de dez anos desenvolvia uma política no meio rural que possibilitou o aumento em seus primeiros anos, da política de Reforma Agrária. Em 2016 a CPT da Paraíba diante da conjuntura política imposta no país não teve resultados positivos, a Reforma Agrária para o atual governo não é viável e nunca foi, a distribuição das terras brasileiras para o povo, pois significaria a perda da hegemonia latifundiária, onde muitos parlamentares estão diretamente ligados. Assim o trabalho desenvolvido pela equipe da CPT PB em 12 áreas de conflito foi duramente atingido, os avanços nos trabalhos os acompanhamentos das ações governamentais que são feitas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foram cessadas. Acompanhada do aumento da violência, violação dos direitos, perseguições, ameaça de morte, despejos,

³¹ Romaria organizada pela Comissão Pastoral da Terra. Tema: "Memória, Rebeldia e Esperança" Lema: "Sangue dos Mártires, Terra Livre".

³² No dia 31 de agosto de 2016, a presidente eleita em 2014, Dilma Rousseff, foi condenada por cometer crime de responsabilidade pelo plenário do Senado Federal, no processo de impeachment. A decisão encerrou um processo que corria há praticamente nove meses (e cujo pedido inicial foi apresentado à Câmara há quase um ano).

Os senadores participaram de duas votações. A primeira foi pelo afastamento definitivo de Dilma do cargo de presidente. 61 senadores votaram a favor disso, enquanto 20 votaram pela absolvição. Eram necessários 54 votos para afastar Dilma. A segunda votação foi pela inabilitação de Dilma para qualquer função pública pelos próximos oito anos. Apenas 42 senadores foram favoráveis a essa condenação, e 36 foram contra. Como também eram necessários 54 votos, o Senado decidiu não tornar Dilma inabilitada para funções públicas. A agora ex-presidente foi condenada pelas chamadas pedaladas fiscais, mais especificamente aquelas cometidas no Plano Safra em 2015, e por expedir decretos de suplementação orçamentária no mesmo ano.

destruição de lavouras, prisões dentre outras formas de repressão que são características do latifúndio que com o advento do golpe político retirando um governo que agia com mais força nas políticas sociais e colocando um governo que favorece o capital latifundiário.

Como marco dessa perda dos movimentos sociais do nosso Estado e do aumento da violência, em 06/04/2016 em um dos assentamentos que a CPT um de seus líderes foi brutalmente assassinado na porta de sua casa, mostra-se mais uma vez a face cruel e desumana do latifúndio que não teme nenhuma cobrança por justiça acobertada por um governo que defende a propriedade privada e a concentração de terras para uma produção que atende às necessidades do mercado internacional.

Assim atualmente o campo brasileiro nos dois últimos anos vem sofrendo com o retrocesso das políticas que atendam às necessidades do camponês, conjugado ao aumento da violência contra essa população camponesa que sofre com as perseguições e assassinatos de suas lideranças a fim de desmobilizar e enfraquecer a luta pela Reforma Agrária.

1.3 DAS LIGAS CAMPONESAS PB À COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NA PB E O MST:

Como foi abordado anteriormente sabemos que as Ligas Camponesas no nordeste, surgiram no Engenho Galileia, na capital pernambucana, sob a denominação de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), em 1954. Com seu nível de ampliação as ligas foram ganhando forças e perpassando por outros estados e principalmente pela região Nordeste como é o caso da Paraíba, onde inicialmente eram chamadas de Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

Segundo Francisco de Assis Lemos de Souza (1996), as ligas paraibanas foram fortemente influenciadas pela “liga-mãe” de Pernambuco, porém com o passar do tempo essa influência foi se dissipando, uma vez que no Estado da Paraíba as reivindicações dos camponeses eram de ter a legitimidade e o reconhecimento do direito de plantar, cultivar e colher nas

terras arrendadas onde se pagava o foro através do cambão. Souza (1996, p. 19) ainda destaca:

Lutava-se pela extinção do trabalho gratuito - velho costume da exploração feudal - e pelo pagamento do foro da terra, em dinheiro. O camponês receberia os dias que trabalhasse na propriedade na base do salário mínimo e pagaria, em dinheiro, o aluguel da terra que utilizasse.

Assim sendo, as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas que foram articuladas e organizadas no estado paraibano tomam para si a denominação de liga camponesa. A Liga Camponesa do município de Sapé foi a primeira e de maior representatividade e ativismo no estado da Paraíba, liga esta que foi liderada por João Pedro Teixeira inicialmente formada 1954, mas reaparecendo e ganhando nova projeção em 1958 (ALVES, 2017). E de acordo com Bernadete Wrubleski Aued (1986, p. 25) afirma que:

Na Paraíba, parece não haver dúvidas de que a Liga Camponesa começou através da ação de João Pedro Teixeira, em torno de 1954. A figura deste líder tem representado na luta contra a opressão, um exemplo, uma lição. Efetivamente a contextualização histórico-social, assim como os dados biográficos disponíveis nos mostram que não apenas condições objetivas mas também subjetivas contribuíram à criação da Liga Camponesa. Nas contínuas buscas que João Pedro - se lançou para sobreviver, encontrou também "lições de unidade operária", as quais, insistentemente, procurou traduzir na prática, marcando com isto os passos da Liga de Sapé a primeira do Estado.

Aued (1986) sinaliza que, João Pedro Teixeira já vinha desempenhando um papel fundamental de conscientização e articulação dos trabalhadores rurais pela opressão que os mesmos sofriam constantemente nas mãos dos latifundiários, onde seus direitos sociais e trabalhistas eram constantemente negados. Ainda de acordo com Bernardete Wrubleski Aued (1986), a criação da liga inicialmente se deu em 1954, originada na zona rural do município de Sapé, especificamente no quintal da casa de João Pedro

Teixeira, mas esta formação “primitiva” da liga não durou muito tempo, e acabou sendo extinta.

Segundo Juliana Ferreira Alves³³ (2017), a iniciativa de formação da liga se deu em decorrência do retorno de João Pedro Teixeira a Sapé, quando mesmo foi morar em uma das propriedades de seu sogro localizado no sítio de nome Antas do Sono. Foi em consequência ao fato de vir morar nesta propriedade rural que João Pedro conseguiu observar com um olhar mais atento a dinâmica estrutural do campesinato paraibano e a situação de super exploração dos trabalhadores rurais.

Mediante essa conflituosa relação vivenciada pelos trabalhadores rurais, onde eram cercados de privações e negações dos seus direitos sociais e trabalhistas, principal decorrente da restrição e inacessibilidade de seu mais bem mais precioso: o acesso a propriedade, em virtude dessa tensão os camponeses eram frequentemente pressionados e sufocados pela marcação sufocante dos rígidos proprietários de terras.

Elizabeth Teixeira, mulher de João Pedro, narra em uma passagem de sua biografia, *Eu Marcharei na tua Luta* elaborada por a Lourdes Maria Bandeira Etal. (2012) e declara como aconteceu esse período inicial e “primitivo” de formação da Liga de Sapé, onde diz (ALVES, 2017):

João Pedro chegou a Sapé no dia 30 de maio de 1954. Uma semana depois, papai mandou alguns trabalhadores dele para ajudar a gente a fazer um terreno para plantação. João Pedro foi também para a cavagem dos leirões. Alí ele viu bem a situação daqueles homens. Quando chegou a hora do almoço, João Pedro ficou impressionado com que eles comeram, apenas farinha com um pedaço de rapadura, outros uma piaba assada, outros alguns caroços de feijão cozido na água e sal. Ele achava aquilo um absurdo.

Como João Pedro já tinha uma ideia de organização, por causa do sindicato que ele tinha criado em Recife; na semana seguinte, ele começou a sair para andar no campo, para conversar com os trabalhadores. (BANDEIRA etal., 2012, p. 6).

³³ Mestranda/Bolsista Capes - PPGH/UFPB.

No ano de 1958 foi fundada Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé. Lemos (1996, p. 31) sinaliza: “seu nome estava ligado ao da entidade nacional dos camponeses, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)”. Esta associação assumiria o viés de um caráter civil, pautado na institucionalização e legitimação, baseados na legislação e sua finalidade inicial era a assistência social e jurídica com intuito de prestar todo arcabouço sócio-jurídico aos associados.

O seu ressurgimento se deu quatro anos mais tarde, no ano de 1958 com um novo perfil, agora como movimento institucionalizado, traço fortemente influenciado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que sempre buscou traçar o perfil das ligas por um viés institucional, sindical, ou seja, os camponeses devem reivindicar e clamar por seus direitos sociais e trabalhistas através da legislação e do aparato jurídico e com isso evitar as tensões a fim de conter o surgimento de conflitos e violência que assolam o campesinato paraibano.

A respeito de seu ressurgimento Bernadete Wrubleski Aued (1986, p. 25-26) destaca:

Ressurgiu em 1958 com novas feições, novos métodos de ação. Não mais uma Liga doméstica, mas uma Associação com sede na cidade de Sapé. A característica fundamental desta mudança parece se inscrever numa orientação nova, no sentido de institucionalizar o movimento, colocá-lo nos limites da legalidade burguesa. Também procurava mostrar que tal movimento não era “coisa de comunista”, mas de camponês explorado que tem alguns direitos, e não só deveres. Esta mudança fortaleceu muito o movimento embrionário que, já a partir de sua primeira reunião, mobilizou a imprensa e a opinião pública (para acompanhar a iniciativa).

O objetivo inicial da liga paraibana era o mesmo da liga vizinha do engenho Galileia em Pernambuco, onde tinha o caráter de mobilizar, articular e lutar em prol da efetividade dos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores rurais que eram constantemente violados e por consequência disto tinham por intuito combater os desmandos dos grandes proprietários de terra por melhores de condições de vida. Por sua vez, os latifundiários estavam abusando constantemente de um nível extremo de violência para

com os trabalhadores rurais paraibanos com intuito de ameaçá-los e intimidá-los para que os camponeses não se mobilizassem e lutassem pelos seus direitos.

Os estudos sobre as ligas camponeses demonstram ser uma prática dos latifundiários usarem de manobras para não reconhecer de forma legítima a efetividade dos direitos sociais e trabalhistas, Julião (2009, p. 137) afirma:

Sempre que se trata de reafirmar uma regra legal contra o menos protegido, isto é, o que não tem fortuna nem privilégio, nada mais fácil e rápido. Se, porém, se inverte os termos da questão, ou seja, se o menos protegido é o que invoca a regra legal em seu favor, a justiça não somente cega e emudece de uma vez, como passa a caminhar com pés de chumbo.

Benevides (1985) afirma que o Estado não interferia nessa relação dos latifundiários e camponeses, exceto para validar a supremacia desses proprietários de terras, que se destacava pela violência empregada contra os camponeses, dessa maneira, o campesinato paraibano se mobilizou para reagir diante dessa desleal relação de constante violação de direitos.

Assim sendo, formando um grande movimento que tem por objetivo reagir diante toda essa situação conflituosa de injustiça social e com isso reivindicar pelo reconhecimento de seus direitos, foi em consequência dessa forma de organização, formação, luta e representatividade que a Liga Camponesa de Sapé assume amplitude nacional.

Por consequência a essa notoriedade, e o nível de representatividade e importância assumidas pela Liga Camponesa de Sapé, culminou no enfurecimento dos proprietários de terras que compunham as oligarquias paraibanas, uma vez que, como já foi explanado, para quem detém o poder não é de interesse ver o desenvolvimento e progresso dos trabalhadores, nesse caso os rurais.

Portanto, esta situação de amplitude da liga na Paraíba gerou um conflituoso confronto entre os trabalhadores do campo e os latifundiários que estavam cada vez mais revoltosos com os êxitos dos camponeses, em

consequência de que com processo dos trabalhadores rurais ocasionaria um possível “declínio” dos proprietários de terra, o que gerou um grande agravamento de conflitos e violência instaurados no campo paraibano.

Segundo Hélio Zenaide³⁴ (s/d), “Em 14 de março de 1961 os latifundiários praticaram o primeiro massacre de camponeses com o assassinato de Alfredo Nascimento, líder camponês da Fazenda Miriri”. Em seguida, em 2 de abril de 1962, foram contratados “Antônio Alexandre da Silva e Francisco Pedro das Silva, membros da Polícia Militar da Paraíba e Arnaud Nunes Bezerra, vaqueiro de Agnaldo Veloso Borges” para assassinar João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa de Sapé, numa emboscada, quando este retornava a pé na estrada de Sapé, hoje a Rodovia recebeu o nome de João Pedro Teixeira pelo Governador Ricardo Coutinho.

Diante do assassinato de João Pedro Teixeira, a sua esposa Elizabeth Teixeira que também fazia parte da liga, assumiu a missão com a frase histórica “Eu marcharei na tua luta” de continuar lutando em benefício de melhorias de condições de vida e da efetivação dos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores de Sapé, e assim, continuar o legado deixado por João Pedro Teixeira.

Eu nunca tive voz para dizer para João Pedro que continuava a luta dele com os nossos filhos chorando. Quando ele foi assassinado eu fiquei com 11 filhos. [...] E eu nunca tinha voz para dizer que continuava. Só que quando tomei conhecimento que ele tinha sido assassinado, que o carro da liga chegou e me pegou com todos os filhinhos e me levaram até Sapé aonde o corpo dele se encontrava morto e que eu cheguei lá e peguei

³⁴ Hélio Nóbrega Zenaide nasceu no dia 26 de outubro de 1926, no Engenho Barra Nova, na cidade de Alagoa Grande, filho de Heretiano Zenaide Nóbrega de Albuquerque e Maria Elvídia Nóbrega Zenaide. É casado com D. Ada Tavares Zenaide e tem quatro filhos: Maria Valéria, Maria de Nazaré, Eugênio Pacelli e Marina. Iniciou seus estudos em Alagoa Grande como aluno da professora Lauro Nóbrega Montenegro, sua prima; vindo para a capital do Estado, continuou seu curso primário no Grupo Escolar Santo Antônio, em Jaguaribe, e foi aluno da afamada escola da professora Tércia Bonavides Barros. Concluiu o primário na Escola “Melo e Souza”, no Rio de Janeiro. Fez o curso ginasial e científico nos Colégios Salesiano e Nóbrega do Recife, onde se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais pela tradicional Faculdade de Direito, em 1954. Hélio Zenaide ainda realizou outros cursos sobre Desenvolvimento do Brasil, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), do Ministério da Educação, em 1957; sobre o Desenvolvimento do Nordeste, na SUDENE, em 1960; sobre Orçamento Programa, na Universidade Federal do Ceará; e curso sobre Desenvolvimento e Segurança Nacional, na ADESG/PB.

na mão de João Pedro e disse João Pedro, quantas vezes você falou para mim que iam tirar a sua vida e se eu continuava a sua luta, eu não tive voz para lhe responder. Mas a partir de hoje eu vou continuar a sua luta para o que der e vier. Continuei, continuei até acontecer o golpe. Quando aconteceu o golpe eu tirei 8 meses de prisão e aí quando sai da prisão eu tive que fugir.
<https://www.youtube.com/watch?v=EUZVSpbXQBk>

Tendo como tarefa continuar o legado deixado por seu falecido marido, Elizabeth Teixeira teve a importante missão de continuar lutando em prol da efetivação dos direitos dos camponeses, a luta pelo acesso à terra, e o reconhecimento desses direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores rurais assumindo a presidência da Liga Camponesa de Sapé. Dessa maneira, Elizabeth Teixeira torna-se uma figura de tamanha expressividade e liderança dentro do movimento, chegando a se candidatar para vereadora. É importante salientar que apesar da Liga de Sapé ser de maior representatividade e amplitude, as Ligas Camponesas se estenderam para outros municípios do brejo paraibano, como Capim, Mari, Mamanguape, Alagoa Grande, Espírito Santo dentre outras que foram fundamentais para mobilização, adesão, articulação e formação da Liga de Sapé e desta formando um grande movimento social.

Com a repressão das Ligas Camponesas com o advento do golpe militar e suas lideranças presas e assassinadas, a resistência no campo enfraqueceu-se, retomando as lutas nos anos setenta. Na região Nordeste houve um movimento de acompanhamento dos trabalhadores do campo com a Pastoral Rural que deu suporte de assessoria nas lutas e organizações dos movimentos sociais de luta pela Reforma Agrária, até o ano de 1986, era vinculada a CPT nacional. Essa Pastoral Rural vinculou-se definitivamente a CPT no ano de 1988 tornando-se Regional do Nordeste presente nos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. (<https://cptne2.org.br/index.php/quem-somos/historico-da-cpt-nordeste>)

Essa expansão favoreceu para que o trabalho da comissão chegasse nas diversas regiões dos Estados nordestinos, fonte dos maiores e expressivos números de casos relacionados com a questão dos conflitos e

violência no campo. Nessa perspectiva a CPT nordeste fortalecendo sua missão de levar esperança aos trabalhadores do campo vem atuando diretamente denunciando os casos de violação dos direitos sociais, a violência contra o trabalhador e familiares.

Com essa missão, objetivando-se na realização e concretização do principal sonho camponês de ter o acesso à terra garantido por lei como afirma o Estatuto da Terra Lei Nº 4504³⁵, 2º Artigo de 1964 onde diz que "é assegurado a todos a oportunidade do acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social," a CPT busca de forma conjunta aos órgãos Federais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a efetivação dos direitos dos trabalhadores do campo.

A CPT vem cumprindo um papel social de extrema relevância no apoio pela efetivação da reforma agrária, na defesa dos direitos sociais e da conquista de espaços econômicos, políticos, sociais e culturais do campo. Nessa perspectiva a CPT conjuntamente com os movimentos sociais atua para viabilizar a conquista de políticas e programas sociais de promoção do homem do campo, para que não seja apenas para os grandes latifundiários e que essas ações e programas de governo perpassem as porteiras das grandes fazendas.

Na Paraíba, existem quatro equipes da Comissão Pastoral da Terra localizados nos municípios de Campina Grande, Guarabira, Cajazeiras e na capital João Pessoa. Atualmente a CPT- João Pessoa desenvolve assessoria jurídico-popular em média para 80 comunidades onde 5000 pessoas chegam a serem atendidas pela comissão.

A equipe da CPT atua fortemente junto as áreas de conflitos e tensão por terra e nos assentamentos espalhados em diversos municípios paraibanos, esse trabalho se dá através de uma equipe composta por 15 membros dos quais 10 são assentados, de voluntários e dos profissionais da assistência técnica que prestam assessoria direta nos assentamentos. Esse

³⁵ Designação dada à Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a qual se criou formalmente o instrumento institucional, antes inexistente, destinado a adequar a estrutura agrária brasileira às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm

trabalho social iniciado com a gestão de Dom José Maria Pires e continuado na gestão de Dom Marcelo Carvalheira tiveram alterações com as mudanças político-institucional da arquidiocese da Paraíba. Com essa mudança a CPT perdeu o apoio institucional da direção da arquidiocese, ficando os trabalhadores rurais com processos na justiça, assessorados pela CPT em situação crítica, que passou a contar com o apoio dos Deputados, Estadual, Frei Anastácio e Federal, Luiz Couto.

Novamente, a CPT e movimento dos trabalhadores rurais continuam enfrentando a violência no campo. No atual contexto nacional a equipe encontra-se reduzida em face das medidas restritivas de direitos do atual governo federal, com políticas de caráter neoliberal conservador para Projetos de Assentamento (PAs), com o corte de financiamento para assistência técnica aos assentamentos rurais na produção de alimentos e criação de animais e na interação social dos assentados junto a CPT.

É importante o fortalecimento da CPT enquanto equipe, pois é partir de sua atuação que os assentamentos podem desenvolver estratégias organizacionais a fim de orientar as ações tomadas pelos movimentos sociais do campo com o objetivo de viabilizar o progresso das lutas e reivindicações clamadas pelo homem do campo. Esse fortalecimento dar-se-á através das ações desenvolvidas articuladas com o INCRA (nacional) ou Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba - INTERPA (estadual) pautadas em questões como as desapropriações de terras e assentar o maior número de famílias possível.

Vale ressaltar que a articulação direta com os principais líderes dos assentamentos e das áreas de conflitos tem como principal finalidade conhecer as demandas sociais de cada área seja dos assentamentos ou das áreas de conflitos. Tomando o real conhecimento das demandas de cada área, a equipe da CPT conjuntamente com os respectivos representantes de cada assentamento debate sobre possíveis enfrentamentos com ações direcionadas a sanar cada problemática, que podem ser os casos de violência, de abuso de poder, ameaças, dentre outras.

Dentro desse contexto existem parcerias que são de fundamental importância no enfrentamento das expressões da questão social que assolam

permanentemente o campesinato paraibano. A articulação com alguns representantes políticos que tem sua origem diretamente associada à luta na defesa dos direitos dos camponeses paraibanos como é o caso do deputado estadual Frei Anastácio³⁶ (PT) e o deputado Federal Luíz Couto³⁷ (PT), figuras emblemáticas que atuam também na denúncia no parlamento paraibano e federal expondo o abuso de poder dos latifundiários através de práticas coercitivas contra os trabalhadores do campo.

Diante da aniquilação das Ligas Camponesas com o advento do Golpe Militar de 1964 que surgiu com esse intuito de desfragmentar, intimidar e silenciar as reivindicações e a luta dos trabalhadores rurais, nos anos vinte anos de ditadura pode-se dizer que os movimentos do campo ficaram tão encurralados que acabaram de certa forma “silenciados” ou mais cautelosos no que diz respeito ao processo de luta e reivindicações decorrentes da coerção instaurada pela ditadura.

Após os 21 anos de regime militar ressurgem na Paraíba, movimentos de resistência no campo, que criam organizações de defesa e assessoria jurídico-popular, como Pastoral Rural (1975), futura Pastoral da Terra (1988),

³⁶ Conhecido e reconhecido na luta pela Reforma Agrária na Paraíba, apoiando os trabalhadores rurais sem terra e a agricultura familiar, Frei Anastácio já tem quase quarenta anos dedicados à causa e foi eleito deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores pela terceira vez, em 2010. Na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, o Deputado Frei Anastácio não mede esforços nem mesmo palavras. Para ele, o que importa é conseguir garantir melhores condições de vida para a população. Foi com esse propósito com uma história marcada pela resistência e coragem que ele chegou ao cargo de deputado. No exercício das atividades parlamentares, não podia ser diferente. Indignado com a política de exclusão e burocrática dos governos, Anastácio faz do mandato a expressão do sentimento e das reivindicações de cada trabalhador. Tudo começou em 1969 quando Frei Anastácio saiu do seminário em Lagoa Seca – da Ordem dos Franciscanos – , e foi para o noviciado em Serinhahém, no interior de Pernambuco, cidade onde predominava a monocultura da cana-de-açúcar. Nesse período, ele iniciou um trabalho nos engenhos, junto aos canavieiros. O Deputado Frei Anastácio também veio do campo. Nasceu em Esperança, interior do estado da Paraíba, e era filho de pequenos agricultores. A dura realidade desses trabalhadores rurais e a miséria em que viviam foram os aspectos que mais impressionaram Frei Anastácio. Foi a partir de então que começou a refletir sobre a necessidade de mudança da sociedade. Começou também a pensar sobre a questão agrária, o desemprego e a opressão que os trabalhadores sofriam. Nessa época, as usinas paravam durante seis meses o que obrigava os trabalhadores a procurar emprego na construção civil, em Recife. As mulheres ficavam para cuidar das crianças e para garantir sua sobrevivência pescavam nos rios e mangues. Todas essas dificuldades foram acompanhadas de perto pelo frade. <https://www.freianastacio.com.br/quem-e-frei-anastacio/>

³⁷ <https://www.luizcouth.com/ger/novoquemehluizcouth.php>

Centro de Defesa da Arquidiocese da Paraíba (1975-76), do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Assessoria e Educação Popular (1979), dentre outros.

O Relatório de Atividades do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Assessoria e Educação Popular (1986, p. 24) exemplifica como os direitos trabalhistas no campo continuam sendo constantemente violados.

Quanto às questões trabalhistas, 100% dos trabalhadores rurais são dispensados dos serviços, sem justa causa e sem o pagamento de seus direitos trabalhistas; a ausência de anotação das CTPS é geral e o salário percebido é inferior ao mínimo local. [...] Sempre que o trabalhador é dispensado e procura seus direitos junto a justiça do trabalho, está sujeito a ser caluniado pelo proprietário que, para eximir-se da obrigação da indenização, tenta processá-lo criminalmente, sob a acusação de furto, incêndio sinistro, etc.

Entretanto, o trabalho de assessoria jurídico-popular junto aos trabalhadores rurais na Paraíba, desvelou o papel da educação dos direitos como fator de resistência e mudança de mentalidade dos trabalhadores:

[...] a experiência tem mostrado que a conscientização dos agricultores e de outros setores da sociedade, aliado ao mínimo de organização, tem sido fato poderoso para obstaculizar a gravidade das arbitrariedades tentadas ou promovidas, quer pelo latifúndio, ou por autoridades comprometidas. (CDDHAEP, 1986, p. 24).

Porém, com o fim desse período de extrema repressão, violência e práticas extremas de abuso de poder, o Brasil passou por outra virada, ou seja, um novo processo de redemocratização. Nesse contexto de reconfiguração política emerge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgindo na década de 1980, onde defendem questões que o movimento das extintas Ligas Camponesas lutaram e reivindicaram como a efetivação da Reforma Agrária, do acesso mais justo e igualitário no acesso à terra, e a minimização das disparidades sociais e econômicas. Assim sendo, salientamos a “semente” deixada pelas Ligas dentro desse novo movimento que representa os trabalhadores rurais desde seu surgimento em 1985 até os dias atuais. A respeito dessa herança deixa das ligas Stédile diz:

O MST nasceu no Sul em função de um conjunto de fatores, que tem suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim nós, do MST, nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas. (STÉDILE, p. 20).

Foi justamente no final da década de 1970 e no início da década de 1980 que começaram a acontecer as ocupações de forma massiva. As lutas isoladas, em quase todo território brasileiro, passaram ganhar um novo fôlego e força como consequência começaram a constituir um novo movimento articulado pelos camponeses sem terra do Brasil, que ganhou o nome de Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Sobre sua gênese Fernandes (1999, p. 50) afirma:

A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a exploração, expropriação e o trabalho assalariado. O movimento começou a ser formado no Centro-Sul do país, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das gestações que resultaram na formação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim, a sua gênese não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos.

Portanto ao emergir para a realização do 1º Congresso com o lema de "*Sem reforma agrária não há democracia*", que em 1985, reuniu 1.500 delegados e assim foi criada a Coordenação Nacional do MST, com representantes de 13 Estados brasileiros. Sendo assim, foi após o longo período de ditatorial que surgiu o movimento, tendo em vista que a

organização foi fundada em 1984, no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra³⁸, no Paraná.

A luta por desapropriação para fins de reforma agrária teve um grande embate durante a elaboração da Constituinte de 1988. Nesta, os Art. 184 e 186 tratam da garantia da desapropriação de terras quando estas não cumprirem sua função social. Segundo em Constituição Federal, em seu artigo 184 afirma que ficou declarado que a garantia da desapropriação de terras deve acontecer desde que não cumpram sua função social.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART 184, 1988).

A CPT também mantém parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos movimentos sociais de mais expressão nacional e internacional no âmbito da luta pela política de Reforma Agrária e por políticas sociais que abranjam os camponeses. Essa parceria busca o fortalecimento das mobilizações em defesa dos direitos sociais, articulando com a criação de estratégias para o enfrentamento dos desafios que surgem como entraves a fim de barrar a luta e os objetivos dos movimentos sociais do campo.

O MST enquanto movimento social de mais representatividade desde seu surgimento enfrenta as desigualdades sociais no campo, expressas nas extensas faixas de terras simplesmente para acumular riqueza e negar ao camponês o seu direito social de acesso à terra gerando pobreza e miséria aos trabalhadores do campo. A Constituição de 1988 afirma em seu Art. 186:

³⁸ Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86/>

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988, ART 186).

A Constituição Federal de 1988 afirma em seu artigo 186 que a propriedade deve cumprir a função social de garantir as relações necessárias para um desenvolvimento que esteja comprometido com o avanço das forças produtivas, a equidade social e que respeite tanto os recursos da natureza que foram e ainda hoje são explorados, quanto o trabalhador do campo que deve ser reconhecido enquanto sujeito historicamente ligado a terra.

A realidade mostra exatamente o inverso, onde podemos observar a dura situação de abnegações, ocorrem, também, constantes violações dos direitos sociais e trabalhistas, assim como a degradação da natureza pelos grandes latifundiários que burlam as leis vigentes para benefício próprio, visando assim, a multiplicação da propriedade privada. Esses fatos geram a pauperização, a expropriação que gera a negação do acesso à terra que é o bem maior dos trabalhadores rurais.

Na Paraíba, o MST, surgiu de forma paulatina, ou seja, foi no ano de 1988 onde se originou a sua forma mais primitiva de representação através de uma secretária localizada na cidade de Campina Grande. Contudo, para sua real efetivação faltava o mais importante: a ação, ou seja, a partir de fatos concretos, como riscos iminentes de desapropriação ocorriam movimentos de resistências, a exemplo de ocupações em prédios ou logradouros públicos. Nesse processo de tensão, diante das ocupações como recurso político, havia um entrave entre as assessorias que defendiam os direitos sociais dos trabalhadores através de uma forma pacífica a fim de evitar o intenso confronto repressivo e de violência entre o latifúndio. Enquanto os sem-terra

defendiam as ocupações como forma de pressão junto ao governo para galgar direitos e acesso as políticas de reforma agrária, os latifundiários usavam mecanismos e ações coercitivas por meio de seus capangas e do apoio do aparato estatal da polícia para reforçar assim sua suprema hegemonia no desleal confronto de relações sociais entre latifundiário e trabalhadores sem-terra.

No fim de ano de 1988 quando ocorreu o primeiro encontro na Paraíba, onde lideranças que trabalhavam no surgimento do MST no Nordeste se encontraram com o objetivo de se articularem e efetivaram de fato o foco principal dos trabalhadores: a ocupação, mas por conta do entrave posto entre as assessorias que não concordavam com tal prática por parte dos sem-terra, a primeira forma de ocupação na Paraíba acabou sendo adiada.

No ano de 1989, os trabalhadores sem-terra resolveram que iriam partir para as ocupações, seja com o apoio parcial das assessorias e instituições como o PT, CUT e CPT, que eles conseguiram através do discurso onde defendiam veementemente os princípios básicos de autonomia e a formação organizativa dos trabalhadores.

Em abril de 1989 aconteceu de fato a primeira ocupação onde duzentas famílias ocuparam a fazenda Sapucaia, localizada em Bananeiras, no brejo paraibano, onde estava sendo tramitado em Brasília um processo de desapropriação da fazenda, mas como forma de estratégia a fim de evitar a desapropriação o latifúndio subdividiu a fazenda em várias porções com o intuito de conter a ocupação pelos trabalhadores rurais. Diante desse entrave a tensão aumentou consideravelmente, pois os latifundiários exigiam a saída imediata dos trabalhadores da fazenda Sapucaia, porém os sem-terra resistiram e continuaram lutando e clamando por seus direitos, o que culminou na fúria do latifúndio. Já no segundo dia de ocupação do movimento, uma tropa da polícia militar foi acionada e chegou ao acampamento, com o objetivo de alarmar e expulsar os sem-terra que ocupavam a fazenda. Mas, contrariando os militares os trabalhadores resistiram e seguiram no acampamento, o que culminou ainda mais com o enfurecimento dos latifundiários.

Mediante esse clima conflituoso cada vez mais efervescente na relação entre os latifundiários e o MST, observamos que a tensão tendia a piorar, como de fato piorou, tendo em vista que ainda no segundo dia ocupação só que dessa vez à noite um grupo de capangas a mando do latifúndio invadiu e usou de práticas coercitivas para expulsarem os sem-terra de forma mais desumana e violenta possível, onde muitos trabalhadores foram brutalmente torturados e assassinados, no entanto, o ápice da extrema violência ocorreu quando uma menina de um pouco mais de um ano de idade com o nome Luzia de Brito foi assassinada.

Em decorrência ao revoltante e lamentável caso de extrema violência ocorrido no acampamento Sapucaia e a morte da menina Luzia, os trabalhadores sem-terra precisaram se reorganizar e rearticular para continuar sua luta de reivindicação por efetivação de seus direitos e clamaram por justiça, pois o caso de expulsão de forma extremamente violenta com o assassinato da menina Luzia não poderiam ficarem impunes. Desse modo, de forma conjunta os sem-terra ocuparam a sede do INCRA, em João Pessoa, onde o corpo da mesma foi velado.

Em contra partida, os latifundiários preocupados com a possível amplitude que poderia tomar essa ocupação dos trabalhadores sem-terra no INCRA, entregaram a polícia uma arma afirmando ser dos sem-terra, juntamente com a bandeira do movimento e um caderno de formação do MST, alegando que os sem-terra tinham como foco, instaurar a guerrilha no estado da Paraíba. Dessa maneira, percebemos mais uma vez a sagacidade e a frieza dos latifundiários em inverterem os papéis na história, se tornando “vítimas”, pois com o apoio da mídia que deu total atenção aos proprietários de terras reafirmando mais uma vez sua hegemonia, o caso do assassinato tornou-se quase imperceptível, revertendo com o processo de criminalização dos trabalhadores, mais uma vez, passam a serem tidos como os grandes vilões da história.

Logo, percebemos que mesmo diante das inúmeras dificuldades enfrentadas pela efetividade do MST na Paraíba, esse episódio ocorrido em 1989, foi o primeiro e conturbado passo para sua instauração em solo paraibano. Em decorrência a este lamentável episódio na história do

movimento, os trabalhadores sem-terra paraibanos não desistiram de sua de luta, de efetivação da Reforma Agrária, da conquista do acesso à terra e do reconhecimento de seus direitos sociais, herança esta deixada pela extinta Ligas Camponesas que segue até nossa atualidade onde o MST luta pelo real reconhecimento e efetividade dos direitos sociais dos trabalhadores rurais.

Assim sendo, é importante atentarmos para o apoio de importantes instituições como a CPT de João Pessoa e do Partido dos Trabalhadores, reforçando, que, mesmo com a massiva maioria dos políticos reafirmando a supremacia dos proprietários rurais das oligarquias paraibanas, ainda há órgãos e representantes políticos como o deputado estadual Frei Anastácio e o deputado federal Luís Couto, ambos do PT, que apoiam as lutas sociais dos trabalhadores rurais. Tendo em vista este fato, destacamos a importância desses políticos como representantes aliados ao MST, para no âmbito do parlamento, usar a palavra para defesa dos movimentos sociais, a fim de denunciarem os constantes casos de violência que assolam o campesinato paraibano. Além da denúncia os parlamentares buscam criarem subsídios e políticas em prol da efetividade e do reconhecimento dos direitos sociais, o acesso à terra, e execução da Reforma Agrária, que tanto os trabalhadores rurais sem-terra, inclusive os trabalhadores do Assentamento Almir Muniz da Silva reivindicam.

CAPÍTULO 2: A QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA

Tendo em vista que as imbricações entre os rebatimentos e a luta dos trabalhadores na contemporaneidade pela instauração da reforma agrária e o acesso à terra são um reflexo da desigual concentração da terra que marca a história do Brasil desde seu processo colonização o problema social no campo tem permeado todo o processo da história da Paraíba.

A má distribuição e a concentração da terra no estado da Paraíba têm demandado dos trabalhadores diversas estratégias de lutas sociais pelo acesso à terra, o grande cerne da problemática da questão agrária no Brasil e na Paraíba, especialmente, onde emergiu a pastoral rural em 1975 para lidar com as tensões e conflitos sociais no campo.

Para nos aprofundarmos sobre a questão agrária é necessário inicialmente entender o seu conceito onde há variações em sua definição. Segundo Stédile (2011, p. 15):

O conceito “questão agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito “questão agrária” sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na História, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra.

Nesse contexto adotarmos a definição adotada pela História para analisarmos a questão agrária na Região Nordeste marcada principalmente pelos conflitos agrários entre as classes sociais dos latifundiários e os

trabalhadores do campo que são duramente explorados, reprimidos, excluídos e criminalizados. Essa situação é cada vez mais agravada pelo "consciente" desinteresse no desenvolvimento da política de Reforma Agrária tão importante para o desenvolvimento das populações camponesas. A perpetuação da concentração da terra no estado da Paraíba tem, ainda, impactado no exercício do poder político, com o domínio do poder oligárquico, onde ainda nos dias atuais, esse traço continua presente.

A apropriação do Estado pelo poder oligárquico retarda a intervenção social do poder público em relação aos direitos sociais dos trabalhadores, criando uma cultura política de total desprezo e abandono social, instituindo uma política de indulgência. Sauer (2008, p. 239) atenta para:

O latifúndio - associado ao modelo agropecuário adotado - tem sido a base histórica do poder político no Brasil, como instrumento de poder e dominação que perpetua as relações de exploração e expropriação. O domínio do espaço, portanto, da propriedade da terra ou do território, é uma fonte importante persuasiva de poder social sobre a vida cotidiana.

Esse "esquecimento" do Estado na promoção, criação e efetivação de políticas voltadas para o campo, principalmente para aquelas que atendam às necessidades da agricultura familiar, expressa o abandono histórico para com a população do campo. Nas leituras sobre as Ligas Camponesas no nordeste, é possível constatar exemplos de total negligência, a exemplo da saúde, da educação e da segurança nas áreas rurais. A camada política representada pelos ruralistas no parlamento tem sido um dos principais entraves na conquista e ampliação da Reforma Agrária, sendo o Estado conivente com essa realidade.

Exemplo na Paraíba pode ser lembrado, quando durante o golpe militar, os representantes dos proprietários rurais terem encampado a cassação de Assis Lemos, presidente da Federação das Ligas Camponesas. Para Zenaide (1994, p. 85):

Pertencente à bancada da UDN, o deputado Joacil de Brito Pereira apresentou à Assembleia Legislativa da Paraíba projeto propondo a perda de mandato dos deputados estaduais esquerdistas, integrantes do Partido Socialista Brasileiro. A medida foi aprovada e baixada a Resolução número 272, de 10 de abril de 1964, declarando a perda de mandato dos deputados Francisco de Assis Lemos, Langstein Almeida e dos seus suplentes Figueiredo Agra e Agassiz Almeida, do PSB, resolução assinada pelo presidente Clóvis Bezerra e pelo secretário Antônio Montenegro. Estas foram as primeiras vítimas da caça às bruxas na Paraíba.³⁹

A concentração de terras no Brasil foi uma das maneiras onde o capitalismo se expressou com suas bases exploratórias gerando grandes desigualdades sociais no campo.

[...] o capitalismo tem influenciado na concentração de terra por latifundiários e como estes se transformam em empresários e industriais baseados no assalariamento da mão de obra dos sem-terra. (CRUZ, apud OLIVEIRA, 2016, p.237).

A distribuição das terras no território brasileiro é de fundamental importância para o combate das disparidades sociais que embasam e estruturam a questão agrária resultado de governos tendenciosamente voltados para dos latifundiários. Como reforça Cruz (2016, p. 237):

[...] os sucessivos governos brasileiros foram incapazes de gerenciar um processo de distribuição destas terras ou promover a reforma agrária no país, pois são sempre vinculados ou dependem dos grandes proprietários.

Das mazelas que o capitalismo desenvolve em seu movimento de acumulação da riqueza, na criação da propriedade privada e pela exploração feita da classe proletária no conjunto da sociedade brasileira, é importante atentarmos para as questões e as relações criadas no campo, pois respaldam

³⁹Joacil de Brito Pereira e Clovis Bezerra representavam na assembleia os interesses dos proprietários de terra.

o surgimento de vários problemas sociais que atingem a sua população, com efeitos para a sociedade urbana.

Na realidade, temos todo um contexto de fatores que ocorrem no campo como trabalhador rural que tem ligação direta com alguns problemas enfrentados nas zonas urbanas como é o caso das grandes populações que mantêm um contingente exorbitante de pessoas que moram nas áreas de riscos, como beiras de rios e morros, áreas de alta tensão vivendo em sua grande maioria em condições desumanas. Portanto, é reflexo da não efetivação da política de Reforma Agrária, tendo o camponês que sair das suas raízes que é o trabalho na terra, para procurar outro meio de sobreviver nas cidades, é o chamado êxodo rural.

Quando não buscam alternativas ficam e lutam pelo seu direito de ter um pedaço de "chão" para trabalhar como garante o Estatuto da Terra. A região Nordeste aparece historicamente como palco das grandes e conflituosas lutas agrárias. A história registrada nos relatórios da CPT na Paraíba reflete nas feridas abertas de um passado marcado pela exploração e a violência contra um povo trabalhador, majoritariamente camponês que foi e ainda é renegado de seus direitos sociais.

A realidade da vida do trabalhador camponês na Paraíba condiz com a estrutura na qual foi fundada a sociedade brasileira que se desenvolveu pautada na supremacia e hegemonia do capitalismo. Esse fato é observado nas relações pré-estabelecidas pela sociedade capitalista que se dá através das relações sociais de exploração com a apropriação das forças produtivas onde está inclusa a força de trabalho humana.

De acordo com Soares de Oliveira (2002): “sabemos que na relação capital x trabalho há um antagonismo, haja vista que o capital nutre-se da exploração do trabalho do homem”. O desenvolvimento do capitalismo industrial, as novas tecnologias também adentraram o campo, expulsando ainda mais, os trabalhadores rurais, expulsando a principal força de trabalho. É justamente, nessa contradição que vai emergir as lutas de resistências dos trabalhadores.

Desse modo, o massivo processo de expansão e desenvolvimento do capitalismo no mundo e no Brasil chegam diretamente alastrando pelas cidades e posteriormente no campo. Dessa forma, acabam afetando diretamente as relações sociais do latifúndio com o trabalhador rural. Enquanto o primeiro com intuito de monopolizar e ter acesso a maior parte da riqueza produzida e o acúmulo da mesma detêm o poder e ainda forma aliança com os industriais para fortalecer a supremacia das elites agrária e das cidades, o segundo, em condição de explorado, trabalha em condições desumanas, tendo de forma constante os seus direitos sociais violados, e o sonho da introdução de reforma agrária em âmbito nacional cada vez mais distante de acontecer.

Martinez (1987) afirma que a fusão dos capitais em diversos investimentos econômicos ampliou a união entre os donos desses capitais. Desta maneira, um industrial mantinha negócios voltados à propriedade rural, assim como, os fazendeiros mantinham negócios na indústria, formando uma parceria em prol de interesses comuns a todos os proprietários detentores de riqueza, visando assim, a obtenção do lucro. Em consequência dessa aliança das oligarquias latifundiárias acabou fortalecendo seu poder de influência e com isso projetando-as no cenário político nacional que desencadeou num entrave para a efetivação da reforma agrária. Para as elites agrárias não é interessante que os trabalhadores rurais concretizem a instauração da reforma, o interesse é continuar mantendo uma relação social desigual e dominação a fim de manter super exploração do homem do campo.

Sendo assim, com o intenso desenvolvimento do capitalismo no campo voltado para mecanização e modernização rural estava paralelamente ligado ao processo de industrialização nos centros urbanos foram decisivos para não efetivação da reforma agrária, uma vez que com o aumento das desigualdades sociais oriundas no meio rural imbricava de forma direta exclusão social dos trabalhos rurais e com isso os mesmos se viam forçados a migrarem para os grandes centros urbanos a fim de que as múltiplas expressões da questão que permeavam o campesinato seriam em menor escala nas cidades. A respeito dessa situação Silva e França (2012, p. 4) destacam:

Esse cenário brasileiro de modernização agrícola e de industrialização sem a efetivação de uma política de reforma agrária culminou em processos de exclusão sociais tanto no campo quanto nas cidades o que amplia a questão agrária para seus reflexos urbanos. Neste sentido, os homens expulsos do campo tanto pela concentração fundiária quanto pelo modelo agrícola moderno que não absorvia tanta mão de obra, migravam para os grandes centros urbanos do sudeste pelo desenvolvimento da indústria. No momento em que o avanço técnico torna a força de trabalho obsoleta e retrai a absorção de pessoas com baixa qualificação, às cidades se tornam o lugar de problemas sociais devido à incapacidade de incorporar tanta gente com as condições mínimas para garantir a dignidade humana.

Essa realidade encontra-se bem retratada nos documentários de Eduardo Coutinho (Cabra Marcado para Morrer, de 1984 e Peões, de 2004), assim como, nos livros de Assis Lemos (1996) e Francisco Julião (2013).

Tendo em vista essa condição de surgimento, ampliação e enraizamento do capitalismo no Brasil durante a década de 1950, nos revelam a sua face mais cruel e extremamente ambiciosa que está impregnada em sua gênese, que perpassa a ideia de desenvolvimento agrário. O capitalismo revela sua natureza de classe, quando de forma mesquinha e egoísta tornando cada vez mais nítido o processo de acumulação pela busca do lucro. O real intuito do capitalismo é galgar patamares de exploração desencadeando as desigualdades sociais que movem a luta de classe. Dessa maneira enquanto os grandes latifundiários super exploraram os trabalhadores rurais de forma extremamente intensa a fim de tomar para si todo o bem produzido socialmente pelo trabalhador rural, este último, quando consegue algo, alcança o mínimo dos mínimos para sobreviver, convivendo com constantes violações de seus direitos individuais e sociais.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONTEXTO NEOLIBERAL E PÓS-NEOLIBERAL

A questão agrária no Brasil a partir de 1990 começa a sofrer grandes rebatimentos, pois há uma reconfiguração política após a mesma adotar um

viés de cunho neoliberal que começa a ser efetivado no início dessa década com o então Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), intensificando-se com o processo de mundialização da economia ao aderir essa prática em território nacional (LOUREIRO, s/d).

Contudo, é no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), nos anos de 1995-2002, que esse modelo de prática e política neoliberal se fixou no Brasil ao longo desses oito anos, onde teve como foco a “internacionalização”, ou seja, abrir as portas economicamente do território brasileiro para influência direta de países estrangeiros, em específico, a hegemonia norte-americana. (CPT, 2000)

Na década de 1960 o Brasil já tinha sido visto pelos EUA como um país com promissoras potencialidades econômicas e geopolíticas, motivo pelo qual demonstra o documentário realizado pelo cineasta Camilo Galli Tavares (1971) quando apresenta provas documentais do processo de conspiração e realização do golpe de estado de 1964.

Desta maneira, destacamos esse período pelo momento histórico onde o país sofreu o duro golpe militar financiado principalmente pelos EUA como uma forma de prevenir os interesses americanos. As mudanças que João Goulart pretendia instaurar as Reformas de Base que poderiam elevar o Brasil a um patamar internacional de mais destaque economicamente com reformas onde adentrariam inclusive o campo com a política da Reforma Agrária.

Mediante o contexto neoliberal e ao abrir de forma efetiva as nossas fronteiras ao engenhoso processo de globalização, o presidente FHC tratou prontamente de atender as imposições feitas do Fundo Monetário Internacional (FMI), ou seja, que o Brasil se submetesse ao contexto de práticas e políticas de viés neoliberal. Portanto, pautados num contexto e conjuntura de política neoliberal visando à economia global, imposta pelos organismos internacionais, todos com interesses de reter o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil, que o governo FHC norteou a sua política agrária em contexto neoliberal.

Essa característica marcante do governo FHC refletiu de forma extremamente negativa no campesinato brasileiro que já sofria com o intenso

crescimento dos conflitos por terra desde a Colônia, o Império e a República Velha. Literalmente, foi um governo marcado pelos altos índices de conflitos sociais no campo durante seus dois mandatos como presidente da república, como mostra os números no caderno da CPT por Oliveira (2000, p.7):

O governo FHC carrega, pois, o crescimento dos conflitos. No primeiro governo (95/98) ocorreram mais de 3140 conflitos, ou seja, uma média anual de 785. Mais nos dois primeiros anos do segundo governo (99/00) ocorreram 1643 conflitos proporcionando um aumento na média para 826 conflitos, aproximando-se pois, de quase três conflitos por dia no campo.

Mais do que isso, foi um governo que buscou desenvolver estratégias políticas para que o grito por igualdade social e dignidade dos movimentos sociais do campo que vinham lutando por décadas pela tão sonhada política de reforma no campo em seu caráter e viés histórico fosse abafado por uma nova reconfiguração política de reforma agrária que visou à abolição do modelo tradicional e conseqüentemente favoreceu para o surgimento e ampliação de uma nova proposta de políticas voltadas ao campesinato brasileiro denominado de Modelo Reforma Agrária de Mercado (MRAM), a respeito sobre este novo pacote de medidas adotadas pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso no que se refere ao MRAM o doutor em História João Márcio Mendes Pereira⁴⁰ define:

O novo modelo consiste numa ação estatal que combina transação patrimonial privada e política distributiva (Borras,

⁴⁰ Doutor em História (UFF), professor adjunto de História da América Contemporânea da UFRRJ, professor do Programa de Pós- Graduação em História da UFRRJ, professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da UNESP.

2001). Transação patrimonial por tratar-se de um financiamento concedido para a compra e venda voluntária entre agentes privados, ou seja, uma típica operação mercantil –, e pelo fato de que os proprietários são pagos em dinheiro e a preço de mercado, enquanto os compradores assumem integralmente os custos da aquisição da terra e os custos de transação. Política distributiva porque há transferência de recursos a fundo perdido, em proporção variável conforme o caso, para investimentos em infraestrutura e produção agrícola. Em outras palavras, trata-se de uma mera relação de compra e venda de terras entre agentes privados financiada pelo Estado, que fornece um subsídio maior ou menor conforme o caso.

Mediante esta nova reconfiguração de política de reforma agrária desencadeadas pelo governo FHC de viés neoliberal, abriu a influência e controle do capital estrangeiro como o Banco Mundial com sua função de regulador da economia frente ao “livre comércio” com este modelo de reforma agrária de mercado estimulando assim a expansão e surgimento do agronegócio foi às bases para o presidente Fernando Henrique Cardoso defender a efetivação do MRAM e extinguir o modelo tradicional histórico estrutural de reforma agrária, o que causou a revolta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois descaracterizava todo histórico de lutas e o real sentido de uma política de reforma agrária que até os dias de hoje o MST tanto clama.

Assim sendo, o Presidente Fernando Henrique tratou de instaurar, efetivar e consolidar de forma prática o novo modelo de reforma agrária de mercado, visando à expansão e abrindo definitivamente as portas para influência, subordinação e controle capital estrangeiro como o Banco Mundial. Dessa maneira, o primeiro programa que surgiu com este novo modelo de reforma agrária de mercado foi Cédula da Terra (1997), onde Magalhães (2016, p. 82) afirma:

[...] executado em estados da região Nordeste e Norte de Minas Gerais. De acordo com Lima, o projeto-piloto, denominado São José, tinha como objetivo o alívio à pobreza rural através da melhoria das propriedades rurais, base dos financiamentos parcialmente sustentados pelo Banco Mundial. Posteriormente, através de um fundo criado pelo governo do Estado do Ceará e pelo próprio Banco Mundial, introduziu-se o financiamento para aquisição de terras.

A criação e efetivação do programa Cédula da Terra serviram como base inicial para instauração definitiva do novo modelo de reforma agrária de mercado que tanto o Presidente FHC aspirou. No ano de 1998 entre em vigência a Lei Complementar nº 93, de quatro de fevereiro, que fundou o Banco da Terra, referente ao seu surgimento Magalhães (2016, p. 83) sinaliza:

De acordo com a lei, o Banco da Terra era um fundo constituído por, dentre outras fontes, doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, cuja finalidade era financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, através, de acordo com o Decreto nº 2.622, de 9 de junho de 1998, da compra e venda de imóveis rurais.

Tendo em vista o novo modelo de política de reforma agrária que se instaurou no campo e diante do quadro de insatisfação da massiva expressiva classe dos trabalhadores rurais sem-terra, que culminou num panorama de constantes mobilizações e clamores do MST a fim do clássico modelo de reforma agrária. Tal situação ocasionou no surgimento de grandes tensões que assolaram o campesinato nesse período dos anos 90, como é o caso das tragédias de Corumbiara, em Rondônia (1995), e a de Eldorado de Carajás, no Pará (1996) serviu como reflexo para que o então presidente Fernando Henrique Cardoso tomasse medidas imediatas a fim de “acalmar” o MST, e como ação pontual optou pelo projeto de assentamento.

Portanto, tal estratégia pretendia conter, desfragmentar e desarticular os trabalhadores rurais sem terra de sua luta de reivindicações, dando-lhes uma ínfima fração de terra na ilusão de que feito esta ação o problema da questão agrária estaria sanado, o MST ficaria satisfeito e enfim estaria extinto. Contrapondo-se a tal perspectiva o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra continuou no seu processo de lutas e reivindicações que já durava mais de uma década, na intenção de finalmente a consolidação da sonhada política de reforma agrária, o que também não ocorreu haja vista que na contramão dos trabalhadores, o presidente FHC adotou uma postura em seus últimos quatro de governo de viés conservador, neoliberal e extremamente repressor

com o intuito de criar programas e políticas para o campo voltadas para o comércio exterior e de caráter de total exclusão, a fim de atender e beneficiar as elites agrárias e de forma antagônica aos seus interesses e dos proprietários rurais, criminalizar e intimidar fervorosamente o MST.

Dessa maneira, podemos compreender que os oito anos de período de gestão de FHC, como um governo comprometido com a Reforma do Estado e a retirada do Estado da regulação com o mundo do trabalho e do campo. O modelo neoliberal propunha um novo modelo de reforma agrária de mercado, com o objetivo de modernização e expansão do agronegócio prática essa característica de postura neoliberal consolidada pelo Presidente na intenção de excluir os trabalhadores rurais sem terra e descaracterizar o modelo clássico histórico de luta e reivindicações pela real reforma agrária.

Passados os oito anos do governo FHC e, por conseguinte, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva assumindo a Presidente da República em 2003 e permanecendo por oito anos no cargo gerou um novo ânimo aos movimentos sociais, inclusive ao movimento dos trabalhadores rurais sem terra que em decorrência da posse de Lula reviveram a esperança da sonhada concretização e efetivação da política de reforma agrária pudesse finalmente ocorrer e com isso os trabalhadores rurais pudessem avançar na sua causa e reivindicação de lutas sociais.

Tal postura de ânimo e esperança por parte do MST se deu por conta do advento do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)⁴¹ de outubro de 2003 que o presidente Lula instaurou e diante deste fato reascendeu a perspectiva de concretas e efetivas melhoras em prol dos trabalhadores do campo onde de acordo com Santos (2011, p. 64):

41 O II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que foi apresentado em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, em Brasília – evento inédito de unidade dos movimentos e entidades do campo. Suas metas representam a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil. Mas o II PNRA vai além da garantia do acesso à terra. Prevê ações para que estes homens e mulheres possam produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como Saúde e Educação, Energia e Saneamento. http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf

O plano previa democratizar o acesso a terra e fortalecer expressivamente a agricultura familiar e camponesa, nas bases do desenvolvimento territorial sustentável, em um modelo agrícola que contemplasse as especificidades e demandas de cada região. O avanço na criação de novos projetos de assentamento, como o Projeto de Assentamento Agroflorestal (PAF) e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), serve como exemplo. Outra característica importante do documento foi o compromisso de proporcionar segurança fundiária às famílias que já desenvolvem suas atividades agrícolas, regularizando a situação de posseiros e populações tradicionais em áreas de até 100 hectares, e a destinação de terras públicas aos projetos de reforma agrária.

Mediante a criação do II PNRA, e a postura assumida pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva inicialmente de ter uma relação mais próxima e disponibilidade ouvir os anseios do MST e criar meios de efetivar políticas que sejam voltadas aos clamores dos trabalhadores rurais gerou-se essa euforia por conta dos mesmos, com a esperança de que o melhor estava por vir: a concretização da reforma agrária. A respeito dessa postura assumida pelo presidente Lula de querer criar políticas e programas voltados ao homem do campo a fim de diminuir o crescente processo de exclusão e disparidades sociais assoladas no campesinato e a conseqüente animação por parte dos trabalhadores rurais Fernandes (2008, p. 8) sinaliza:

A primeira gestão do governo Lula começou com uma grande esperança pela realização da reforma agrária. Os movimentos camponeses realizaram o maior número de ocupações de terras e de família da história da luta pela terra no Brasil. Ao contrário da segunda gestão do governo FHC, que criminalizou as ocupações, o governo Lula sempre dialogou com os movimentos camponeses.

Dessa forma, podemos compreender que a gestão do governo Lula se mostrou aberta ao diálogo com os movimentos do campo, aberta a ouvir os clamores dos trabalhadores rurais no que se refere à questão agrária, o acesso a terra, as violências de seus direitos sociais e as tensões que assolam o campesinato brasileiro. Em decorrência dessa relação mais próxima e aberta ocasionou avanços significativos no que se refere à relação do governo Lula com o MST. Santos (2011, p. 65) afirma:

Durante os oito anos de mandato de Lula novos programas foram criados para que as políticas públicas voltadas à estrutura agrária do Brasil obtivessem êxito nas esferas: econômica, política, social e ambiental. Programas como o PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária⁴² foram ampliados e em janeiro de 2010 entrou em vigor a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Os avanços obtidos no período vêm principalmente da ampliação do acesso a crédito, alimentação, infraestrutura e moradia, como exposto em publicação especial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de dezembro de 2010.

Sendo assim, fica nítido o quanto o governo Lula criou ações pontuais, políticas públicas como a criação de assentamentos e programas que estejam focados no desenvolvimento dos trabalhadores do campo, a fim de minimizar as inúmeras expressões da questão social que permeiam o campesinato brasileiro por décadas. Porém, em seus oito anos de mandatos podemos constatar que o Presidente Luís Lula da Silva se viu em um entrave no que diz respeito a efetividade por alguns motivos como a conjuntura política e econômica que estava consolidada no Brasil pois a “herança” de cunho neoliberal deixada pelo governo antecessor já estava enraizada em território brasileiro e também impregnada no campo.

Tendo em vista esse contexto de disseminação do neoliberalismo que se firmou no Brasil, acabou tornando-se uma barreira para efetividade da reforma agrária, pois diante de uma conflituosa onde a maioria da bancada estava no congresso, os conservadores também, por mais que o presidente

42 De acordo com o Incra o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Os jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. O Pronera capacita educadores, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

Lula tivesse dado continuidade ao projeto de reforma agrária o mesmo acabaria sendo embaixado.

Logo, podemos analisar que os mandatos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) ao mesmo tempo em que tiveram pontos de semelhanças, também tinham nítidas distinções. A semelhança é no sentido dos resquícios da consolidação do neoliberalismo, modernização do campo e o agronegócio foram instaurados no meio rural. Pois diante do enraizamento da política de cunho neoliberal que já vinha sendo instaurada no Brasil desde o período do governo Collor e consolidada com Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva teve que se condicionar a esse panorama e criar ações estratégicas que visem e resguardem de certa forma os direitos sociais e o acesso à terra mais justo e menos desigual que tanto permeiam no meio rural. No que se refere às diferenças de ambos os governos é indiscutível a abertura que o MST tinha com o governo Lula no que se refere a manter um diálogo e reivindicar por seus direitos, situação esta que no governo FHC estava cada vez mais escassa, diante do caráter, repressor, conservador do ex-presidente Fernando Henrique que cria extinção definitiva do movimento.

Destarte, atentamos para um fato que nos chamou atenção no que se refere à criação de políticas de assentamentos rurais, que em ambos os governos tiveram números exorbitantes. Contudo, com intenções diferentes enquanto Fernando Henrique Cardoso criou esta ação de assentar as famílias como uma estratégia de contenção dos trabalhadores rurais e até mesmo tentar iludi-los descaradamente de lutarem e reivindicarem por seus reais e legítimos direitos sociais e conseqüentemente extinguir o MST, fato este que não ocorreu. Contrapondo-se a tal perspectiva adotada pelo seu antecessor no governo do ex-presidente Lula, como já foi exposto, houve uma abertura e uma relação mais amistosa no que diz respeito ao diálogo e clamores dos trabalhadores do campo, no intuito de tentar minimizar as grandes disparidades assoladas no campesinato brasileiro, criando programas e políticas públicas e de assentamentos que viabilizem o acesso à terra e supram mesmo que minimamente as necessidades dessa classe que luta por seus direitos sociais há mais de meio século.

Para a liderança do MST o governo da Presidente Dilma Rousseff foi apontado como “o pior da história para a reforma agrária”. Foram adotadas medidas como: “21 decretos de desapropriação, totalizando 35 mil hectares destinados a assentamentos, além de quatro decretos de territórios quilombolas. Em 2015, Dilma não desapropriara um único hectare para reforma agrária, o pior resultado em mais de 20 anos”. (<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pela-reforma-agraria>).

A partir do golpe civil encampado pelo vice-presidente Temer com aliança da maioria do congresso, medidas foram tomadas em direção a questão agrária. Medida Provisória 759, de 22 dezembro de 2016, o Presidente Michel Temer muda as regras da regularização fundiária e urbana no Brasil. Segundo Bernardes (2017) segundo Alexandre Conceição, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o governo cria situação de instabilidade nas áreas rurais com a redução do valor de R\$ 800 milhões destinados à reforma agrária no governo Dilma para R\$ 34,2 milhões para 2018:

Essa proposta que o governo apresenta, ela tende a aumentar ainda mais o conflito agrário e a violência no campo, que o latifúndio agrário vem acarretando. Do ponto de vista da política pública, significa que o governo está acabando com todos os programas de assistência técnica, de produção de alimento saudável, de comercialização de alimentos da agricultura familiar (MST, 2017).

CAPITULO 3. ASSENTAMENTO ALMIR MUNIZ DA SILVA EM ITABAIANA-PB

O Assentamento Almir Muniz da Silva, um símbolo da luta e da conquista do homem do campo nordestino é um jovem Projeto de Assentamento que foi concretizado no ano de 2004 com a entrega da emissão de posse pelo Deputado Estadual Frei Anastácio. Situado no Agreste Paraibano, município de Itabaiana, na Paraíba. Almir Muniz iniciou a luta pela terra no ano de 1998 quando a antiga proprietária expulsou violentamente, com o auxílio de policiais e capangas, contra os trabalhadores rurais que mantinham um regime de trabalho como rendeiros da terra.

A retirada dos agricultores da área de conflitos aconteceu de forma violenta, como já é característico da repressão feita pelo latifundiário, de maneira arbitrária usando de coerção contra os trabalhadores rurais, expulsos na base da bala, acusados de terem começado todo o conflito. A luta até o surgimento do assentamento durou 7 anos, permeada de ameaças, perdas de vida mas, também, de conquistas, uma construção histórica do assentamento que atualmente conta com 24 famílias assentadas que tiram seu sustento do trabalho na terra.

Em homenagem a um dos companheiros que desapareceu no processo de luta pela formação do assentamento, quando ainda era Fazenda Tanques, hoje o assentamento é conhecido como Almir Muniz da Silva. O fato ocorreu no ano de 2002 entre os meses de junho/julho, ocasionando um grande alvoroço entre os trabalhadores que buscavam, ao lado do companheiro de luta, a desapropriação da fazenda e a efetivação da política Reforma Agrária como propulsora para a construção de uma vida com mais dignidade.

Residiam na comunidade do Sítio Mendonça dos Moreiras que eram terras de herança das famílias Mendes, Muniz, Ferreira, Moreira e Niquilina (MOREIRA, 1997). Situada ao lado da antiga Fazenda Tanques, município de Itabaiana. As famílias que faziam parte da luta pela desapropriação da fazenda onde seus bisavôs, avós e pais já trabalhavam como rendeiros

seguindo nesse mesmo caminho as gerações posteriores de filhos, netos e bisnetos trabalhavam tanto nas terras de herança quanto nas da fazenda.

Inicialmente, trabalhavam na fazenda cerca de 79 famílias entre moradores da própria fazenda e as famílias do Sítio Mendonça, sobreviviam do trabalho nas terras da fazenda onde plantavam e cultivavam diversas culturas de alimentos nas parcelas que lhes eram cedidas por meio de arrendamento (MOREIRA, 1997). Para além do trabalho nessas parcelas de terra, os agricultores trabalhavam nas terras de herança do sítio Mendonça onde moravam, porém as terras não atendiam as necessidades dos trabalhadores que tinham que recorrer ao trabalho nas terras da fazenda.

O trabalho rural produzia abacaxi, amendoim, feijão, milho dentre outros como forma de subsistência, tiravam da terra seus alimentos para consumo próprio e para vender na feira da cidade de Itabaiana a fim de conseguir mais subsídios financeiros que ajudariam nas despesas com a família e até com o pagamento do arrendamento do terreno onde trabalhavam.

Os Veloso Borges são uma das famílias com poder oligárquico com grandes extensões de terras da região Agreste-Brejo, como diz Martins e Tosi:

Convém destacar que as fazendas Mendonça, Tanques, Covão e barro alto pertencem a uma das mais tradicionais famílias donas de terras da região Agreste-Brejo: os Veloso Borges. Com a morte de Manoel Borges, o latifúndio é dividido entre os herdeiros: Henriqueta Veloso Borges (Fazenda Mendonça), Claudino César Borges Filho (Fazenda Tanques), João Luiz Borges (Fazenda Covão) e Córdula Velo Borges (Fazenda Barro Alto).(prim@ facie – ano 5, n. 9, jul./dez. 2006, p.45).

Com a morte do proprietário da Fazenda Manuel Veloso Borges os herdeiros "Claudino César Borges Filho, conhecido como "Coló" e Bráulio Pessoa" em meados dos anos de 1980 tomaram posse das terras em conflito (MOREIRA, 1997). Os relatos dos assentados mostravam que dentro da própria família existia uma disputa entre outros herdeiros para quem ficaria com as terras, inclusive dentro desses conflitos indagavam sobre os possíveis casos de assassinatos dentre os próprios familiares para conseguirem ficar com as terras.

Em meio a esse confronto, estavam os trabalhadores que se mantinham ainda como rendeiros trabalhando nas terras, só que agora em uma parcela menor da terra, pois a maior parte passou a ser utilizada para a produção de cana-de-açúcar, nesse mesmo período ocorreu outro fato de violência contra o agricultor Severino Moreira da Silva de 43 anos que foi assassinado, pois se destacava na luta pela terra.

Os assentados relembram das artimanhas dos latifundiários, que emprestavam dinheiro para os agricultores firmando um "contrato" para pagamento, a depender do período, sempre no final de cada ano e quando chegava a data do pagamento os então os Coronéis não queriam receber o dinheiro, mas sim as terras de herança dos agricultores que valiam muito mais do que o dinheiro emprestado. Os trabalhadores rurais, por sua vez, não tinham intenção nenhuma de vender seus pequenos lotes de terra, esquentando assim as tensões no campo, que resultou no assassinato de um agricultor. Moreira (1997, p.768) enfatiza esse caráter violento da oligarquia dos Veloso Borges, quando afirma:

A morte de Severino Moreira constitui mais um resultado das ações de violência, com assassinatos de trabalhadores, impetradas pela família Veloso Borges, implicada nos crimes de João Pedro Teixeira (1962) e Margarida Maria Alves (1983).

Com o falecimento dos herdeiros tomou posse da fazenda a viúva de Claudino, Maria Alayde Toscano Borges que pretendia vender a fazenda para um produtor de cana-de-açúcar passando a não arrendar a terra para os agricultores que já trabalhavam na fazenda a mais de 50 anos. Em meados dos anos de 1997 á 1998 deu início à luta pela terra que foi marcada por processos de vistorias feitos pelo INCRA, pela ocupação da fazenda por 57 famílias, ocorrendo despejo em 1999 com forte repressão e ameaças de morte por parte dos capangas comandados por Sergio de Sousa Azevedo (policial civil) a mando da dona da fazenda.

Usando da força e do autoritarismo com o apoio do aparato do Estado representado pela polícia civil com um mandado de despejo, no dia 8 de abriu de 1999 os trabalhadores rurais foram expulsos na base da bala e destruição

de toda a plantação que os trabalhadores vinham cultivando nas terras da fazenda. Em lei criada pelo governo de FHC o Estado passou a assegurar o prazo de dois anos para se fazer novas vistorias em propriedades em conflitos ocupadas por agricultores. Foram anos difíceis, pois os trabalhadores expulsos viviam cotidianamente com medo, atrelados ao sentimento de injustiça e revolta, pelas ameaças constantes feitas pelo Sergio Azevedo que usava de seu cargo de policial civil para reprimir e ameaçar os trabalhadores, estando a frente da administração da fazenda.

A repressão era tanta que das 40 famílias que permaneceram lutando pela terra apenas 24 continuaram com o objetivo de conseguir a desapropriação da fazenda. Outras até voltaram a trabalhar nas terras, de certa maneira talvez pelo fato de acreditarem que seria melhor estar do lado do mais “forte” no momento me face do medo real da violência. Os capangas contratados pela proprietária abusavam com atos coercitivos e violentos contra os moradores da comunidade, até contra os animais dos agricultores chegando a desferir tiros, a intenção era instaurar o medo naqueles que pretendiam continuar lutando pela terra.

O cultivo da terra que antes era feito pelas famílias dos trabalhadores rurais foi substituído, principalmente, pelas plantações de cana-de-açúcar e a criação de gado. O trabalho desenvolvido pelos agricultores ficou limitado em pequenas parcelas. Assim foram divididas as terras da Fazenda Tanques, grande parte para a produção da cana de açúcar e criação de gado e uma pequena parte para as famílias que trabalhavam, produzindo alimentos para o próprio consumo e para a venda nas regiões vizinhas incluindo as cidades de Itabaiana, São Jose dos Ramos, Mogeiro e outras.

Com a expulsão dos agricultores de forma hostil e violenta, na base literalmente da bala, as terras deixaram de cumprir a função social como diz no estatuto da terra “favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias” (LEI Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964). Os agricultores rurais sem as terras para trabalhar, produzir alimentos e adquirir uma certa renda, não encontravam outra forma de sobrevivência a não ser a de lutar pela terra onde seus avós e bisavós cresceram trabalhando.

Essa luta travada entre aqueles que realmente trabalham na terra e dela retira as maiores riquezas que o homem aprendeu a cultivar para sobreviver e aqueles que historicamente tomaram de forma arbitrária a posse da terra como forma de acumular riqueza em um processo de super exploração tanto da terra quanto do sujeito que trabalha nela, retratava a situação que ocorria na comunidade Mendonça dos Moreiras. Diante dessa realidade de violência ocasionou o processo de revolta dos “ex-trabalhadores” da fazenda e da disposição para a luta.

No período das vistorias lembram os assentados que a proprietária usava de diversas manobras para que a fazenda não fosse desapropriada, arrendando parcelas para alguns moradores da comunidade e alguns que residiam nas terras. Das três vistorias feitas pelo INCRA na fazenda apenas a primeira deu como produtiva, pois a proprietária utilizou a produção dos agricultores nas terras para conseguir o resultado a seu favor. Depois dessa houve mais duas as quais foi avaliada como improdutivo, na segunda, porém, o município havia decretado estado de calamidade pública devido à seca na região e a proprietária recorreu ao INCRA com esse argumento o qual foi acatado pelo órgão. Com esse resultado os agricultores cansados e vendo-se a mercê de um Estado que priorizava o lado do poder do latifúndio, ocuparam a fazenda para trabalhar produzindo alimentos no mês seguinte houve o despejo dos mesmos.

A participação de alguns agricultores junto a proprietária que reprimia os movimentos dos trabalhadores que buscavam a desapropriação, teve um impacto negativo para o fortalecimento do movimento dos trabalhadores. Essa junção de alguns trabalhadores aumentou os conflitos internos entre os trabalhadores, tal dispositivo era mais uma forma de desarticular os trabalhadores tentando assegurar a não desapropriação até a venda da fazenda, pois mantinha as terras de certa forma produtivas respaldando sua “legalidade” em alguns pontos como no próprio Estatuto da Terra. Esta lei afirma, por exemplo, que “A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, [...], mantém níveis satisfatórios de produtividade” (LEI Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), com isso mantinha a propriedade

“produtiva” maquiando a real função para qual estava sendo pretendidas terras, que era para o cultivo da cana-de-açúcar e a criação de gado.

É importante destacar a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) com seus agentes junto aos trabalhadores, especialmente Frei Anastácio e o Deputado Luiz Couto que permearam os processos de organização, mobilização e de luta pela terra dos agricultores. Esse suporte político foi de extrema importância para que houvesse uma maior organização dentro do movimento, com o apoio principalmente da CPT e de Frei Anastácio que já possuía experiências acumuladas de diversos anos lutando junto aos camponeses, o processo de desapropriação pode ser concretizado. Muito embora tenha acontecido não antes do ódio do latifúndio concretizar-se da mais brutal forma contra aqueles que apenas lutam por uma vida mais digna.

O desaparecimento forçado de Almir Muniz da Silva foi uma das grandes perdas que marcou toda história de construção do assentamento, era uma das lideranças que mais defendia o propósito dos trabalhadores e foi em sua homenagem que foi dado ao assentamento seu nome como forma de retratar, reforçar e lembrar a luta e a vitória, também como forma de denúncia pelo seu desaparecimento que até hoje não foi encontrado.

Traremos no próximo tópico um pouco dessa história que retrata uma das perversas realidades vividas pelos trabalhadores rurais que lutam pela Reforma Agrária.

3.1 LUTAS E CONFLITOS AGRÁRIOS NO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DE TERRA EM ITABAIANA: ALMIR MUNIZ DA SILVA: DESAPARECIDO POLÍTICO. (2002)

As bases históricas que dão origem aos conflitos no campo, sempre mostraram a cruel realidade das desigualdades sociais e da violência praticada pela disputa da terra, entre os latifundiários contra os movimentos de trabalhadores rurais. Essa violência estrutural representada pelo poder soberano das oligarquias rurais ultrapassa os métodos da coerção, ameaças

e violência física tomadas contra os trabalhadores rurais sem terra que são perseguidos ameaçados e muitas das vezes mortos.

A revolta dos trabalhadores contra os mandos dos latifundiários que em alguns casos tem os trabalhadores rurais como "empregados" ou com um trabalhador que apenas desenvolve atividades em suas terras sem nenhuma remuneração pré-estabelecida protegida por um contrato de trabalho, regidas muitas das vezes por um regime caracteristicamente escravista, gera a insatisfação e reivindicações dos trabalhadores que são reprimidas pelos mandos atroz dos latifundiários para manter seu poder e controle, como reforça Medeiros (2002, p.188):

A emergência dos trabalhadores, apresentando reivindicações (...) implica que os proprietários de terra tenham que aceitar um interlocutor onde antes havia espaço apenas para o controle. Significa ter de reconhecer um „outro“, abrir espaço para a negociação e colocar em risco os privilégios e a capacidade de mando que se assentam sobre a propriedade de terra.

O Nordeste historicamente tem sido palco de grandes tragédias envolvendo assassinatos de grandes lideranças. Na Paraíba temos o exemplo como do assassinato de João Pedro Teixeira, principal líder da extinta Liga Camponesa de Sapé. Sem a reforma agrária, continuamos ainda hoje nos deparando com essa prática criminosa, negligenciada pelos órgãos competentes do Estado, na busca pela punição dos possíveis autores e mandantes destas atrocidades. Exemplo da impunidade no campo pode ser encontrado nos assassinatos de Alfredo Nascimento em Miriri, João Pedro Teixeira em Sapé, Antônio Galdino da Silva em Mari, Margarida Maria Alves em Alagoa Grande dentre outros. (ZENAIDE, 2014)

Trata-se de uma realidade vivenciada pelos movimentos sociais do campo, além da luta contra o latifundiário que o "caça" para dar fim a seu propósito de efetivação dos seus direitos através das lutas, quando se concretiza toda ira do latifundiário voltada para a desarticulação dos trabalhadores com ameaças, violências e assassinatos a o Estado e seu aparato que inclui a justiça tornam-se literalmente "sega" e negligente na causa dos mais "fracos".

A história não foi diferente no assentamento Almir Muniz da Silva, surgiu atrelado a casos de violências extremas que culminou no desaparecimento de um de seus líderes, Almir Muniz da Silva, embora não tenha sido o primeiro caso dessa natureza foi o momento que marcou para sempre as vidas dos companheiros de luta e familiares de tal maneira que em sua homenagem o assentamento recebeu seu nome, o corpo nunca foi encontrado e com isso aumentando ainda mais o sentimento de indignação e impunidade.

Em algumas reuniões dos assentados no assentamento as quais podemos participar como ouvintes, além das pautas discutidas sobre diversas questões do assentamento, relembavam fatos que ocorreram até a conquista da tão sonhada terra, o que nos proporcionou a conhecer mais um pouco da sua história.

A disputa de terras nessa região onde se localizava a Fazenda Tanques e o Sítio Mendonça dos Moreiras que fazem parte do município de Itabaiana agreste paraibano perdurava desde os anos de 1986, ano marcado pela morte de outro agricultor Severino Moreira da Silva já por questões de terras. Na luta pela formação do assentamento Almir Muniz da Silva, a história se repetiu novamente da forma mais trágica, o agricultor Almir Muniz da Silva, casado, pai de Três filhos desapareceu no dia 29 de junho de 2002, segundo os relatos dos assentados nesse dia o agricultor tinha ido até a cidade de Itabaiana rebocando o veículo de seu cunhado no trator da associação da comunidade.

Foi uma viagem sem volta, o primeiro percurso que Almir e seu cunhado fizeram que dava acesso a cidade de Itabaiana, não passava pela fazenda onde estava residindo Sergio Azevedo como “administrador”, que já havia ameaçado o agricultor diversas vezes, o mesmo já era conhecido na região por participar da milícia que atuava naquelas áreas, inclusive já era citado na CPI instalada em 2001 que investigava as práticas de violência contra trabalhadores rurais como cita Martins e Tosi:

A milícia da região de Itabaiana, [...], incluindo mandantes e capangas, é responsável pelas várias violências relatadas e testemunhadas nesta CPI, conforme restou fartamente provado, apesar da negativa dos acusados: contra fatos não há argumentos. Eis mais um exemplo que comprova a gravidade da situação: Almir Muniz da Silva, posseiro da Fazenda Tanques, desapareceu em 29 de junho de 2002, quando passava por uma estrada rural que fica dentro da fazenda. Ele estava ameaçado de morte por Sérgio Azevedo, conforme registro em queixa-crime na Delegacia de Itabaiana, em 26 de dezembro de 2000. Da mesma forma, em 09 de maio de 2001, Almir denunciou Sérgio Azevedo em Sessão Especial sobre a Violência no Campo, realizada na Assembleia Legislativa da Paraíba. (prim@ facie – ano 5, n. 9, jul. / dez. 2006, p.52).

Constatamos que tanto as ameaças quanto às denúncias feitas pelo agricultor já vinham acontecendo a um bom tempo antes do seu desaparecimento. Nesse sentido, comungamos com a ideia e o sentimento de desamparo dos trabalhadores atrelados a “sensação de que o Poder Público é cúmplice dessas atrocidades”, negligenciando os casos de violência contra os agricultores e favorecendo a impunidade dos agressores que fazem parte do Estado e por consequência disso são protegidos (MARTINS e TOSI, 2006).

O protagonismo desempenhado por Almir Muniz na luta pela terra fez dele uma das lideranças que encabeçavam o movimento que lutou para a desapropriação da fazenda onde cresceu trabalhando junto a seu pai e irmãos e foi expulso sem direito algum ao “chão” onde seus familiares trabalhavam a mais de 50 anos. Seu caráter de liderança logo o fez um dos alvos a serem perseguidos pelos capangas principalmente Sergio Azevedo que era o “comandante”.

As ameaças contra Almir Muniz eram constantes no processo de desapropriação, inclusive foi registrada a queixa na delegacia de Itabaiana no dia 26 de dezembro de 2000, apesar de todas as ameaças ele e seus companheiros não desistiram, essa repressão buscava desencorajar os integrantes do movimento que ainda permanecia na busca da desapropriação, muitas famílias desistiram devido a essas investidas violentas que abalavam e desencorajam colocando o medo como principal obstáculo para o avanço dos trabalhadores no processo de desapropriação.

Todas as queixas de nada adiantaram o esmorecimento e desinteresse das autoridades com o caso de Almir Muniz, e com casos relacionados com disputas de terra a nível municipal, estadual e nacional ocasiona quase sempre em finais trágicos nas perseguições sofridas pelos trabalhadores, atrelado a isso à impunidade dos que atentam contra a vida dos camponeses, pois os mesmos estão ligados intrinsecamente com a gama dos representantes do Estado e da justiça que defendem os interesses dos latifundiários.

No caso de Almir Muniz não foi diferente, as ameaças foram registradas por diversas vezes nas autoridades competentes na delegacia de Itabaiana, perpassando o âmbito municipal da comarca quando o próprio agricultor fez a denúncia na Sessão Especial sobre a Violência no Campo que aconteceu na Assembleia Legislativa da Paraíba no dia 09 de dezembro de 2001. (RODRIGEUS, 2010)

Embora com todas as denúncias das ameaças contra o agricultor, não foram tomadas as ações necessárias por parte da justiça para investigar e apurar os devidos fatos para que o pior não acontecesse. Toda essa negligencia e intransigência das autoridades resultou no que temia os trabalhadores, como cita Rodrigues (2010, p.12):

Segundo relatos do irmão do trabalhador desaparecido, no dia 29 de junho de 2002, ele teria ido rebocar um carro do cunhado que havia quebrado, até a oficina da cidade de Itabaiana e retornou sozinho por dentro da fazenda. Foi visto pela última vez por volta das 8:00 horas da manhã por moradores da comunidade Lagoa de Rancho que fica na entrada da fazenda quando ali chegava direcionando-se pela estrada de canavial que leva à fazenda Tanques. Os mesmos moradores viram o trator sair com três homens desconhecidos.

Até hoje não se sabe onde pode estar o corpo do agricultor, seu desaparecimento não foi solucionado e um dos principais acusados, como o caso de Sergio de Sousa Azevedo foi morto em 2013 o que dificultou mais ainda o esclarecimento do caso juntamente com o não compromisso da justiça relacionado casos que envolvem essas questões do campo paraibano. Na época o trator foi encontrado em um canavial próximo ao município de Itambé-

PE divisa dos Estados de Pernambuco e Paraíba, como relata Rodrigues (2010, p. 11):

O trator encontrava-se em local de difícil acesso, todo sujo de lama, o que segundo os peritos impossibilitava o levantamento de impressões digitais. Nada mais foi averiguado, tendo inclusive passado “despercebido” no inquérito policial- IP o fato de que o trator apresentava vestígios de duas perfurações de bala o que forneceria pistas sobre o assassinato do trabalhador.

Essa triste realidade permeia a construção histórica do campesinato paraibano que são ameaçados, perseguidos e covardemente mortos em emboscadas pelo latifúndio que encontra no Estado os meios para se protegerem e escapar das punições dessa prática criminosa contra nosso povo camponês que continua sua luta pela Reforma Agrária, apesar de toda violência e repressão continua lutando por seus direitos, mostrando sua “força” de resistência contra uma sociedade que o exclui de uma vida mais digna e justa.

Almir Muniz da Silva perdeu sua vida em busca da concretização de um sonho ao qual não pode ver realizado, mas que recebeu seu nome como símbolo de luta, resistência e vitória que vai ser lembrado por toda história como um dos homens do campo que morreu defendendo o propósito de termos uma sociedade mais justa e igualitária para todos aqueles que vivem da terra.

3.2 O ASSENTAMENTO ALMIR MUNIZ DA SILVA HOJE: BALANÇO DE UMA HISTÓRIA DE LUTAS, AÇÕES E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NO ASSENTAMENTO.

Todo o processo que culminou na criação do Assentamento Almir Muniz da Silva descreve verdadeiramente as condições históricas de como o campesinato brasileiro sofreu e ainda sofre com as injustiças de um Estado arbitrário, que tem o poder de decisão frente as demandas do camponês e do

latifúndio, prevalecendo o apoio ao segundo que se articula politicamente nas manobras para a manutenção do seu poder gerando a desigualdade social no campo e consequentemente as tensões e conflitos.

E foi dessa maneira que o assentamento surgiu desde os primeiros casos em 1986 que se estendeu até a desapropriação da fazenda a trajetória dede o primeiro despejo das famílias, a solicitação das primeiras vistorias, a ocupação das terras, vindo o segundo despejo e impedimento de uma nova vistoria por dois anos aja vista a Lei do governo de FHC que impedia caso fosse ocupada, a longa espera para pedir nova vistoria que, como a segunda, considerou a fazenda improdutiva, o desaparecimento de Almir Muniz logo após o resultado, a angustia e a busca por justiça dos trabalhadores apoiados pela CPT e seus agentes, por Frei Anastácio e demais figuras importantes como Padre João Maria e Luiz Couto.

Em síntese, asses fatos permearam a luta das famílias que não desistiram e persistiram, é umas das características que mais marcam a figura dos camponeses, apesar de toda repressão e violência continuam lutando é um povo digno de respeito pois tem a determinação e uma certa consciência para defesa de seus direitos. Atualmente estão assentadas nas terras da antiga fazenda Tanques hoje assentamento Almir Muniz da Silva, 24 famílias que trabalham na agricultura de subsistência e forneciam produtos para o programa do Governo Federal PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que foi cortado pelo atual governo.

Desde sua desapropriação em 2002 com a entrega do título de posse, permitiu que os agricultores entrassem novamente nas terras para trabalharem produzindo as culturas alimentícias como já só que agora não como rendeiros, nem com os limites de pequenos trechos de terra. A fazenda possui cerca de 443 hectares que foram divididos para as famílias, tendo sido destinado alguns hectares para uma reserva ambiental dentro do assentamento.

A concretização da luta dos agricultores do sitio Mendonça dos Moreiras, como eram conhecidos, enfim se realizava depois de muito sofrimento, luta, perseguição, violência e o descaso por parte do Estado o que foi bem destacado nas reuniões dos assentados. Inclusive um fato relevante

e crucial para a desapropriação, destacou um dos assentados, foi a participação de Frei Anastácio em todo processo, desde o início do conflito até a desapropriação e entrega do título de posse.

Na terceira vistoria na qual novamente foi constatada como sendo improdutiva, a proprietária entrou com um novo recurso alegando o mesmo motivo da segunda vistoria que foi por falta de chuvas na região que não tinha produzido, porém, as pequenas propriedades, denominados de “roçados” pelos assentados, ao redor da fazenda tinham produzido demonstrando que choveu o suficiente para produzir e que ela não o fez da mesma maneira por que não utilizou a terra para tal função e foi por esse motivo que o resultado deu improdutivo.

Depois de todas as constatações da improdutividade pelo não cultivo da terra, com o desaparecimento de Almir Muniz nas dependências da fazenda, os agricultores foram até o INCRA acompanhados por Frei Anastácio, reclamar seus direitos perante todos os acontecimentos com a esperança de conseguir, depois de cerca de cinco anos, o reconhecimento das autoridades competentes de que era com o trabalho deles que a fazenda produzia por mais de 50 anos na condição de rendeiros e agora tinham todo o direito reclamá-la frente as intenções da proprietária de vender as terras para outro latifundiário que pretendia usá-la para o plantio da cana-de-açúcar.

Relembravam os assentados que o INCRA já estava acolhendo o novo pedido feito pela proprietária, mesmo com tudo que aconteceu, foi quando Frei Anastácio se levantou em defesa dos agricultores denunciando a arbitrariedade do órgão que visivelmente estava defendendo os interesses daqueles que não tinham o compromisso em cumprir com a função social da terra, e retirando o direito daqueles que realmente trabalhavam e tinham nela o principal meio de sobrevivência. Essa participação ativa de Frei Anastácio foi um dos determinantes meios para que o INCRA repensasse a decisão e voltassem atrás mostrando a injustiça que estava sendo feita com aquele povo.

Destarte, após o reconhecimento do INCRA dando o parecer favorável para os agricultores com a desapropriação enviando o decreto para Brasília, já em 2003 foi um dos primeiros decretos assinados pelo recente presidente

eleito Luís Inácio Lula da Silva. No dia 17 de agosto de 2003 chega o decreto de desapropriação, em 20 de fevereiro de 2004 chega a emissão de posse e em 30 de maio de 2004 cria-se a associação.

A partir daí, surge o assentamento Almir Muniz da Silva com o novo governo que possui um viés favorável para o campo social, dentre esses com o olhar voltado para a questão do campo envolvendo a reforma agrária com mais amplitude e fortalecimento, embora o desafio de superar o agronegócio e agroindústria seja um fator preponderante para o desenvolvimento de uma política baseada na promoção da agricultura familiar camponesa. Promover o camponês para um patamar onde ele não esteja, mas submetido ao latifúndio é uma das medidas fundamentais no para superação das desigualdades no campo.

Agora dentro dos parâmetros legais o assentamento começou a receber os recursos do governo federal através dos projetos do FOMENTO1(estímulo para o desenvolvimento) para a compra dos equipamentos de trabalho no valor de R\$ 2.400,00 reais, em outra etapa do programa veio para a construção das casas no valor de R\$ 5.000,00 para os agricultores se instalarem em definitivo nas terras, mais um FOMENTO2 foi destinado para reforçar as bases já construídas pelos agricultores com mais R\$ 5.000,00 reais para reformas das casas aquisição de mais equipamentos para o trabalho, nessa mesma etapa vem o recurso para construção de cisternas no valor de R\$ 1.500,00 reais.

Os recursos voltados para as áreas de assentamento do governo federal, dava a oportunidade aos assentados de começarem a trabalhar e produzir propiciando as bases para que os assentamentos se desenvolvessem. Em nosso estado no ano de 2007 toma posse no cargo de superintendente do INCRA Frei Anastácio e permanece no cargo até março de 2010, esse fato proporcionou ganhos para o campo paraibano, ele já conhecia muito bem a realidade do campesinato paraibano, por toda vivência junto aos camponeses e movimentos relacionados, sendo um persistente militante em defesa das causas camponesas.

Em sua gestão que durou dois anos e quatro meses, foram assentadas cerca de 2.671 famílias, nesse mesmo período foram criados 25 projetos de

assentamentos na Paraíba, dentre eles o próprio Almir Muniz. Para além da criação dos assentamentos foram reformadas 3.131 casas e muitas obras de infraestrutura nos 270 assentamentos existentes no estado. Com o compromisso de trabalhar para levar as melhorias para os trabalhadores do campo Anastácio pautou seu mandato frente ao órgão através do diálogo nas tomadas de decisão, para isso reativou o CDR (Comitê de Decisão regional do Incra-PB) onde todas as decisões eram discutidas nesse comitê antes de serem realizadas.

Criou mecanismos para acabar com as práticas de venda dos lotes que nos assentamentos criando uma comissão de retomada de lotes nas áreas onde havia a prática de venda ilegal das parcelas de terras, fazendo campanhas nos assentamentos através de cartazes informando que tal prática é crime e perder tanto quem vendeu quanto quem comprou. Essas medidas asseguravam que as parcelas distribuídas nos assentamentos fossem realmente para a produção e cultivo dos agricultores que realmente queria trabalhar na terra.

Uma das principais medidas em sua gestão foi a criação de uma Assistência Técnica que contava com três cooperativas e três empresas que prestavam assessoria técnica com cerca de 220 técnicos, para acompanhar os assentamentos somavam mais de 12.000 famílias dentre os quais estava o Almir Muniz. Essa medida foi pioneira da gestão de Anastácio que depois se expandiu a nível nacional, era de extrema importância para o auxílio na produção dos alimentos, na criação dos animais, no manejo com a terra, além da equipe técnica social que eram compostas por profissionais capacitados nas devidas áreas de atuação e com o atual governo essa assistência técnica foi retirada.

Particularmente essa assistência técnica era muito importante no assentamento Almir Muniz, pois o mesmo estava engajado no programa criado em 2003 pelo Governo Federal, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que foi criado para o enfrentamento da fome, fortalecendo a agricultura familiar dos assentamentos da reforma agrária e demais áreas a partir da aquisição dos alimentos diretamente dos agricultores que são

distribuídas para as populações com maior vulnerabilidade social (<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>).

Essa ação governamental permitia que a produção dos assentados fosse adquirida por um preço mais justo comparado com o preço que seria pago por um atravessador que pode ser um determinado sujeito que compra as mercadorias por um valor baixo para revendê-las. Com o corte da assistência técnica a produção dos agricultores poderá ficar comprometida e mais do que isso, com o corte de mais de 95% dos recursos voltados para fins de Reforma Agrária. (<https://www.freianastacio.com.br>)

Atualmente o assentamento Almir Muniz está fora do PAA, desde 2012 o mesmo começou a participar do programa e com a entrada do governo Temer ficou fora devido aos cortes nos gastos para os programas sociais que atingiu duramente o campo. Essas medidas prejudicam muito o processo de desenvolvimento e promoção dos assentados que terão como alternativa vender sua produção para os atravessadores.

Dessa forma a atual conjuntura política instalada através de um golpe parlamentar, é profundamente contrária com o desenvolvimento dos programas de assentamentos, pois como se sabe o atual governo não tem a intenção de reconhecer os direitos sociais para que esses trabalhadores possam ter o mínimo para sobreviverem, a real intenção deste atual governo de cunho conservador e direitista assumidos, aliado as grandes oligarquias latifundiárias é manter os trabalhadores rurais numa teia para continuar explorando-os de forma desumana e como isso continuar a enraizamento das grandes desigualdades sociais que assolam o campesinato e reter o progresso do mesmo.

3.3. SERVIÇO SOCIAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Neste tópico iremos abordar sobre a relação do Serviço Social e os movimentos sociais, onde existe uma diversidade de representações sociais na contemporaneidade como, por exemplo, as que representam os direitos e emancipação das mulheres, as feministas, o movimento LGBT, o movimento

dos trabalhadores urbanos representados por múltiplos profissionais (professores, estudantes, seguranças, motoristas, etc.) e os movimentos do campo representados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que é o foco deste trabalho.

Portanto, percebemos a união e mobilização de determinado grupo ou classe que se articulam no intuito de reivindicar e lutar pela efetivação e reconhecimento de seus direitos sociais que são constantemente abnegados formam os movimentos sociais. Dessa forma é necessário compreendermos a concepção de movimentos sociais que segundo Scherer-Warren (2002, p. 248) define:

Movimento Social é um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores e práticas sociais que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis, nas relações familiares, comunitárias e societárias, no local, no nacional, no planetário.

Assim sendo, os movimentos sociais, como o MST tem por objetivo proteger, resguardar e lutar pela concretização de seus direitos sempre que forem violados. Dessa maneira, sua forma de articulação e ideologias perpassa seu nicho de representação e assim conseguem atingir novos locais de representatividade como são os casos das camadas partidárias, associações e organizações (ROZA e MOURA, 2015). Desta forma, Gohn (1997, p. 171) define movimentos sociais:

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Destarte, notamos que os movimentos sociais perpassam o embate entre classes antagônicas como a teoria marxista explica expandindo-se assim, na sociedade capitalista o que gera a múltiplas expressões da questão social que ultrapassa o duelo entre a “classe trabalhadora” e “classe burguesa” que visam melhores condições salariais. Por conseguinte, percebemos que a discussão em voga amplia de uma forma que vai para além da questão salarial, mas é importante ressaltar que má distribuição da riqueza é um dos cerne que desencadeiam as disparidades sociais e geram indignação e revolta por parte da classe dos trabalhadores (ROZA e MOURA, 2015).

Ao perpassar à questão renda percebemos a ausência da criação e promoção de programas e políticas públicas eficazes, como no caso do MST, a instauração da tão sonhada política de reforma agrária que até os dias hoje é o que rege a luta desses trabalhadores rurais, que reivindicam a viabilização e efetivação dos direitos sociais para que assim possam viver de uma forma digna e humana.

Emergindo para a relação do Serviço Social com os movimentos sociais compreendemos que a mesma está articulada, uma vez que o profissional atua como um mediador e viabilizador de direitos sociais, políticos da classe trabalhadora que luta e reivindica a efetividade de seus direitos mais básicos. Esses princípios estão nitidamente expostos no Projeto Ético-Político que norteia a profissão, onde o Assistente Social deve ter como objetivo fundamental a primazia pela autonomia e emancipação dos indivíduos sociais (EINSFELD, 2009).

Desse modo, percebemos que os Assistentes Sociais estão diretamente associados no que tange as múltiplas expressões da questão social que assolam a luta dos trabalhadores rurais e urbano principalmente com surgimento e fixação do sistema capitalista no Brasil.

Respaldados pela Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética do Profissional e por fim as Diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), os assistentes sociais atuam como agentes viabilizadores dessas reivindicações que os trabalhadores conclamam há anos pela efetividade e assecuramento de seus

direitos sociais mais básicos efetivados a fim de termos uma sociedade menos injusta e desigual. Posto isto, Sousa e Castro (2013, p. 5) afirmam:

De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social e o Código de Ética Profissional, ambos em 1993, e as Diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, há um compromisso dessa categoria profissional com a defesa dos direitos humanos, os interesses da classe trabalhadora, suas organizações e movimentos sociais. Para realizar tal tarefa, têm nos pressupostos do paradigma do materialismo histórico dialético as bases de sustentação das análises críticas sobre o sistema capitalista.

Logo, compreendemos a importância do Serviço Social como uma profissão de viés social, político e crítico onde o assistente social assume a postura de um profissional interventor-mediador e viabilizador na conflitante relação de classes sociais, característica do modo de produção capitalista, e assim, poder unificar a classe trabalhadora a fim de conscientizar que mais que classe a sociedade civil como um todo são capazes de lutar e reivindicar juntos pelo reconhecimento e efetividade de seus direitos sociais.

Migrando para ligação do Serviço Social com os movimentos sociais especificamente rurais observamos algumas arestas, pois nota-se que mesmo com toda efervescência e importância no que se refere a questão agrária ainda não há um vasto e suficiente arcabouço bibliográfico que trabalhe especificamente esta relação da atuação do Assistente Social com os movimentos sociais rurais. Desta maneira, Delgado (2010, p. 112) apud lamamoto (1999, p. 151) atentam:

[...] no debate profissional contemporâneo, esse é um dos temas que não vêm sendo prioritariamente privilegiado nas análises do Serviço Social, apesar da gravidade que a configuração da questão agrária assume na atualidade.

Tendo em vista, esta lacuna no que tange a relação do Serviço Social com os movimentos sociais do campo, destacamos a importância de um arcabouço teórico metodológico que sirva como alicerce para atuação do Assistente Social nesses espaços ocupacionais de grande representatividade

e que tenha um olhar voltado com o comprometimento com a causa dos movimentos rurais e que esta discussão que está bastante em voga perpassasse os grandes debates e assume grandes dimensões diante desse comprometimento do Assistente Social para com a questão agrária.

Todavia, atentamos que um dos elementos constitutivos do projeto ético político do Serviço Social, a lei que regulamenta a profissão 8.662/93, destaca que é competência profissional do Assistente Social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”.

Dessa forma, sinalizamos a prática do Serviço Social no Assentamento Almir Muniz Da Silva, onde a atuação do profissional dava-se através da prestação de assessoria, desempenhando seu trabalho juntamente com a equipe técnica. Diante do exposto ao observarmos o que a lei 8662/93 afirma frente a prática do assistente social nesse espaço ocupacional, constata-se uma limitação de sua prática profissional, uma vez que desempenha atividades meramente técnicas.

Logo, é preciso perpassar essas barreiras da atuação meramente técnica, haja vista que o profissional possui a capacidade crítico-social de executar suas atribuições e competências como está disposto no Código de Ética em seu Artigo 2º onde explana sobre os direitos do Assistente Social, alíneas a, b e c:

- a- garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b- livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- c- participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais (CFESS-CÓDIGO DE ÉTICA, 1997, p. 26).

Assim sendo, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) dispõe dentro do Código de Ética as atribuições que norteiam o desenvolvimento da atuação profissional, o assistente social possui a

autonomia na prática de seu exercício profissional a fim de superar as limitações de ser um simples agente técnico e com isso perpassar este entrave a fim de desempenhar suas atribuições como está regido nos Princípios Fundamentais no Código de Ética:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes -autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

Portanto, ao observarmos às atribuições e competências que regem o Serviço Social, e diante da atual conjuntura política e como a mesma sofre grandes imbricações e rebate de forma avassaladora na prática profissional do Assistente Social no lócus da pesquisa, pois o que já era extremamente fragilizado acabou por se extinguir, uma vez que o atual governo do Presidente Michel Temer acabou por excluir as equipes técnicas dos assentamentos que faziam um trabalho muito importante de acompanhamento das atividades de produção, manejo e cuidados com a terra incluindo nesses o Assentamento Almir Muniz da Silva.

Dessa maneira, atentamos as ações de retrocesso das conquistas no campo do atual governo com intuito de enfraquecer os projetos de assentamentos precarizando e retirando os mecanismos instaurados, no governo de Lula, para fortalecer as formas de produção da agricultura familiar dos assentamentos.

Em meio a esse retrocesso, o Serviço Social enfrenta juntamente com os movimentos sociais do campo o desmonte do Estado de Direito que vinha sendo construído nos últimos dez anos. Para além dos desafios na atuação profissional junto a esses movimentos, o assistente social se vê diante de

uma conjuntura desfavorável a afirmação dos direitos, sua profissão reduzida perante a sociedade brasileira como mero coadjuvante reprodutor de políticas assistencialistas e desempenhando atividades tecnicistas, retraindo-o seu protagonismo enquanto profissional crítico-político da realidade social.

É uma das estratégias que o atual governo adere, possivelmente como retomada das terras que foram distribuídas pelo latifúndio, enfraquecendo o poder de produção e desenvolvimento social dos assentamentos, como é o caso da exclusão da equipe técnica onde o Serviço Social estava inserido e com isso fragiliza ainda mais a classe dos trabalhadores rurais assentados no intuito de reter esse desenvolvimento e continuar abnegando e não reconhecendo seus direitos sociais.

Por fim, notamos a importância do Assistente Social frente à questão agrária e os movimentos rurais, superando assim, este profissional tecnicista que o mesmo executa no Assentamento Almir Muniz da Silva, exercendo suas atribuições e competências de forma livre e autônoma no sentido de poder desempenhar seu papel pautado no Projeto Ético Político da profissão e nos elementos que compõem como o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPESS e com isso trabalhando como o profissional interventor-mediador e programador de políticas públicas a fim de viabilizar e reconhecer os direitos de um povo que sofrem constantemente com as usurpações de seus direitos e com isso minimizar as múltiplas expressões da questão social que estão enraizadas no campesinato brasileiro e paraibano por décadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto é notável a importância das Ligas Camponesas no processo de construção e formação dos movimentos sociais do campo, pois foi a partir do seu surgimento em 1954 que o campesinato brasileiro, principalmente o nordestino começou a se organizar a fim de reivindicar, lutar pelo reconhecimento dos seus direitos sociais que eram constantemente usurpados pelas oligarquias rurais que monopolizavam o acesso à terra, fortalecendo a propriedade privada e aumentando as desigualdades sociais no campo. Tendo em vista essa configuração de injustiça social instaurada no meio rural, os trabalhadores do campo tinham duas alternativas: a primeira onde eram forçados a trabalhar como rendeiros nas terras, sujeitando-se ao processo desumano, desleal e cruel do superexploração do latifundiário, enquanto a outra alternativa era se contrapor frente a condição de subordinação ao latifúndio que significa ir contra a hegemonia do sistema capitalista vigente rural.

O processo de formação e luta das Ligas Camponesas foi o mecanismo desenvolvido pelos trabalhadores do campo para se articularem a fim de combater essas disparidades criadas e implantadas pelo latifúndio. Por consequência do processo de reação dos trabalhadores rurais ao enfrentar os proprietários de terra a resposta de imediato é sempre uso de práticas coercitivas, agindo com violência física e manobras de intimidação a fim de reter qualquer processo de reação dos camponeses.

Assim como as Ligas Camponesas do Engenho Galileia que foi citado anteriormente, no Estado da Paraíba houve também o surgimento de Ligas Camponesas como, por exemplo, a liga de Sapé que foi de maior representatividade, liderada por João Pedro Teixeira, assassinado em 1962.

Na atualidade um dos movimentos de grande expressividade que luta em prol da efetividade da política de reforma agrária é o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que assim como as Ligas Camponesas é constantemente atacado e criminalizado para manter o *status quo* da sociedade agrária brasileira.

Em decorrência dos fatos observamos um Estado negligente e conivente no que se refere a violação e não efetivação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e o desinteresse na promoção de uma política de reforma agrária plena que verdadeiramente atingisse o desenvolvimento do campesinato, diminuindo as desigualdades sociais no campo. Desse modo, atentamos para importância de um Estado empenhado e efetivo a garantir o reconhecimento dos direitos mais básicos dos trabalhadores rurais, focando em se comprometer na criação de políticas públicas mais essenciais como educação, segurança, saúde e a tão sonhada reforma agrária, onde os trabalhadores lutam por décadas desde o surgimento das primeiras organizações de movimentos rurais até os dias atuais por sua concretização.

Contudo, mediante a configuração política instaurada dos últimos 20 anos de viés neo e pós-neoliberal, tem se distanciado cada vez mais da concretização da política de reforma agrária e políticas públicas em prol do campesinato. Pois, com a fixação e consolidação do neoliberalismo e o novo modelo de reforma agrária proposto pelo governo Fernando Henrique Cardoso se alastrou de tal forma que no governo seguinte do ex-presidente Lula não obteve um pleno êxito no que se refere instauração da reforma agrária.

Para tanto, é importante destacar que, o governo FHC se mostrou estrategista ao criar manobras a fim de conter, desfragmentar e criminalizar a luta do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST), e assim efetivar de fato o novo modelo de reforma agrária.

Enquanto no governo Lula deve-se reconhecer que foi mais aberto, haja vista, que o MST teve uma abertura frente ao governo para expressar seus anseios e conclamar a viabilidade e efetividade de seus direitos sociais e o debate acerca da política de reforma agrária. Assim sendo, é válido salientar que mesmo com enraizamento da política neoliberal, o governo Lula desenvolveu algumas estratégias que promoveram uma reforma agrária parcial onde as pressões feitas pelo MST surtiram esse efeito e assim não bateu de frente com os grandes proprietários rurais, os quais compõem a bancada ruralista no parlamento, que jamais aprovariam a política de reforma agrária plena.

Frente a essa realidade surge o Assentamento Almir Muniz da Silva, um dos primeiros a ser assinado o decreto de desapropriação, no governo Lula em 2003. Por consequência deste fato, pode-se considerar uma conquista para os trabalhadores rurais da antiga Fazenda Tanques, pois diante das constantes abnegações e usurpações da não efetividade do reconhecimento de seus direitos sociais e de não terem o acesso à terra efetivado decorrente conjuntura política antecessora ao governo Lula, mostra ser um dos projetos de assentamentos que servem como referência organizacional através da associação dos assentados, do modelo de produção agrícola, reforçando a ideia de que a Política Reforma Agrária alinhada com os projetos de assentamentos é um dos modelos de produção propulsores para o combate da pobreza, desigualdade social e promoção da população camponesa, sem terra brasileira.

Tendo em vista, a atual conjuntura política do governo Temer, que assumiu o poder através de um golpe, mantém-se ilegitimamente promovendo corte nos gastos com as políticas sociais e favorecendo a expressiva classe dominante brasileira onde estão os grandes latifundiários que são privilegiados por uma política voltada a defender seus próprios interesses, excluindo a massiva classe camponesa que vê o seu propósito de luta pela reforma agrária cada vez mais distante de ser concretizado com a permanência desse atual governo golpista.

Logo, decorrente desta situação onde os direitos sociais dos trabalhadores rurais são constantemente negados e violados, nota-se uma lacuna, pois ocasiona uma tensão diante desta injusta relação, de um lado têm os latifundiários que usurpam e violam os direitos sociais dos trabalhadores rurais e de outro temos esses trabalhadores que conclamam pela efetividade e concretização desses direitos que lhes competem de forma legítima. Mediante esta situação de injustiça social tem a necessidade da prática do profissional de Serviço Social onde o mesmo deve imprimir suas competências e atribuições de forma plena pautada nos documentos que norteiam a profissão como o Código de Ética, a Lei 8.662/93 e as Diretrizes Curriculares da ABPESS – 1996. Portanto, o Assistente Social sendo um profissional crítico, político-social da realidade e um defensor dos direitos

humanos e viabilizador dos direitos sociais deve pautar sua prática profissional para concretizar a garantia dos direitos civis, sociais dos trabalhadores do campo.

Por fim, é inegável o fortalecimento dos trabalhadores rurais ao se articularem, unirem-se e lutarem pela efetividade de seus direitos sociais, onde o Assistente Social tem a competência de construir junto a essa classe o fortalecimento das críticas que defendam seus direitos sociais. A criação dos projetos de assentamentos, como é o caso do Assentamento Almir Muniz da Silva é um bom exemplo desse processo de luta e conquista que reflete de forma direta na melhoria da condição de vida desses trabalhadores rurais assentados que por anos lutaram e ainda lutam em prol do reconhecimento de seus direitos frente ao latifúndio e ao sistema capitalista vigente.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Juliana Ferreira. Luta e resistência na Paraíba: a Liga Camponesa de Sapé. In: **XI Encontro Regional Nordeste de História Oral**, Fortaleza 2017, p. 1-12. Disponível em: <http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1494167488_ARQUIVO_ARTIGO-PRONTO-FORTALEZA2017.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

ARANHA, Hialely Carvalho. A ocupação das propriedades rurais improdutivas: análise das ações de ocupação dos trabalhadores rurais sem terra e a questão agrária no Brasil. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3731, 18 set. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25323>>. Acesso em: 19 out. 2017.

AUAD, Denise. Os direitos sociais na Constituição de Weimar como paradigma do modelo de proteção social da atual Constituição federal brasileira. In: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v. 103 jan./dez. 2008, p. 337 – 355.

AUED, Bernardete Wrublesk. **A vitória dos vencidos: Partido comunista brasileiro - PCB e Ligas camponesas (1955-64)**. Florianópolis: Universidade/UFSC, 1986.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145p.

BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELE, Neide; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org). **Eu marcharei na tua luta!**: a vida de Elizabeth Teixeira. Campina Grande: Eduepb, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis; Vozes, 1984. 141p.

BENEVIDES, César Augusto Carneiro. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BERNARDES, José Eduardo. Relatório aponta redução de 95% no orçamento de Temer para a reforma agrária. *Brasil de fato*. 5 de Setembro de 2017. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/05/relatorio-aponta-reducao-de-95-no-orcamento-de-temer-para-a-reforma-agraria/>>. Acesso em 28/11/2017.

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em 10 out. 2017.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm ; Acesso em: 12 out. 2017.

CANUTO, Antônio. et al. (Coords.). **Conflitos no Campo. Brasil 2012**. Goiânia: CPT Nacional, 2013.

CANUTO, Antônio. et al. (Coords.). **Conflitos no Campo. Brasil 2003**. Goiânia: CPT Nacional, 2004.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, ASSESSORIA E EDUCAÇÃO POPULAR. João Pessoa, 1986 (caderno mimeografado).

CFESS. **Regulamentação da Profissão**. Disponível em:
<<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

_____. **Projeto Ético Político**. Disponível em: <<http://cress-es.org.br>>. Acesso em: 28 out 2017.

_____. **Código de Ética**. Lei nº 8.662, de 13 de março de 1993. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

_____. **O CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, nº 95. São Paulo: Cortez, 2008.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, direito e justiça distributiva: elementos da filosofia constitucional contemporânea**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.4, p.105-118. ISSN 0102-8839. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102->. Acesso em: 15 set. 2017.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Constituição Alemã de 1919**, (s/d). Disponível em:
<<http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/alema1919.htm>>. Acesso em 18 ago. 2017.

COUTINHO, Eduardo. **Peões**. Rio de Janeiro: Videofilmes, 2004. 85 min.

_____. **Cabra marcado para morrer**. Rio de Janeiro: Globo vídeo, 1984, 120 min.

CPT. **Comissão Pastoral da Terra**. Caderno Conflitos no Campo – Brasil. 1998.

CPT. **27º Romaria Da Terra**: "Sangue dos Mártires, Terra Livre"; Memória, Rebeldia e Esperança.

CRUZ, Mauro Jacques Farias. Camponeses e a luta pelos direitos. In: Comissão Nacional de Formação da CPT. (Org.) **CPT 40 anos**. De fé, rebeldia e esperança. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 235-252.

DOCUMENTÁRIO: **NOS CAMINHOS DE MARGARIDA**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sjxruyZt-eM>. Acesso em 25 dezem. 2017

EINSFELD, Jordana. **A questão agrária e os movimentos sociais do campo**: um tema para o serviço social. 2009. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

Entrevista com Francisco Julião. **Jornal O Pasquim**, edição de 12 de janeiro de 1979. Disponível em: <<http://www.pe-az.com.br/editorias/biografias/f/712-francisco-juli%C3%A3o>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as Reformas Agrárias no Brasil**. OSAL - Observatório Social de America Latina. Debates. Buenos Aires, ano IX, número 24, p. 73-85. 2008.

_____. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

_____. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1999.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu e SILVA, Pablo Melquisedeque Souza. A política de reforma agrária nos governos FHCe Lula e seus rebatimentos na região do Brejo. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Uberlândia-MG, 2012, p.1-17.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem terra, Ong's e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **História dos movimentos sociais e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Livraria Loyola, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no Capitalismo. In **Revista Temporalis**. Ano II. nº 3, 2ª ed, ABEPSS, 2004.p. 9-31.

_____. ; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

INCRA. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal>>. Acesso em: 29 out. 2017.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. O que o governo Dilma fez (e não fez) pela reforma agrária? Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias->

socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pela-reforma-agraria. Acesso em: 03 nov. 2017.

JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Ed. Bagaço, 2009.

_____. **Que São as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Ed: Civilização Brasileira S.A. 1962. Cadernos do Povo Brasileiro Volume 1.

LOUREIRO, Klítia. **Neoliberalismo e Questão agrária**: as conseqüências para o campo brasileiro, (s/d). Disponível em: <<http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/klitia4.htm>> Acesso em: 31/10/2017.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. Neoliberalismo e "reforma agrária" no Brasil: o caso do programa nacional de crédito fundiário (2003-2015). In: **Revista Diálogos**, v. 10, n. 02, p.80-89, jul.-dez. 2016.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma Agrária**: uma questão de terra ou de gente. São Paulo: Moderna, 1987.

MARTINS, Cristiane de Lima e TOSI, Giusspe. A violação de direitos civis de trabalhadores rurais envolvidos em conflitos agrários na comarca de Itabaiana – PB. In: **prim@facie**, ano 5, n. 9, p. 41- 63, 2006. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/.../tosi/tosi_violacao_direitos_civis.Pdf>. Acesso em: 09 nov. 2017.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Dimensões políticas da violência no campo. In: **Introdução crítica ao direito agrário**. Mônica Castagna Molina, José Geraldo Souza Júnior, Fernando da Costa Tourinho Neto (organizadores) – Brasília, Universidade de Brasília, Decanto de Extensão, Grupo de Trabalho de apoio à Reforma Agrária, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. MOREIRA, Emília. Por um pedaço de chão. 2 v. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. 838 p.

MONTEIRO, Angélica e LEAL, Guaraciara Barros. **Reforma agrária**: uma questão social e moral, Brasília, Instituto Teotônio Vilela (Coleção Brasil, 4), 1998.

MORAIS, Clodomir dos Santos. A História das ligas camponesas do Brasil. In. STEDILE, João Pedro (org.) **História e natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. 2 v. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. 838 p.

MST. Relatório aponta redução de 95% no orçamento de Temer para a Reforma Agrária. 6 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/09/06/relatorio-aponta-reducao-de-95-no-orcamento-de-temer-para-a-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

OMS. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A disputa político-ideológica entre a reforma agrária redistributiva e o modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1994-2005). In: **Sociedade & Estado**, v. 20, n. 3, 2005, p. 611-646. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v20n3/v20n3a05.pdf>> . Acesso em: 30 out. 2017.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial**: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas 1757-1823. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, 2004 (Tese de Doutorado), 284 fls.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. Disputas territoriais na Paraíba: um olhar sobre a ação das instituições do estado frente à violência no campo. In: Revista **Geografica de America Central (Online)**, v. 2, p. 1-16, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2403/2299>> . Acesso em: 28 out. 2017.

ROZA, Erick Anjos e MOURA, Livia Marinho de. Serviço Social e Movimentos Sociais: relação e complementação das frentes. In: **Rev. Conexão Eletrônica** – Três Lagoas (MS), v. 12, n. 01, ano 2015, p. 1-9.

SANTOS, Rafael de Oliveira C. O que teve de reforma agrária no governo Lula?. In: **Campo Território**: revista de geografia agrária, v. 6, n. 12, p. 63-78, ago. 2011.

SAUER, Sérgio. Conflitos Agrários no Brasil. In: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão dos conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainaim (coord) et al. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2008. p. 231-265.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In ____: KRISCHKE, Paulo. (Org.) **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Thiago Moreira M. Presença das Ligas Camponesas na Região Nordeste. In: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009, p. 1-29. Disponível: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXE%20Nga/artigos/Silva_TMM.pdf> . Acesso em: 25 ago. 2017.

SOAREZ DE OLIVEIRA, Ana Maria. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. In: **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (18),

2002. [ISSN: 1138-9788] . Disponível em:
<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-18.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

SOUSA, Regina Sueli e CASTRO, Alessandra Gomes. Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Serviço Social no Brasil. In: **Congresso Catarinense de Assistentes Sociais**, Florianópolis (SC), 2013, p. 1-7. Disponível em:
<<http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Movimentos-Sociais-Direitos-Humanos-e-SS-no-Brasil2.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos. **Nordeste, o Vietnã que não houve:** ligas camponesas e o golpe de 64. Londrina: Ed. UEL ; ed. Universidade Federal da Paraíba, 1996. 359p.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil:** história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006, 223p.

_____. **A Questão Agrária no Brasil:** o debate tradicional - 1500 1960. São Paulo. Expressão Popular, 2005. 1ª Ed, 304p.

_____. ; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo; ed: Perseu Abramo, 2005, 168p.

_____. **Questão agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZENAIDE, Hélio Nóbrega. A morte de João Pedro Teixeira. s/d. (mimeo)
_____. De como os militares passaram a cassar e caçar. In: GUEDES, Nonato et al. (Orgs.) **O jogo da verdade** – revolução de 64 30 anos depois. João Pessoa: A União Editora, 1994. p. 77-91.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educar para nunca mais: memória e resistência camponesas em Mari, PB, Brasil. In: **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru: UNESP, 2014, v.2, n 3, p. 113-130.

_____. Políticas de extensão universitária e a disputa pela hegemonia: a questão dos direitos humanos na UFPB. 2010, 415 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

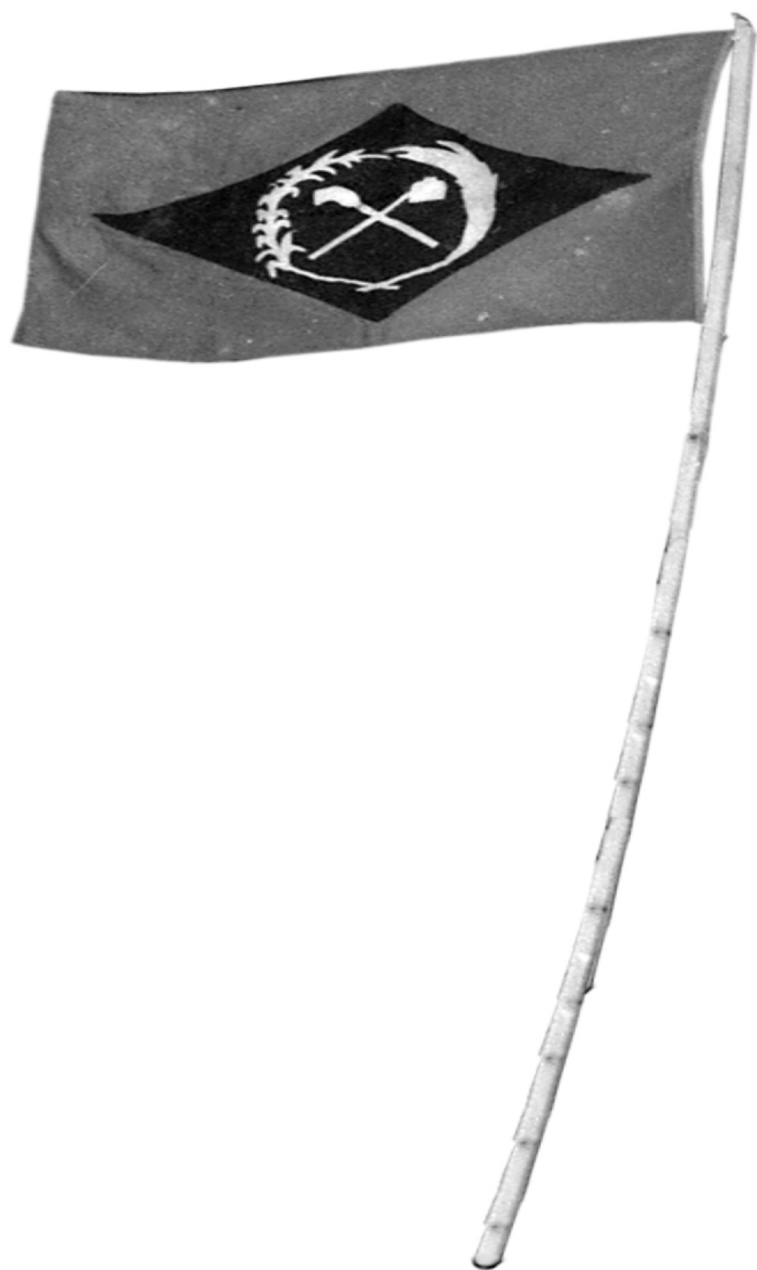
ANEXOS

ANEXO A - Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco

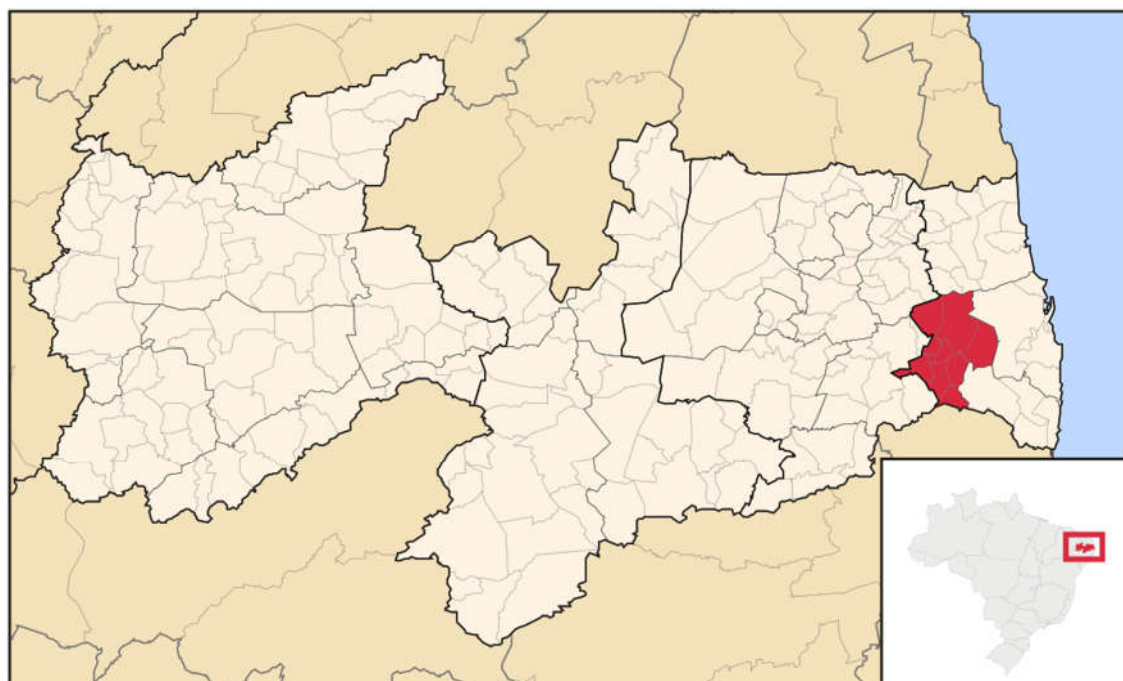


IA SEDE DA "LIGA" NO GALILÉIA. A SENHA DE RECONHECIMENTO É UM TIPO DE COINTELA DE PERNAMBUCO.

ANEXO B - Bandeira das Ligas Camponesas



ANEXO C - Mapa da Paraíba



ANEXO D - Marcha das Ligas Camponesas



ANEXO E - Bandeira da CPT



ANEXO F - Bandeira do MST



ANEXO G – Assentamento Almir Muniz da Silva



ANEXO H – Poema os homens da Terra

Os homens da Terra

Vinícius de Moraes

Senhores Barões da terra
Preparai vossa mortalha
Porque desfrutais da terra
E a terra é de quem trabalha
Bem como os frutos que encerra
Senhores Barões da terra
Preparai vossa mortalha.
Chegado é o tempo da terra
Não há santo que vos valha
Não a foice contra a espada
Não o fogo contra a pedra.
Não o fuzil contra a enxada
– União contra granada
– Reforma contra metralha!
Senhores Donos da Terra
Juntai vossa rica tralha
Vosso cristal, vossa prata
Luzindo em vossa toalha
Juntai vossos ricos trapos
Senhores Donos da terra
Que os nossos pobres farrapos
Nossa juta e nossa palha
Vêm vindo pelo caminho
Para manchar vosso linho
Com o barro da nossa guerra:
E a nossa guerra não falha!
Nossa guerra forja e funde
O operário e o camponês
Foi ele quem fez o forno
Onde assa o pão que comeis
Com seu martelo e seu forno
Sua lima e sua torquês.
Foi ele quem fez o forno
Onde assa o pão que comeis
Nosso pão de cada dia
Feito em vossa padaria
Com trigo que não colheis.
Nosso pão que forja e funde
O camponês e o operário
No forno onde coze o trigo
Para o pão que nos vendeis
Nas vendas do latifúndio
Senhor latifundiário!
Senhor Grileiro de terra
É chegada a vossa vez
A voz que ouvis e que berra

É o brado do camponês
Clamando do seu calvário
Contra a vossa mesquinhez
O café vos deu o ouro
Com que encheis vosso tesouro
A cana vos deu a parta
Que reluz em vosso armário
O cacau vos deu o cobre
Que atirais no chão do pobre
O algodão vos deu o chumbo
Com que matais o operário:
É chegada a voz vez
Senhor latifundiário!
Em toda parte, nos campos
Junta-se à nossa outra voz
Escutai, Senhor dos campos
Nós já não somos mais sós.
Queremos bonança e paz
Para cuidar da lavoura
Colher o milho que doura
Queremos que a terra possa
Ser tão nossa quanto vossa
Porque a terra não tem dono
Senhores Donos de Terra.
Queremos plantar no outono
Para ter na primavera
Amor em vez de abandono
Fatura em vez de miséria
Queremos paz, não a guerra
Senhores Donos de Terra...
Mas se ouvidos não prestais
Às grandes vozes gerais
Que ecoam de serra em serra
Não há santo que vos valha:
Não a foice contra a espada
Não o fogo contra a pedra
Não o fuzil contra a enxada:
– Granada contra granada
– Metralha contra metralha!
E a nossa guerra é sagrada
A nossa guerra não falha!